

MENSAGEM

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Brazil Presidente

MENSAGEM

APRESENTADA AO

CONGRESSO NACIONAL

NA ABERTURA

DA

PRIMEIRA SESSÃO DA DECIMA LEGISLATURA

PELO

PRESIDENTE DA REPUBLICA

Wenceslau Braz Pereira Gomes



RIO DE JANEIRO

1918

Senhores Membros do Congresso Nacional

Cumpre-me, pela ultima vez, expor ao Congresso o occorrido no anno findo e as providencias que me parecem acertadas.

Permitti que, antes de fazel-o, e para que se julgue imparcialmente o meu quadriennio, eu vos diga, em largos traços, a situação que encontrei, o que prometti, o que fiz e o que julgo necessario se faça.

Ninguem desconhece as condições precarias da administração a 15 de novembro de 1914.

Eil-as em synthese:

- a) terminação do estado de sitio de oito mezes ;
- b) grande excitação dos espiritos ; resentimentos partidarios profundos ;
- c) segundo " funding " ;
- d) renda publica insufficiente para as despesas ordinarias ;
- e) avultados " deficits " mensaes ;
- f) enorme massa de dividas fluctuantes a pagar superior a 36.000:000\$, ouro, e 311.000:000\$, papel ;
- g) Thesouro sem recursos ;
- h) credito abalado ;
- i) titulos publicos desvalorizados ;
- j) baixa do cambio ;
- k) importação e exportação profundamente perturbadas ;
- l) Commercio e Industria em condições precarissimas (algumas fabricas fechadas e outras trabalhando meio dia, um terço de dia) ;
- m) operariado em situação angustiosa.

Prometti:

— fazer uma obra de pacificação, de congraçamento de todos os brasileiros, tarefa que se impunha, já pelo meu feitiço pessoal, já pelos meus compromissos, já pela situação do Paiz ;

— collocar os verdadeiros interesses nacionaes acima dos pessoas e dos partidarios, pairando minha administração superior aos partidos ;

— collocar a administração nos moldes da mais intransigente moralidade, do maior respeito ás leis e á Justiça ;

— concorrer para que se fizesse uma boa lei eleitoral, e, o que mais importa, para que fosse cumprida, com lealdade e isenção

partidaria, pelas autoridades sujeitas ao Executivo, afim de que não fosse deturpada pelos abusos do poder, ou pela fraude ;

— amparar a produção nacional, desenvolvê-la, fazendo despertar energias latentes ;

— enfrentar energicamente o problema economico-financeiro, reduzindo impiedosamente as despesas publicas e os encargos por contractos, para que pudessemos ter o desejado, o indispensavel equilibrio orçamentario, e retomar o serviço da divida externa em especie ;

— estudar, com o maior carinho, as necessidades das nossas forças armadas para fortalecer seu aparelhamento, tornando-o mais efficaz ;

— agir, emfim, decisivamente, tanto quanto em mim estivesse, tanto quanto coubesse dentro das forças do Paiz, para melhorar as condições de todas as classes sociaes.

Quero crer que ninguem negará a meu Governo os seguintes serviços :

- a) a pacificação dos espiritos ;
- b) forte redução nas despesas publicas ;
- c) avultada diminuição dos onus resultantes de contractos (maior de 500.000:000\$000) ;
- d) retomada do serviço da divida externa, em especie ;
- e) alta dos títulos publicos, consequencia de varias causas, mas principalmente devida á acção governamental ;
- f) desenvolvimento e defesa da produção nacional ;
- g) aproveitamento do nosso carvão e lançamento de bases modestas, porém solidas, para o fabrico do ferro ;
- h) ultimação do Codigo Civil ;
- i) accôrdo de 20 de outubro sobre a secular e irritante questão de limites, existente entre os Estados do Paraná e Santa Catharina, accôrdo que deverá servir de exemplo para outros Estados que têm divergencias sobre limites ;
- j) reforma do ensino ;
- k) reforma eleitoral, que deu excellentes resultados, despertando as mais legitimas esperanças ;
- l) sorteio militar ;
- m) melhor aparelhamento das forças de terra e mar ;
- n) o maior escrupulo quanto ao provimento dos cargos, já de nomeação, já de promoção, maximè quanto á Justiça e especialmente em relação ao Supremo Tribunal Federal ;
- o) a pacificação do Estado de Matto Grosso, onde se conseguiu, por accôrdo, o apaziguamento das paixões, estando hoje normalizada a situação ;
- p) a resolução amistosa de varias questões entre patrões e operarios, servindo de mediador ou de arbitro e decidindo com espirito de justiça e de equidade ;
- q) a debellação ou, pelo menos, minoração dos effeitos da secca do Norte pelo emprego de providencias que, si não evitam a re-

produção do flagello, ao menos impedem que ella appareça com a mesma intensidade e efeitos que até bem pouco tempo.

Cumpre-me assignalar, em homenagem á verdade, que esses resultados não são devidos exclusivamente ao Governo, porque para elles muito contribuíram o Poder Legislativo e todas as classes sociaes. Quanto ao Codigo Civil, apenas agi perante o Congresso no sentido da terminação dos trabalhos legislativos.

O historiador imparcial dirá si fui sincero no prometter e leal no cumprir. Nem tudo que se devia fazer foi feito, confesso-vos francamente; mas tambem é inquestionavel que ha encargos que excedem das forças de um homem, especialmente das daquelle que, neste periodo, teve a pesada missão de dirigir os destinos do Paiz, aggravados ainda, por ultimo, pela guerra mundial.

O que nos cumpre fazer :

— continuar a amparar vigorosamente toda nossa produção, especialmente os dous principaes productos de nossa exportação, que passam, neste momento, por crise gravissima e exigem prompta e radical solução. Póde-se dizer, sem exaggero, que delles vive o Brasil, pois que representam em ouro a maior parte da massa exportavel.

— incrementar a produção do algodão, que offerece grandes possibilidades; defendel-a da praga da lagarta rosada;

— cuidar com o maior empenho da pecuaria, cujos prodromos legitimam seguras esperanças para o Brasil;

— desenvolver a produção do ferro gusa, ferro manganez e do aço em quantidade que dê para as nossas necessidades e, até, mesmo para a exportação;

— facilitar ainda mais o aproveitamento do carvão nacional, tendo sempre em vista que, terminada a guerra, deveremos tomar medidas assecutorias, protectoras dessa preciosa riqueza mineral.

Creio que não será inoportuno que eu accentue as accusações que nossa consciencia de brasileiros nos tem feito pelo abandono de extraordinarias riquezas com que a Providencia dotou o Brasil.

Precisamos mostrar-nos á altura dessa dadiva generosa.

Estou convencido de que o nosso carvão, enriquecido pela lavagem e pela pulverização e, si for preciso, pelo briquetamento, bastará ás nossas necessidades.

Montanhas de ferro de excellente teor, e, em suas vizinhanças, montanhas de manganez de optima qualidade e poderosas quedas d'agua, como que estão a desafiar a attenção dos technicos e a applicação dos capitaes.

E' dever imperioso resolver, de vez, esse problema.

Sobre outros aspectos, impõe-se-nos tambem :

— velar pelo cumprimento rigoroso da lei do sorteio militar. Essa conquista não deve, não póde fracassar. Seria erro grave; seria mesmo crime inominavel;

— velar pela lei eleitoral para que alguns erros do presente sejam corrigidos no futuro.

A Republica precisa de boas eleições como quem precisa de ar para viver.

O que se obteve quanto á verdade do alistamento e á seriedade das eleições ainda está longe da perfeição, mas seria grande injustiça, e não reconhecer a evidencia dos factos, contestar que não tenhamos conseguido muitissimo.

Que os pessimistas abandonem a obra da demolição para assumir attitude muito mais salutar e nobre, qual a de defenderem, com ardor, as excellentes providencias da lei actual contra os defraudadores de toda ordem.

Critica, sim ; reforma e melhoria de preceitos, sim ; descrença, não.

A época, a nossa situação é para os que têm fé e são capazes de acção intelligente e patriótica.

Ante estes dous poderosos factores, não haverá difficuldades invenciveis. Já uma vez combati (e o faço hoje com mais conhecimento de causa) o personalismo de nossa politica, a sua exaggerada preocupação partidaria que a tudo se sobrepõe ; o esquecimento ou menosprezo dos altos problemas nacionaes, que ou são considerados como nonada, ou são tratados como se fossem questões de segunda ordem.

Nesta hora angustiosa por que passa o Mundo é que se pôde bem verificar quanto descuidamos dos interesses capitaes e quanto tempo precioso perdemos em questiunculas estreitas e irritantes de politica de campanario !

Façamos ponto. Comecemos vida nova. De nós o exige a nossa propria honra.

Que os chefes das circumscripções estaduaes voltem as costas aos politiqueiros, prefiram e chamem a postos os homens capazes, os homens de idéas sans e de processos dignos. Que todos aquelles que têm representação na politica e na administração concorram para a reforma dos nossos perniciosos costumes politicos, causa de serios prejuizos materiaes e moraes para a nossa querida Patria e só cuidem de eleva-la ao posto a que ella tem seguramente direito pelos seus immensos recursos de toda a ordem.

Ahi estão problemas nacionaes da maior relevancia, que só por si poderiam tomar toda nossa attenção e occupar a nossa actividade e, entre elles, com preeminencia evidente, sob todos os aspectos, a debellação das endemias que flagellam os habitantes do sertão (e até mesmo os de uma estensa zona do Districto Federal !), amortecendo-lhes a energia physica e moral.

Que todos os brasileiros, dignos desse nome, se empenhem nessa campanha benemerita, prestando a este Paiz o maior dos serviços, convencidos, como devem estar, de que o nosso interesse e os principios de humanidade nos convocam para tomar parte nesta santa cruzada.

Trata-se de avigorar e valorizar o homem que produz, o cidadão que defende a nossa bandeira, o chefe de família que deve ter prole vigorosa e dar-lhe exemplos de trabalho e de virtude; trata-se, emfim, de avigorar a raça que definha nos sertões brasileiros.

Todos os sacrificios nesse sentido justificam-se plenamente e serão compensados por menses de beneficios.

Poder-se-á perguntar porque o meu Governo não se interessou pelo assumpto ha mais tempo.

A essa interrogação, aliás natural, responderei que infelizmente, para mim, recebi a administração nas condições já narradas e fui obrigado, pela força das circumstancias, a preocupar-me principalmente da solução do problema financeiro.

Sómente agora dispõe o Governo de pequena verba para iniciar o serviço, que vae ser começado.

Pouco poderei fazer nesse sentido; mas tranquilliza-me a consciencia a certeza que tenho de que o benemerito brasileiro, que conseguiu debellar a epidemia da febre amarella, enfrentará esse problema, para dar-lhe prompta e radical solução.

Ao ensino technico profissional não pude dedicar os cuidados que merece.

Urge que resolvamos esse problema capital.

Sobre a nossa situação internacional, transcrevo aqui o que já vos disse em minha ultima Mensagem:

« Como sabeis, a conflagração européa alastrou-se por todo o orbe, não havendô hoje continente que nella não esteja envolvido.

Inflexiveis na manutenção da neutralidade, que, a justo titulo, foi qualificada por todos como exemplar, tivemos de lavrar o nosso protesto contra a nota allemã, que ameaçou o commercio dos neutros com a guerra submarina sem restricções de ordem alguma, afirmando ao mesmo tempo que a Allemanha ficaria perante nós responsavel por qualquer ataque á vida e aos bens de brasileiros.

Poucos dias depois notificámos ao Governo allemão que o torpedeamento de navio brasileiro em qualquer mar e sob qualquer pretexto importaria a ruptura de nossas relações. Dado o torpedeamento do vapor brasileiro "Paraná", só esperámos que em inquerito regularmente feito fosse apurado o facto, para declararmos, como declaramos, a ruptura de relações com o Imperio Allemão.

Diz-me a consciencia que nesta delicada conjunctura o Governo, sem precipitações e sem excessos, procurou cumprir leal e dignamente o seu dever; e as manifestações francas e inequivocas que recebeu da grande maioria da opinião nacional são uma eloquente demonstração de que a Nação não lhe recusou o seu apoio e solidariedade. »

Por Mensagens que vos dirigi sabeis o que se passou posteriormente. Fomos impellidos a declarar o estado de guerra em que nos achamos.

Antes de passar a expor o que foi a administração nos diversos Ministerios, cumpre-me dizer-vos que si cumpri fielmente o que prometti em minha plataforma, cabe menos a mim dizel-o do que aos que me elegeram para o elevado posto de Chefe da Nação. Asseguro, porém, ao Paiz que, voltando para a obscuridade da qual me retirou sua magnanimidade, faço-o de consciencia tranquilla e contente, convencido de que, si nem tudo fiz pela minha querida Patria, lhe consagrei, pelo menos durante quatro arduos annos de responsabilidades tremendas, todas as minhas forças, todo o empenho de que fui capaz, descuidando de mim para só cuidar dos altos interesses da minha terra.

Póde não ser muito ; estou mesmo convencido de que a Nação de mais necessitava, mas era tudo que se podia exigir de mim.

Erros devo ter tido e muitos, mas o intuito sempre foi bom e digno.

De todas as energias gastas ao serviço do Brasil, julgo-me bem recompensado, já pela honra da investidura, já pelo apoio sincero e decidido com que me distinguiram os Poderes Constitucionaes e todas as classes da sociedade brasileira.

RELAÇÕES EXTERIORES

Antecedentes do
estado
de guerra

Por decreto de 3 de maio de 1917, foi exonerado, a pedido, do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores o Sr. General Dr. Lauro Müller, actual Senador Federal pelo Estado de Santa Catharina, sendo nomeado para esse cargo, por decreto de 5 do mesmo mez, o Sr. Dr. Nilo Peçanha, ex-Presidente da Republica e Presidente actual do Estado do Rio de Janeiro, que tomou posse e assumiu o exercicio da Pasta no dia 7, depois de haver passado o effectivo exercicio da função estadual ao seu substituto legal.

O Brasil continúa a manter inalteradas as suas boas e antigas relações cordiaes com todos os Estados estrangeiros, excepto com o Imperio Allemão, que, por um acto de violenta aggressão, já nos obrigara a suspender as relações diplomaticas e commerciaes que com elle mantinhamos, e que, pelas reiteradas reincidencias de aggressões, não menos violentas, nos forçou a reconhecer e proclamar o estado de guerra iniciado pelo mesmo Imperio contra a Nação Brasileira.

Na Mensagem annual ultima, de 3 de maio de 1917, depois de communicar-vos a suspensão ou ruptura das nossas relações diplomaticas e commerciaes com o Governo Imperial Allemão, em consequencia do torpedeamento do vapor mercante nacional "Paraná", dei conta da partida do Agente Diplomatico daquelle Governo nesta capital, com a sua comitiva, por via terrestre, para a cidade de Sant'Anna do Livramento, na noite de 27 de abril desse anno.

Accrescentei então que o Governo Federal Suisso, consultado sobre si poderia tomar a si a guarda dos Archivos da Legação do Brasil em Berlim e a protecção dos Brasileiros na Allemanha, respondera que a Suissa se sentia muito penhorada pela prova de amizade e confiança do Brasil, alli tão estimado, e que accetava essa honrosa incumbencia.

Cumpre-me manifestar publicamente ao Conselho Federal Suisso os mais vivos agradecimentos do Povo Brasileiro e do seu Governo pelo relevante serviço que nos tem prestado desde aquella época.

Por identico obsequio nos devemos confessar gratos ao Governo de Sua Majestade Catholica, cuja Legação em Bruxellas se dignou de accetar provisoriamente a protecção dos interesses brasileiros na parte da Belgica occupada pelas forças do Imperio Allemão, desde que o nosso Encarregado de Negocios, pela força das circumstancias, em virtude da mesma ruptura de relações, teve de se retirar daquella capital.

A partir de 1º de maio de 1917, esse nobre encargo tomou o character definitivo, por uma nova gentileza do Governo Hespanhol, attendendo á solicitação que lhe dirigimos, por intermedio da nossa Legação em Madrid.

Emquanto não era designada a Potencia encarregada dos interesses allemães no Brasil e de accôrdo com o art. 21 do Tratado de Commercio concluido entre a Austria-Hungria e a Allemanha em 6 de dezembro de 1891, os ex-Consules allemães foram autorizados a entregar provisoriamente a salvaguarda daquelles interesses ao Consul da Austria-Hungria do logar de suas residencias, e, na falta de representação consular austro-hungara nessas localidades, ao Consul austro-hungaro mais proximo. O Governo Federal teve sciencia dessa autorização, pela Nota de 11 de abril de 1917, da Legação de Sua Majestade Imperial e Real Apostolica no Brasil.

A protecção definitiva dos interesses allemães no Brasil ficou a cargo da Real Legação dos Paizes Baixos nesta capital, desde 27 de abril do mesmo anno, segundo communicação recebida dessa Legação na mesma data.

O Ministro, Sr. Sylvino Gurgel do Amaral, em 21 de abril, fez entrega dos archivos da nossa Legação em Berlim ao Ministro da Suissa na Allemanha, mas só pode retirar-se daquella cidade, com o pessoal da Legação e os nossos Agentes consulares, no dia 4 de maio, chegando a Zúrich no dia 5.

O ex-Ministro allemão no Brasil deixou a cidade de Sant'Anna do Livramento em 4 de maio, e transpoz a nossa fronteira, dirigindo-se para a cidade uruguaya de Rivera.

A Embaixada dos Estados Unidos da America no Brasil, em 5 de fevereiro de 1917, notificou ao Governo Brasileiro a ruptura

das relações diplomaticas entre os Governos do seu paiz e da Allemanha, e, em 7 de abril seguinte, informou que, em data de 6, o respectivo Congresso havia declarado e o Presidente Wilson proclamara que o estado de guerra existia entre os Estados Unidos da America e o Governo Imperial Allemão.

A essas communicações respondeu o Governo Brasileiro, em Notas de 8 de fevereiro e 23 de abril do mesmo anno.

No dia 25 de abril fiz expedir o decreto n. 12.458, que mandou fossem observadas as regras constantes do decreto n. 11.037, de 4 de agosto de 1914, no mencionado estado de guerra entre aquelles dous paizes, e aguardei a reunião do Congresso Nacional, que estava proxima, para dar-lhe conta da grave situação internacional em que o Brasil se encontrava, esperando, como então declarei, que o vosso patriotismo se exerceria, dentro das amplas autorizações que constitucionalmente vos cabem, com a decisão que as circumstancias exigissem.

Em 22 de maio de 1917, tive a honra de dirigir-vos uma Mensagem especial a esse respeito, na qual, alludindo á expedição do referido decreto n. 12.458, de 25 de abril anterior, sobre a neutralidade do Brasil no estado de guerra entre os dous citados paizes, fiz as seguintes considerações :

« Assim o fiz, embora suspensas as relações diplomaticas e commerciaes com a Allemanha, seguindo a regra geral até então admittida em obediencia ao decreto n. 11.037, de 4 de agosto de 1914, que consubstancia os preceitos das duas Convenções assignadas pelo Brasil, na Haya, referentes aos direitos e deveres das Potencias e Pessoas Neutras, mas deixando de usar nesse documento dos termos empregados em actos anteriores dessa natureza e mandando apenas que as autoridades observassem e cumprissem as regras de neutralidade emquanto o contrario não lhes fosse ordenado.

« O Governo não podia ir além, mas a Nação Brasileira, pelo seu orgão legislativo, poderá, sem intuitos bellicosos, mas com firmeza, considerar que um dos belligerantes é parte integrante do Continente Americano e que a esse belligerante estamos ligados por uma tradicional amizade, e pelo mesmo pensamento politico na defesa dos interesses vitaes da America e dos principios acceitos de Direito Internacional.

« Tem sido esta sempre a conducta do Brasil: a Republica mantêm-se fiel á tradição ininterrupta da sua politica externa; hoje não poderia repudiar as idéas que inspiraram a Nota-protesto do Imperio do Brasil, em 15 de maio de 1866, quando uma esquadra européa bombardeou uma cidade sul-americana.

« A nossa orientação já então era que as Nações do Continente, de riqueza e de população disseminadas ao longo de costas estensas e indefesas, necessitam, mais que outras, que sejam mantidas as maximas da civilização moderna e que constituem a sua principal e mais efficaz protecção.

« Accentuando, por fim, que a politica de solidariedade continental não é a politica deste periodo de Governo, nem deste regimen, mas a politica tradicional da Nação Brasileira, submetto o assumpto ao julgamento do Congresso Nacional, convencido de que, si por ventura alguma resolução for adoptada, ella firmará a feliz intelligencia que deve existir entre o Brasil e os Estados Unidos. »

Nesse mesmo dia 22 de maio, recebeu-se aqui, pelo telegrapho, a inesperada e cruel noticia do torpedeamento de mais um navio brasileiro por um submarino das forças navaes allemãs. Quero referir-me ao vapor mercante nacional "Tijuca", afundado no dia 20 desse mez, ás 22 horas e 40 minutos, a 5 milhas a sudoeste "des Pierres Noires", na entrada do porto de Brest, tendo sido felizmente salva toda a tripulação e recolhida ao mesmo porto, e ficando levemente feridos dous homens da mesma equipagem.

Dada essa nova occurrencia, dirigi logo ao Congresso Nacional, no dia 26, esta segunda Mensagem especial :

« Submetto hoje ao vosso conhecimento, em cópias authenticadas, as informações que recebi da Legação Brasileira em Paris, relativas ao torpedeamento de mais um navio da frota mercante do Brasil por um submarino das forças navaes allemãs.

« E' conhecida de toda a Nação a attitude que o Governo assumiu quando a Allemanha communicou a todos os povos neutros o estabelecimento de um bloqueio, por submarinos, da costa occidental da Europa e de parte da meridional, restringindo assim a liberdade dos mares e estendendo indistinctamente ao mundo estranho ao conflicto os mais violentos processos de guerra.

« O Governo Brasileiro formulou então o seu protesto, e, torpedeado o navio "Paraná", rompeu as relações diplomaticas e commerciaes com a Allemanha.

« Agora, o torpedeamento do segundo navio, em circumstancias graves, sem aviso prévio, e a ameaça de cada dia ir diminuindo a nossa navegação e o nosso commercio com o exterior, obrigou o Governo a pôr em pratica medidas de defesa que o alto conselho do Congresso Nacional poderá inspirar.

« Não deseja o Governo, trazendo o assumpto á vossa consideração, como é do seu dever, eximir-se, comtudo, da responsabilidade que lhe cabe, e de dar com franqueza a sua opinião. Parece-lhe que é urgente a utilização dos navios mercantes allemães ancorados nos portos do Brasil, excluida, entretanto, a idéa de confisco, que tanto repugna ao espirito da nossa legislação e ao sentimento geral do paiz.

« A utilização acharia fundamento nos principios da Convenção assignada na Haya, em 18 de outubro de 1907, e seria sem compensação, até que possamos verificar si se trata de bens de propriedade particular que, mesmo em caso de guerra, devem

ser respeitados, e o Brasil o fará, ou si pertencem a empresas que tenham quaesquer laços de dependencia com os poderes officiaes.

« De um modo ou de outro, o que parece inadiavel ao Governo é que sejam tomadas as medidas impostas a um tempo pelo interesse publico e pelo decoro da Nação. »

E o Congresso Nacional, de completo accôrdo com o sentir do Povo e do Governo, adoptou logo a seguinte Resolução, que sancionei e fiz publicar pelo decreto n. 3.266, de 1 de junho :

« Art. 1º. Fica sem effeito o decreto n. 12.458, de 25 de abril do corrente anno, que estabelece a neutralidade do Brasil na guerra dos Estados Unidos com o Imperio Allemão.

« Paragrapho unico. Para execução deste artigo, o Presidente da Republica fica autorizado a tomar as medidas necessarias, praticando os actos decorrentes da cessação da referida neutralidade.

« Art. 2º. E' autorizado o Poder Executivo a :

« 1º, utilizar os navios mercantes allemães ancorados nos portos do Brasil, para o que poderá praticar os actos que forem necessarios, nos termos da Mensagem de 26 de maio do corrente anno ;

« 2º, tomar medidas de defesa da nossa navegação no exterior, podendo combinar, com as Nações amigas, providencias que assegurem a liberdade do commercio de importação e exportação, e a revogar, para esse fim, os decretos de neutralidade quando o julgar conveniente.

« Art. 3º. E' o Poder Executivo autorizado a abrir os creditos que forem necessarios para execução da presente lei.

« Art. 4º. Revogam-se ás disposições em contrario. »

De accôrdo com a autorização contida no n. 1, do art. 2º do precedente Acto do Legislativo, fiz então expedir, pelo Executivo, o decreto n. 12.501, de 2 desse mez, que determinou :

« Art. 1º. O Governo do Brasil requisita todos os navios mercantes allemães ancorados nos portos da Republica, afim de utilizal-os como o aconselharem as conveniencias e necessidades da navegação e do commercio.

« Art. 2º. Uma vez occupados, nos termos do decreto Legislativo acima mencionado, esses navios serão considerados brasileiros para o effeito de poderem arvorar desde logo o pavilhão nacional.

« Art. 3º. O Governo providenciará para que, no mais breve prazo possivel, essas embarcações sejam postas em condições de navegar e no serviço de transportes, de accôrdo com o art. 1º.

« Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrario. »

Nessa occasião, o Excellentissimo Senhor Woodrow Wilson, Presidente dos Estados Unidos da America, dirigiu-me, por inter-

medio da respectiva Embaixada aqui acreditada, no dia 5 de junho, expressiva Mensagem de felicitações, que agradei muito penhorado, em data de 13, por intermedio da nossa Embaixada em Washington.

Já tinhamos a posse fiscal de todos os navios mercantes allemães ancorados nos portos brasileiros. A tomada de posse completa dos mesmos navios, aqui e em diversos dos Estados da União, o desembarque dos officiaes e das tripulações de nacionalidade allemã e a sua substituição por officiaes e por marinheiros brasileiros fizeram-se regularmente, sem incidentes dignos de nota.

Na grande maioria, achavam-se em estado de não poder navegar, com as machinas propositadamente damnificadas, faltando a estas peças essenciaes para o seu funcionamento. Foram dadas immediatas providencias para que fossem postos em estado de servir aos fins que se tinha em vista.

Os officiaes e as tripulações allemães foram alojados e passaram a ser sustentados por conta do Governo Federal.

Contra a requisição e a utilização dos navios mercantes allemães, ancorados nos portos da Republica, protestou formalmente, junto ao Governo Brasileiro, a Legação de Sua Majestade a Rainha dos Paizes-Baixos, em nome do Governo Allemão e a seu pedido transmittido pelo Governo da Haya, reservando-se o direito de pedir uma indemnização por todas as perdas que aos interesses allemães occasionasse semelhante medida.

A esse protesto, feito em Nota de 2 de junho, respondeu o Governo Brasileiro, por outra do dia 5, declarando :

« A medida que tomou o Governo da Republica, Senhor Ministro, utilizando-se dos navios allemães em seguida ao torpedeamento de navios da sua frota mercante, e assegurando directa e immediatamente, embora pela força, a satisfação dos danos que nos têm sido causados, foi um acto de legitima defesa, fundado no proprio direito allemão, e que todos os povos praticam mesmo sem sahir do estado de paz, precisamente para coagir a Nação offensora ás reparações que lhes são imperiosamente devidas. »

E, depois de ter justificado o direito de represalias e de sequestro, accrescentou a mesma Nota Brasileira:

« Finalmente, Senhor Ministro, o Governo da Republica, acutelando a propriedade particular e prestando assistencia á equipagem dos navios, não sahiu da região serena dos principios e leis que regem a sociedade internacional, só tendo procedido na defesa da sua bandeira e dos interesses do paiz. »

Em Nota circular de 2 de junho expedida pelo telegrapho e por intermedio dos nossos representantes diplomaticos no estran-

geiro, o Governo Brasileiro communicou aos de todas as Nações amigas que acabara de ser sancionada a lei que revogou a neutralidade do Brasil na guerra entre os Estados Unidos da America e o Imperio Allemão.

Por exprimir esse documento, com precisão e firmeza, o pensamento do Governo, passo a transcrever a sua parte essencial :

« A Republica reconheceu assim que um dos belligerantes é parte integrante do Continente Americano e que a este belligerante estamos ligados por uma tradicional amizade e pelo mesmo pensamento politico na defesa dos interesses vitaes da America e dos principios acceitos pelo Direito Internacional.

« O Brasil nunca teve e não tem ainda agora ambições guerreiras, e si se absteve sempre de qualquer parcialidade no conflicto da Europa, não podia continuar indifferente a elle, desde que eram arrastados á luta os Estados Unidos, sem nenhum interesse, mas tão sómente em nome da ordem juridica internacional, e a Allemanha estendia indistinctamente a nós e demais povos neutros os mais violentos processos de guerra.

« Si até agora a falta de reciprocidade por parte das Republicas Americanas tirava á doutrina de Monroe o seu verdadeiro character, permitindo uma interpretação menos fundada das prerogativas de sua soberania, os acontecimentos actuaes, collocando o Brasil, ainda agora, ao lado dos Estados Unidos, em momento critico da historia do mundo, continuam a dar á nossa politica externa uma feição pratica de solidariedade continental, politica aliás que foi tambem a do antigo regimen, toda vez que tem estado em causa qualquer das demais Nações irmãs e amigas do Continente Americano.

« A Republica obedeceu rigorosamente ás nossas tradições politicas e diplomaticas e ficou fiel aos principios liberaes em que foi educada a Nação.

« Cumprindo assim o nosso dever e tomando o Brasil a posição indicada pelos seus antecedentes e pela sua consciencia de povo livre, guardaremos, quaesquer que sejam os successos que nos esperem amanhã, a Constituição que nos rege, e que nenhuma outra excedeu ainda, nas garantias devidas ao Direito, á vida e á propriedade dos estrangeiros. »

Ao contexto dessa Nota Brasileira responderam os Governos dos seguintes Paizes:— Bolivia, Italia, Noruega, Argentina, Russia, Chile, Grã-Bretanha, Uruguay, França, Perú, Dinamarca, Santa Sé, Estados Unidos da America, Japão, Portugal, Costa-Rica, Guatemala, Dominicana, Honduras, Colombia, Mexico, Paraguay, Panamá, Cuba, Ecuador, Nicaragua, Haïti, Venezuela e Salvador ; — em numero de 29.

Em 26 de maio recebemos a noticia do torpedeamento de terceiro navio nacional, o vapor " Lapa ", do Lloyd Brasileiro, com a

circunstancia feliz de ter sido salva toda a tripulação, composta de 31 pessoas. Pelas informações do inquerito que se mandou abrir, aqui chegadas sómente no dia 29, ficou verificado que um submarino allemão o torpedeara, em 22 desse mez, quando o navio se achava em viagem das Canarias para o porto de Marselha.

Em 7 de junho, dirigi-me pela terceira vez ao Congresso Nacional, nos termos constantes da seguinte Mensagem especial :

« Em cumprimento da promessa feita na Mensagem que vos dirigi em 3 de maio ultimo, apresento-vos, em cópias authenticas que a esta acompanham, os documentos referentes ao inquerito sobre o torpedeamento do vapor "Paraná", da Companhia Commercio e Navegação, e, bem assim, á ruptura das relações diplomaticas e commerciaes entre o Brasil e o Imperio Allemão.

« Cabe-me tambem o dever de levar ao vosso conhecimento, como informação official, cópia da correspondencia telegraphica relativa ao navio "Lapa", do Lloyd Brasileiro, torpedeado no dia 22 de maio proximo findo por um submarino allemão, quando em viagem das Ilhas Canarias para o porto francez de Marselha. »

Em vista da reincidencia desses attentados contra a propriedade brasileira e contra a nossa liberdade de commercio, resolvi fosse tambem revogada a nossa neutralidade, em relação á França, Russia, Grã-Bretanha, Japão, Portugal e Italia, na guerra que sustentam contra o Imperio da Allemanha, e, para esse effeito, foi expedido o decreto n. 12.533, de 28 de junho de 1917, do teor seguinte :

« O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil :

« Usando da attribuição que lhe confere o n. 14, do artigo 48, da Constituição Brasileira, e attendendo ao que o Congresso manifestou no n. 2, do art. 2º, do decreto n. 3.266, de 1 de junho corrente :

« Resolve declarar sem effeito os decretos ns. 11.038, de 4 de agosto, 11.066, de 12 de agosto, 11.092, de 24 de agosto de 1914; 11.984, de 10 de março, e 12.171, de 29 de agosto de 1916, que mandaram observar completa neutralidade na guerra da França e da Russia, da Grã-Bretanha, do Japão, de Portugal e da Italia contra o Imperio Allemão; revogadas as disposições em contrario. »

Duas causas principaes tinham e têm determinado a crise de transporte na navegação mercante de longo curso e na de cabotagem : — a falta crescente de navios de commercio e os riscos e perigos da navegação para o exterior.

O Governo Federal conseguira debellar a primeira causa, com o desenvolvimento da sua marinha mercante para os portos nacionaes e estrangeiros, principalmente depois que a frota do Lloyd Brasileiro ficou consideravelmente accrescida pela requisição dos

navios allemães surtos em portos nacionaes. Cumpria, porém, procurar diminuir os efeitos da segunda causa, e a isso attendeu o Governo, fazendo patrulhar as nossas costas pelas unidades da nossa marinha de guerra, e pedindo á Embaixada dos Estados Unidos da America, em Nota de 29 de junho de 1917, que se servisse de informar sobre a zona de patrulhamento ou de vigilancia das forças navaes do seu paiz, para que, com o concurso tambem da Marinha de Guerra do Brasil, nas nossas costas, e por interesse mutuo, pudessem os navios mercantes brasileiros, para maior segurança, acolher-se á efficacia desse patrulhamento. Nota semelhante foi passada, na mesma data, ás Legações Britannica, Francaza, Italiana e Japonca, pedindo a mesma informação sobre as zonas protegidas pelas forças navaes dos respectivos paizes.

Esses pedidos tinham como fundamento a revogação, já decretada, da nossa neutralidade na guerra da Europa, em relação a todos os belligerantes.

Em 11 de julho do anno passado, resolveu o Governo que a nossa Marinha de Guerra entrasse a trabalhar, chamando a si o patrulhamento das nossas costas, desde a Guyana até o extremo Sul.

Tendo chegado ao conhecimento do Governo, em principios de agosto do anno passado, que, na Allemanha, se difficultava extremamente a sahida dos brasileiros, e que estes, quando sem recursos, tinham de ser sustentados pela Legação da Suissa em Berlim, embora por nossa conta, porque o Governo Imperial recusava assistencia aos subditos de paiz inimigo ou de Potencia na situação do Brasil, não obstante os principios geralmente reconhecidos de assistencia aos indigentes estrangeiros em taes condições, mandou-se passar, em 11 do mesmo mez, a seguinte Nota verbal ao Governo Suisso, por intermedio da nossa Legação em Berna:

«O Governo Brasileiro ficou sciente pela Nota verbal desse Ministerio de que os Brasileiros que ainda se acham na Allemanha estão sendo tratados de modo diametralmente opposto ao tratamento de que gosam os allemães no Brasil, onde livremente exercem a sua actividade em varios ramos de commercio e industria, no gozo de todas as garantias, como os nacionaes. Os proprios Commandantes e Officiaes de bordo e os marinheiros, perto de tres mil homens desembarcados dos navios allemães utilizados pelo Brasil, estão sendo tratados com desvelo, bem alojados e alimentados pelo Governo.

«Em taes circumstancias, não é possivel admittir a falta de reciprocidade por parte do Governo Allemão, nem será licito deixar que esse estado de cousas continue, sem que o Governo Brasileiro tome medidas de represalia, correspondentes ás que opprimem a Colonia Brasileira na Allemanha.

« Espera entretanto o mesmo Governo que o da Allemanha facilitar a saída dos Brasileiros do seu territorio, afim de evitar males ainda evitaveis.»

Sobre esse assumpto, a Legação dos Paizes-Baixos nesta capital communicou ao Ministerio das Relações Exteriores, por cópia, o seguinte telegramma recebido do seu Governo, no dia 25 de agosto:

« Recebido vosso 58. Julgo util informeis o Governo Brasileiro de que os cidadãos brasileiros na Allemanha não estão impedidos de deixar o territorio, nem tratados com descortesia. Estão obrigados a se apresentar regularmente ás autoridades locais e submeter-se aos regulamentos geraes referentes ao direito de estadia.

« Para deixar a Allemanha elles devem obter, como os proprios Allemães, uma autorização especial que necessita de um exame minucioso referente á personalidade; exigindo naturalmente certo tempo.

« Esperando que o Governo Brasileiro continuará a conceder tambem para o futuro aos subditos allemães a liberdade de que gosam actualmente, o Governo Imperial esforçar-se-ha para apressar, logo que seja possível, as formalidades supra-mencionadas.»

O torpedeamento do navio brasileiro "Macau" por um submarino allemão e a prisão do commandante daquelle nosso mercante forçaram o Governo da Republica a tomar uma attitude mais decidida, em face das repetidas aggressões da Allemanha, pedindo ao Congresso Nacional a decretação de uma medida radical, isto é, o reconhecimento do estado de guerra iniciado pelo Imperio Allemão contra o Brasil.

Esse foi o objecto da Mensagem especial de 25 de outubro de 1917, que tive a honra de vos dirigir, em vista daquella nova aggressão.

Eis os seus termos:

« Cumpro o penoso dever de communicar ao Congresso Nacional que, por telegrammas de Londres e de Madrid, o Governo acaba de saber que foi torpedeado, por um submarino allemão, o navio brasileiro "Macau" e que está preso o seu Commandante.

« A circumstancia de ser este o quarto navio nosso posto a pique por forças navaes allemãs é por si mesma grave, mas esta gravidade sobe de ponto com a prisão do Commandante brasileiro.

« Não ha como, Senhores Membros do Congresso Nacional, illudir a situação ou deixar de constatar, já agora, o estado de guerra que nos é imposto pela Allemanha.

« A prudencia com que temos agido não exclue, antes nos dá a precisa autoridade, mantendo illesa a dignidade da Nação, para

acceder os factos como elles são e aconselhar represalias de franca belligerancia.

« Si o Congresso Nacional, em sua alta sabedoria, não resolver o contrario, o Governo mandará occupar o navio de guerra allemão que está ancorado no porto da Bahia, fazendo prender a sua guarnição, e decretará a internação militar das equipagens dos navios mercantes de que nos utilizámos .

« Parece chegado o momento, Senhores Membros do Congresso Nacional, de caracterizar na lei a posição de defensiva que nos têm determinado os acontecimentos, fortalecendo os apparatus de resistencia nacional e completando a evolução da nossa politica externa, á altura das aggressões que vier a soffrer o Brasil. »

O Poder Legislativo respondeu immediatamente ao appello do Exccutivo, votando sem demora a seguinte Resolução, que sancionei e que foi publicada pelo decreto n. 3.361, de 26 de outubro :

« Artigo unico. Fica reconhecido e proclamado o estado de guerra iniciado pelo Imperio Allemão contra o Brasil e autorizado o Presidente da Republica a adoptar as providencias constantes da Mensagem de 25 de outubro corrente e tomar todas as medidas de defesa nacional e segurança publica que julgar necessarias, abrindo os creditos precisos ou realizando as operações de credito que forem convenientes para esse fim ; revogadas as disposições em contrario. »

Em Nota circular desse mesmo dia, foi communicada essa decisão radical do governo Brasileiro a todas as Legações das Nações amigas aqui acreditadas. Pouco depois, os nossos representantes diplomaticos levaram o mesmo facto ao conhecimento dos Governos perante os quaes estão servindo.

Por motivo de tal decisão, recebi então expressivos e calorosos telegrammas de felicitações e solidariedade de Sua Majestade o Rei da Grã-Bretanha e Irlanda e dos Presidentes dos Estados Unidos da America, da Republica Franceza e da Republica Portugueza, aos quaes agradei, como me cumpria, profundamente penhorado pelas manifestações tributadas ao Brasil.

As Legações estrangeiras, por um lado, e os respectivos Governos, pelo outro, accusaram o recebimento de taes communições. A Legação Chilena assim o fez, em Nota de 30 de outubro ; a sua Chancellaria, mais tarde, por aviso de 30 de novembro, tornou publica a resolução do seu Governo, de se manter neutro na guerra entre o Brasil e a Allemanha.

Quanto á execução das providencias indicadas na Mensagem de 25 de outubro de 1917 e mandadas adoptar pelo decreto legislativo do dia seguinte, devo informar que foi aprisionada, na Bahia, a guarnição da canhoneira allemã "Eber", sendo militarmente inter-

nadas as equipagens dos navios mercantes allemães requisitados; mas tornou-se impossivel a occupação daquelle vaso de guerra, de longa data retido no citado porto, por isso que a sua guarnição o incendiou e abriu as valvulas para afundal-o, com o fim de o não entregar ás autoridades brasileiras.

Poucos dias depois, fomos surprchendidos com a noticia de dous novos torpedamentos, por submarinos allemães, dos navios mercantes nacionaes, "Acary" e "Guahyba", em aguas portuquezas de S. Vicente. Fomos então forçados a dar um novo passo no caminho da belligerancia, apparelhando-nos para novas e mais fortes represalias, estabelecidas em uma lei de guerra especial.

Em 3 de novembro, remetti ao Congresso Nacional a seguinte Mensagem especial, dando conta dessa nova occurrencia e suggerindo o que ao Executivo se afigurava necessario, em tal emergencia:

« Submetto ao alto conhecimento dos Senhores Membros do Congresso Nacional a communicação que o Governo acaba de receber de mais dous torpedamentos, por submarinos allemães, de navios brasileiros em aguas de S. Vicente.

« Os telegrammas adiantam que neste attentado das forças navaes inimigas perdemos dous marinheiros e que estão feridos quatro delles; os navios são o "Acary", do Lloyd Brasileiro, e o "Guahyba", da Commercio e Navegação, e levavam rumo do Havre, com carregamento de café, couros e cereaes das praças do Rio de Janciro e de Santos.

« Si, como se vê, a Allemanha continúa a dizimar a nossa frota mercante e a impedir pelas armas as nossas relações de commercio com o mundo, não é mais toleravel que a sua representação commercial, bancaria e industrial e de iniciativa colonizadora no paiz deixe de soffrer as limitações aconselhadas pelo nosso patriotismo, e que não tomemos em relação a ella as medidas de excepção e de legitima defesa que forem necessarias.

« Sem que sacrificemos o espirito liberal das nossas leis, não é prudente que daqui saiam recursos para o Imperio inimigo ou que continuem, como outr'ora, as relações de direito privado de subditos allemães com os poderes publicos, dado o estado de guerra.

« Parece preciso: primeiro, declarar sem effeito os contractos celebrados com allemães individualmente ou em sociedade para obras publicas de qualquer natureza; segundo, impedir a realização de qualquer nova concessão de terras a subditos ou empresas allemães, respeitadas apenas aquellas em que já se tiverem localizado effectivamente as respectivas familias; terceiro, fiscalizar o funcionamento de bancos e outras empresas allemães, podendo, conforme as circumstancias, suspender ou cassar as autorizações que têm para funcionar no paiz e estender essa fiscalização ou actos de rigor ás casas commerciaes ou estabelecimentos da mesma nacionalidade; quarto, tomar medidas para frustrar a transferencia

de propriedades allemãs no estado de guerra, assignalando o Poder Legislativo os limites dessas providencias quanto ao tempo; quinto, internar em logar não destinado ás prisões ordinarias os subditos allemães que se mostrarem inconvenientes ou suspeitos á causa do Brasil.

« Essas medidas ou ainda outras que o Congresso, em sua sabedoria, venha a adoptar, devem ser lançadas na lei escripta, evitando, assim, o arbitrio e os excessos do povo ou das autoridades.

« Não faltará quem reclame no exame de alguns dos alvitres suggeridos ao Congresso, taes como os que se referem á concessão de terras publicas para colonização, a prerogativa constitucional dos Estados, mas, neste momento, sobretudo, o Brasil é um só e nenhuma unidade da Federação deixaria de acatar e de obedecer á autoridade soberana da União.

« Submettendo essas idéas ao julgamento e á melhor inspiração dos Senhores Representantes da Nação, cumpre-me, por fim, communicar que já autorizei, sem restricções, aos Senhores Ministros de Estado dos Negocios da Guerra e da Marinha, as reformas e providencias que se impõem para efficiencia da organização militar da Republica. »

O Congresso Nacional, adoptando as providencias lembradas na Mensagem supra-transcripta e outras que o seu patriotismo lhe suggeriu, votou a nossa lei de guerra que, devidamente sanccionada, sahiu publicada sob o n. 3.393 e com a data de 16 de novembro de 1917.

A referida lei autorizou o Governo a, desde então, e até 31 de dezembro do mesmo anno, declarar, successivamente, o estado de sitio nas partes do territorio da União onde o exigirem as necessidades e os deveres da situação, — e deu outras providencias sobre diversos assumptos, a saber: — contractos e operações celebrados com subditos inimigos; — represalias que podem ser decretadas; — revisão e rescisão dos contractos de concessões de terras publicas; — dissolução e liquidação de contractos de sociedade com inimigos; — condição para que estabelecimentos, aggremações, bancos, usinas e armazens possam ser considerados de propriedade inimiga; — dupla nacionalidade e naturalização; — arrolamento, inscripção, fiscalização, sequestro, administração, e eventual liquidação de bens inimigos; — sociedades de seguros administradas ou pertencentes a inimigos, com operações e contractos no Brasil; — deposito no Thesouro Nacional do producto de quaesquer bens inimigos liquidados; — approvação dos actos já praticados pelo Governo sobre medidas previstas na lei, e subsistencia da autorização constante do decreto n. 3.361, de 26 de outubro de 1917; — autorização para operações e abertura de creditos para execução da lei; — vigencia immediata da mesma lei.

Os successos da guerra levaram os Governos belligerantes da "Entente" e os das Nações que acompanham essa parcialidade a congregar, reunir e coordenar os seus esforços contra o inimigo commum, de modo a conseguir-se uma completa unidade de vistas e de acção, indispensavel para o triumpho da causa da liberdade, do direito, da civilização e da humanidade. Para esse fim, têm sido celebradas Conferencias Inter-Alliados, em que são assentados planos de campanha e outras medidas de interesse commum.

O Governo Brasileiro foi convidado, em 13 de novembro, para se fazer representar na Conferencia dessa natureza, que se reuniu em Paris no dia 30 do mesmo mez e encerrou os seus trabalhos em 3 de dezembro. Foi immediatamente designado para nosso representante o Sr. Dr. Olyntho M. de Magalhães, actual Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Brasil junto ao Governo da Republica Franceza, o qual tomou parte nas deliberações da Conferencia.

Em janeiro do corrente anno, o Ministro do Bloqueio do Governo Francez pediu que o Governo Brasileiro designasse um ou dous delegados, que participassem dos trabalhos do "Comité" Permanente Internacional de Acção Economica, creado pela primeira Conferencia Inter-Alliados, de março de 1916.

Attendendo a tão attencioso convite, o Governo designou, desde 26 de janeiro, o nosso Ministro em Paris para representante do Brasil nos Congressos ou "Comités" Inter-Alliados que alli se reunirem. Nessa qualidade, o Sr. Dr. Olyntho de Magalhães, em 23 de fevereiro, tomou parte nos primeiros trabalhos do referido "Comité" Permanente Internacional de Acção Economica.

Quanto ás medidas tomadas pelo Governo Federal, sobre a prohibição da sahida de mercadorias, contrabando de guerra e outras interdicções impostas ao inimigo commum, o nosso Delegado foi autorizado a declarar a esse "Comité": — que a nossa Lei de guerra prohibe aos Allemães todo o commercio com o exterior, quer de importação, quer de exportação, não podendo os navios nacionaes transportar carga inimiga, e sendo tomada nas nossas Alfandegas toda a mercadoria áquelles destinada e transportada em navios neutros; — que a mesma Lei não lhes permite a remessa de fundos para o estrangeiro e mandou rescindir todos os contractos de obras e serviços publicos com elles celebrados; — que, entre outras medidas de represalia e defesa nacional, tambem lhes ficou interdicto obterem concessões de terras.

A nossa Lei de guerra guarda as linhas geraes da legislação dos demais paizes interessados no conflicto, só não tendo o Brasil confiscado a propriedade inimiga, nem encerrado o commercio interno allemão, aliás tambem mantido nos Estados Unidos da America.

Em 27 de novembro, o Ministerio das Relações Exteriores expediu Nota circular ás Legações dos paizes neutros nesta capital,

para o fim de, como medida de prevenção politica quanto aos subditos allemães que exerciam funcções consulares no Brasil, por encargo de outras Nações, e sem cassar, por um acto imperativo, os "exequatur" já concedidos, para não perturbar as transacções commerciaes das Nações amigas no nosso territorio, conseguir-se que os respectivos Governos dessem promptas providencias, no sentido de que, na sua representação entre nós, deixassem de figurar subditos do Imperio da Allemanha.

Expirado um prazo razoavel depois dessa solicitação, feita em nome do Governo Federal, mandei expedir, pelo mesmo Ministerio, o seguinte decreto n. 12.766, de 21 de dezembro de 1917, que cassou os "exequatur" a todos os Consules estrangeiros de nacionalidade allemã :

« O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil :

« Considerando que o estado de guerra existente entre o Brasil e o Imperio Allemão obriga o Governo Brasileiro a tomar medidas de conveniencia e prevenção politicas, simultaneamente com outras de vigilancia e segurança publicas, referentes á permanencia de subditos allemães em seu territorio ;

« Considerando que essas medidas não podem deixar de ter um character geral e que, restringindo a liberdade de acção dos referidos subditos, os inibem, naturalmente, de exercer a menor parcella de autoridade em uma funcção nacional ou estrangeira nos limites da jurisprudencia brasileira ;

« Considerando que não é possivel isentar daquellas medidas os subditos allemães que têm até o presente exercido funcções consulares no Brasil, embora por encargo de outras Nações amigas ;

« Considerando que os "exequatur" que se lhes concedeu, obtidos em condições normaes e sem levar em conta a nacionalidade de cada um, não póde ser mantido, desde que os Agentes consulares allemães se tornaram incompativeis com o estado de guerra entre o Brasil e o seu paiz pelo ascendente local e prerogativas que advêm da propria natureza dos cargos que elles desempenham ;

« Considerando, finalmente, que a urgencia do caso não permite ao Governo Brasileiro aguardar por mais tempo as providencias que solicitou dos Governos amigos no sentido de exonerarem os Agentes consulares em questão, providencias que, aliás, acredita não lhe seriam recusadas,

« Decreta :

« Ficam sem effeito todos os "exequatur" concedidos ás nomeações de subditos allemães para exercerem cargos consulares de quaesquer Governos estrangeiros no Brasil. »

Procurou o Governo Federal dar uma expressão pratica da solidariedade do Brasil com as Potencias Alliadas, na guerra em que se acham empenhadas contra o Imperio da Allemanha, e dessa decisão deu conhecimento ao Governo Britannico. O "Foreign Office", em Nota de 21 de dezembro de 1917, dirigida á nossa

Legação em Londres, agradecendo essa comunicação do Governo Brasileiro, indagou si poderíamos enviar uma frota de cruzadores ligeiros e "destroyers" para cooperar em certo ponto com a frota aliada, sob as ordens do Vice-Almirante inglez alli destacado.

Em 31 de dezembro, o nosso Ministro em Londres foi autorizado a communicar ao Almirantado Britannico, que, cumprindo-nos dar aquella expressão pratica da nossa solidariedade ás Nações Alliadas, estava sendo preparada uma frota, composta dos "scouts" "Rio Grande do Sul" e "Bahia", e dos "destroyers" "Parahyba", "Rio Grande do Norte", "Piauhy", e "Santa Catharina", que iria operar na Europa, sob as ordens do commando naval unico, no ponto que fôra designado, e que taes navios se apromptavam para alli chegarem em determinada época.

Posteriormente, a Legação de Sua Majestade Britannica nesta capital, em Nota de 11 de fevereiro do corrente anno, informou que o Almirantado Britannico entendia que as unidades da Marinha Brasileira, que iam cooperar com as forças navaes britannicas, prestariam melhor auxilio á causa dos Alliados, seguindo para outro ponto, diverso do anteriormente indicado, e operando daquella base, sob o commando do Official Superior Britannico, em conjuncto com as unidades da Marinha dos Estados Unidos da America, as quaes se achavam igualmente estacionadas naquelle ponto.

Não podia deixar de ser muito agradável ao Governo Brasileiro essa nova resolução, em virtude da qual os nossos vasos de guerra e os dos Estados Unidos da America vão cooperar com as forças navaes britannicas, no sentido de manterem e protegerem as principaes rotas maritimas entre os dous Continentes.

Será esse o segundo caso de cooperação daquellas duas Marinhas do Continente Americano, porque, já em meados do anno passado, o Governo Brasileiro tinha concordado em que as suas forças navaes fizessem o patrulhamento de toda a costa do Brasil, de commum accôrdo com a esquadra dos Estados Unidos da America.

O Sr. Contra-Almirante Francisco de Mattos, no fim do anno passado, foi designado para, junto aos Governos Alliados, acompanhar as operações de guerra de suas esquadras, e, bem assim, superintender os serviços navaes do Brasil na Europa.

Nos Estados Unidos da America acha-se, em serviço, uma Comissão do nosso Ministerio da Guerra, composta de sete Officiaes, sendo o seu chefe o Tenente-Coronel Dr. Alipio Gama.

Na Europa está tambem uma Missão Militar Brasileira de estudos e compras, sob a direcção do General de Brigada Napoleão Felipe Aché, encarregado de acompanhar as operações de guerra alli occorrentes. Dessa Missão fazem parte cinco Officiaes de Artilharia, quatro de Infantaria, cinco de Cavallaria, um de Engenharia, oito do Corpo de Saúde e os tres de Aviação que já se achavam alli em estudos.

E' bem conhecido que Sua Santidade o Papa Benedicto xv, em 1º de agosto de 1917, dirigiu uma Proposta de paz aos Chefes dos povos belligerantes, segundo certas bases que se lhe afiguravam aceitaveis, justas e equitativas. Um exemplar autographo da referida Proposta foi-me especialmente dirigido, por ordem de Sua Santidade, pela Chancellaria do Vaticano e pelo intermedio da nossa Legação alli acreditada.

Depois de ter sido declarado o estado de guerra entre o Brasil e a Allemanha, autorizei o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores a responder a essa Proposta, em meu nome, por intermedio da nossa Legação junto ao Vaticano ; — o que foi feito a 13 de novembro de 1917 e divulgado pela imprensa do Brasil e da Europa ; mas os termos dessa resposta já foram por mim confirmados, posteriormente, em Carta de Chancellaria que dirigi directamente a Sua Santidade, por meio da nossa respectiva Legação.

Passo a occupar-me de um assumpto de alta importancia para as relações do commercio das nossas praças com o das praças estrangeiras. Quero referir-me á politica de defesa economica, que o Governo Britannico e os seus Alliados resolveram organizar contra os inimigos communs, quando crearam as chamadas " listas negras ", que prohibiram o commercio entre firmas dos seus nacionaes e as de subditos dos paizes inimigos —, a principal das quaes é a " Statutory List " britannica creada pela lei de commercio com o inimigo, de 1915.

E' desnecessario repetir o que já foi dito em Mensagens annuaes anteriores, sendo bastante accrescentar que importantes Notas foram trocadas, sobre esse assumpto, em 9 e 12 de agosto de 1916, entre o nosso Ministerio das Relações Exteriores e a Legação Britannica.

O mesmo Ministerio retomou o assumpto, em Nota de 3 de setembro de 1917, dirigida á referida Legação, e na qual, depois de haver resumido os antecedentes e de ter reconhecido que, sem afastamento do seu ponto de vista nem reconhecimento dos principios applicados além dos fundamentos com que eram invocados, sempre obtivera do Governo Britannico actos que corrigiram injustiças ou excessos, accrescentou e propoz o seguinte :

« A situação, entretanto, não se deve limitar a concessões de favores. As seguidas e ainda recentes proclamações fazendo novas inclusões na " Statutory List ", especialmente depois do que se tem verificado, demandam providencia mais regular e mais geral.

« A suspensão de relações commerciaes com a Allemanha e a declaração official de que o Brasil não é mais neutro na guerra por essa mesma Allemanha sustentada, dentro das suas alianças, contra seus adversarios, caracterizam a situação e podem facilitar o encaminhamento desse assumpto vital.

« Com a fiscalização especial, que as circumstancias lhe impõem, sobre o commercio maritimo e a navegação, o Governo Brasileiro

pensa ser conveniente um exame mais rigoroso das condições em que aquellas operações são feitas, afim de evitar, na medida do possível, actos contra paizes amigos e a respeito dos quaes o Brasil não é mais neutro. Esse exame não pôde deixar de interessar e attingir ás operações internas de commercio, desde que tenham ligações capazes de servir e favorecer aquelles actos.

« Para isso, e sem reconhecer principios que contestou, nem crear desde já uma lista sua, o Governo Brasileiro deseja e espera que lhe sejam communicados e submettidos todos os casos, individualmente indicados, em que se deva exercitar a acção que, dentro dos seus poderes constitucionaes, utilizará para defesa dos interesses da causa a que hoje não é mais estranho. »

Depois de uma troca de Notas explicativas, do dia 8, da Legação Britannica, e de 10, do Ministerio, declarando que os nomes a serem submettidos ao Governo Brasileiro seriam sómente os de firmas ou pessoas verdadeiramente brasileiras, e que, si fosse aceita a proposta do mesmo Governo, este tomaria todas as providencias para a defesa do commercio alliado, aquella Legação communicou, em Nota de 12 do mesmo mez, o assentimento provisorio do seu Governo, com dependencia do exame de detalhes, á proposta brasileira, accrescentando que esse accôrdo entraria em vigor na mesma data.

Tal accôrdo brasileiro-britannico havia sido concluido antes da declaração do estado de guerra entre o Brasil e o Imperio Allemão. Depois de reconhecido e proclamado esse facto, não podia mais prevalecer e, por isso, o Ministerio o denunciou, em Nota de 30 de novembro, passada á mesma Legação, e cuja parte essencial vae aqui reproduzida :

« Esse accôrdo, feito antes da declaração do estado de guerra entre o Brasil e o Imperio Allemão, está, por isso mesmo, agora virtual e implicitamente sem valor, pois seria absurdo conserval-o quando o proprio Governo Brasileiro tem o maior empenho em fiscalizar taes firmas por acto especial do Congresso, não lhe sendo licito, portanto, uma sub-delegação de poderes.

« Nas circumstancias actuaes e em consequencia da lei n. 3.393, de 16 do corrente mez, o Governo Brasileiro, pelo intermedio de Vossa Excellencia, declara ao de Sua Majestade Britannica, como amigo e alliado, que assumiu, como lhe compete, a inteira fiscalização das firmas inimigas ou que se tornarem inimigas, sem distincção de nacionalidades, em todo o territorio nacional, não se justificando mais que aqui funcione um orgão que já agora seria paralelo ao Governo e á soberania do Brasil. »

Nos mesmos termos e na mesma data, com as modificações necessarias, foram passadas outras Notas á Embaixada Portuguesa, e ás Legações da França, da Italia e do Japão.

Ao Lloyd Brasileiro foram entregues os navios mercantes allemães ancorados nos portos do Brasil, que o Congresso Nacional

autorizou o Executivo a utilizar e que este requisitou desde 2 de junho do anno passado, afim de utilizal-os como o aconselhassem as conveniencias e necessidades da navegação e do commercio.

O Governo Brasileiro acolheu com deferencia os appellos que recebeu do Governo da França e do dos Estados Unidos da America, no sentido de celebrar Convenios para a melhor utilização desses navios do Lloyd Brasileiro.

Pelo Ministerio das Relações Exteriores, com minha autorização, foi tratada a parte politica ou diplomatica da negociação, ficando desde logo assentado que o Brasil não assignalaria preferencias entre as Nações Alliadas que disputavam o accôrdo, e, bem assim, excluida a idéa de alienação ou troca dos navios, tomados em represalia ao inimigo, para supprir a tonelagem que elle vinha destruindo.

Estabelecida a condição do entendimento prévio das duas Nações amigas, o Governo dos Estados Unidos da America desinteressou-se do caso, em favor da França, tendo sido deliberado que, com o Governo deste ultimo Paiz, celebraríamos o Convenio solicitado.

Passou então a negociação para o Ministerio da Fazenda, que fixou as clausulas e condições do Convenio, estudando o seu aspecto financeiro.

Submettida a minuta desse acto á minha apreciação, não hesitei em approval-o, certo, como estou, de que o referido Convenio consulta, com vantagens equivalentes, os interesses do Brasil e os da França, e ainda os de todas as Nações Alliadas, em nome das quaes a França sempre declarou agir, em todas as phases das negociações.

Dados o nosso estado de guerra e a necessidade do endosso do Governo aos pedidos de importação para as industrias e para o commercio do Brasil, cresceram extraordinariamente os trabalhos do Ministerio das Relações Exteriores. Por esse motivo e usando de autorização especial do Congresso, mandei restabelecer, pelo decreto n. 12.804, de 9 de janeiro do corrente anno, com character provisorio, emquanto durar esse periodo anormal, o cargo de Sub-Secretario de Estado, que havia sido supprido pelo decreto n. 12.461, de 9 de maio de 1917, quando concedida ao Sr. Luiz Martins de Souza Dantas a exoneração que pedira do exercicio dessa commissão. Naquella data foi nomeado para o referido cargo o Sr. Raul Regis de Oliveira, nosso Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, que assumiu o seu exercicio no dia 12.

Pelo mesmo motivo, o Poder Legislativo tambem autorizou a reforma dos serviços da Secretaria de Estado.

Parece-me conveniente dar aqui um resumo das communições recebidas pelo Governo Federal, quanto ás relações entre os Estados Americanos e o Governo do Imperio Allemão.

A Republica de Costa-Rica, segundo telegramma do respectivo Ministro das Relações Exteriores, suspendeu as suas relações diplomaticas com o referido Governo, no dia 23 de setembro de 1917. Igual procedimento tiveram o Governo da Republica do Perú, em 6 de outubro, e o da Republica Oriental do Uruguay, em 7 do mesmo mez. Em 9 de dezembro subsequente, o Governo da Republica do Ecuador, que já havia suspendido as suas relações diplomaticas com aquelle Imperio, communicou ao Governo Brasileiro que, por dignidade nacional, se vira obrigado a declarar rôtas aquellas relações.

Anteriormente, já tinham sido recebidas outras communicações, de simples ruptura de relações, effectuadas por parte dos Governos da Bolivia, em 10 de abril; de Honduras, em 17 de maio; de Guatemala em 27 de abril, e de Nicaragua em 19 de maio; e de estado de guerra, por parte dos de Panamá, em 7 de abril; de Cuba, na mesma data, e do Haïti, em data ignorada.

Assim, dos 21 Paizes Americanos, 13 já estão em campo adverso ao Imperio da Allemanha.

A nossa politica em relação a todas as Nações do nosso Continente é a de completa aproximação, de solidariedade e de fraternidade americana, sem ambiguidades e sem subtilezas. Politica historica para o Brasil, porque nos inspirou desde os tempos de formação da nossa nacionalidade, cumpre mantel-a e desenvolvel-a hoje mais do que nunca, principalmente diante dos factos de que tem sido theatro o velho mundo.

Da sinceridade dos nossos sentimentos de fraternidade americana podem dar testemunho as Instrucções de 4 de julho de 1917, expeditas ao nosso Ministro em Buenos Aires e hoje já divulgadas.

Para desenvolver essa politica de fraternidade pan-americana, os Ministerios da Guerra e da Marinha, por suggestão do das Relações Exteriores e com a minha completa approvação, acabam de adoptar, no corrente anno, a providencia permanente da matricula, na Escola Militar e na Escola Naval, de alumnos, aspirantes ou estudantes das demais Republicas deste Continente, e que o requeiram por intermedio dos seus respectivos Governos.

Obedecendo ao mesmo pensamento, o Ministerio da Justiça e Negocios Interiores mandou iniciar, no corrente anno, no nosso principal estabelecimento de ensino — o Collegio Pedro II —, o curso da lingua hespanhola e da litteratura hispano-americana; sendo tambem admittidos livremente á matricula nas nossas Academias os moços das demais Republicas irmãs que tenham cursado os seus respectivos Lyceus officiaes de instrucção; e o Ministerio da Guerra resolveu incluir o estudo da lingua castelhana em nossos Estabelecimentos militares de ensino.

Por outro lado, o Governo da Republica Oriental do Uruguay acaba de crear uma cadeira de lingua portugueza, de estudo voluntario, que comprehenderá dous annos de curso gymnasial, e

outra cadeira da mesma lingua no 3º anno da sua Escola Militar. Estas communicacões foram recebidas, em 3 de setembro e 5 de dezembro de 1917, em Notas do Ministro Uruguayo.

Trata-se tambem, actualmente, em Londres, da creação de uma cadeira da lingua e litteratura portugueza, intitulada "Cadeira Camões", na Universidade daquela cidade, no "King's College".

Pelo que respeita ao Brasil, tenho muita satisfação em agradecer essas duas homenagens á nossa lingua materna.

Em junho do anno passado, uma divisão da esquadra dos Estados Unidos da America, sob o commando do Almirante William B. Caperton, visitou o porto da Bahia de Todos os Santos e, logo depois, o desta capital, onde se lhe reuniu o cruzador-couraçado "Frederic", já aqui anteriormente ancorado.

No dia 23, recebi, em audiencia, o Commandante em chefe das quatro unidades que compunham essa divisão da Marinha de Guerra Norte-Americana.

Em 29 desse mez, chegou ao porto do Rio de Janeiro o cruzador "Marseillaise", da Marinha de Guerra da Republica Franca, sob o commando do Capitão de Navio De Closmadeuc, aqui enviado em Missão Especial do seu Governo, para exprimir os sentimentos de sua particular sympathia para com o Brasil.

No dia 7 de julho, recebi, em audiencia, os cumprimentos do Sr. Commandante De Closmadeuc.

Mandei considerar feriado nacional o dia 4 de julho de 1917, data do anniversario da Independencia dos Estados Unidos da America, sendo então ordenado que os navios de guerra nacionaes e as nossas fortalezas procedessem como si se tratasse de data festiva brasileira, e escolhi esse dia para visitar, pessoalmente, o navio-almirante "Pittsburg", capitanea da divisão Norte-Americana surta neste porto.

Na tarde desse mesmo dia, desembarcaram nesta capital forças da divisão naval Norte-Americana e das tripulações do cruzador francez "Marseillaise" e do cruzador inglez "Glasgow", então aqui igualmente ancorados, — as quaes, juntamente com as nossas forças e sob o commando em chefe de um Almirante brasileiro, desfilaram unidas, em continencia ao Chefe da Nação, sob constantes applausos de grande massa do povo.

Por motivo do 28º anniversario da Proclamação da Republica no Brasil, que passou em 15 de novembro de 1917, os Governos dos Estados Unidos da America, da Republica Argentina e da Republica Oriental do Uruguay enviaram ao porto do Rio de Janeiro, com a missão de saudar o Governo Brasileiro naquella

data, respectivamente, o cruzador norte-americano "Pittsburg", o couraçado argentino "Moreno" e o cruzador oriental "Uruguay".

Em sessão de 13 de novembro de 1917, o Senado Federal Brasileiro, a requerimento de um dos seus membros, resolveu congratular-se com os Representantes Diplomaticos desses tres Paizes, "pela demonstração de fraternidade e leal amizade traduzida pela vinda, ao nosso porto, das náos de guerra que vieram cumprir o Brasil pela data de 15 de novembro"; — o que, a pedido do 1º Secretario daquela casa do Congresso Nacional, foi levado ao conhecimento dos referidos Agentes Diplomaticos, e, por intermedio destes, aos Commandantes dos vasos de guerra que deram logar áquella manifestação.

Na commemoração official do dia 15, recebi os Commandantes e os Officiaes desses tres navios, que aqui se achavam em missão especial, acompanhados dos Representantes Diplomaticos dos seus respectivos Paizes, e, logo após, os Commandantes e Officiaes de tres unidades da Marinha de Guerra de Sua Majestade Britanica, então ancoradas no nosso porto, a saber: — os cruzadores "Africa" e "Amethyst" e o transporte "Macedonia".

Em janeiro do corrente anno, fez uma rapida visita ao porto do Rio Janeiro a fragata-escola "Presidente Sarmiento", da Marinha de Guerra Argentina, em seu regresso de uma viagem de instrucção. No dia 14 do referido mez, recebi em audiencia o Commandante desse vaso de guerra.

Para assistir á solemnidade da posse do actual Presidente da Republica da Bolivia, o Excellentissimo Senhor José Gutierrez Guerra, o Governo Brasileiro nomeou uma Embaixada Especial, composta do Sr. Deputado Dr. Afranio de Mello Franco, no character de Embaixador Extraordinario e em Missão Especial, e dos Srs. Drs. Raul Santiago Bergalo, Gustavo Adolpho de Aguilar Pantoja, João de Mello Franco e Olegario Mariano, no de Secretarios; Capitão-Tenente João Soares de Pinna, no de Addido Naval, e Capitão Alberto da Cunha Pitta, como Addido Militar.

Depois de ter dado cabal desempenho á sua Missão em La Paz, sendo recebido no dia 14 de agosto pelo Excellentissimo Senhor Presidente, então ainda em exercicio, General D. Ismael Montes, e assistindo no dia seguinte á posse do novo Presidente e depois ás festas que foram celebradas por tal motivo, a Embaixada Brasileira, em seu regresso, visitou a cidade de Santiago, por especial convite do Governo Chileno, e a de Buenos-Aires, onde permaneceu durante oito dias, passando ainda por Montevidéo, na qual tambem desembarcou no dia 15 de setembro.

Agradeço aqui collectivamente aos Governos das quatro Nações amigas as manifestações de carinhoso affecto com que então acolheram todos os Representantes do Brasil.

— Pelo decreto n. 12.997, de 24 de abril ultimo, foi reformada a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, e por outro decreto, n. 12.996, desse mesmo dia, foi modificada a organização do Corpo Consular Brasileiro.

Para esta modificação, o Governo considerou que a anterior organização do nosso Corpo Consular não attendia ás necessidades precisas ao desenvolvimento do commercio exterior da Republica, e que, no momento actual, todas as Nações tratam de reformar as respectivas organizações consulares, para fazer maior propaganda e obter melhor collocação dos seus productos ; e teve tambem em vista a necessidade, que ha, de crear novos mercados e de desenvolver os já existentes, para os productos da exportação brasileira, e que o nosso Corpo Consular, devendo ser um agente propulsor do commercio do Brasil com o exterior, precisava estar apparelhado para prestar todas as informações que lhe forem solicitadas.

Para aquella reforma, militaram razões analogas : — não sómente a organização existente da Secretaria de Estado não correspondia mais ás necessidades sempre crescentes do serviço publico, maximè nas circumstancias actuaes, mas ainda era indispensavel crear-se aqui um centro fiscalizador que garantisse a eficiencia e o completo exito da nova organização dada aos serviços do nosso Corpo Consular.

A Secretaria de Estado voltou ao anterior regimen de uma direcção geral unica, de necessidade indeclinavel ; — o que se conseguiu com a criação do cargo permanente de Secretario Geral, destinado a manter a tradição do Ministerio. Foram modificadas as duas antigas Directorias Geraes, competindo á primeira os Negocios Diplomaticos, Consulares e Economicos, que entre si mantêm intima correlação, e ficando a cargo da segunda os serviços da Contabilidade e da Administração. A esta estão subordinadas tres Secções : — da Despesa ; da Receita, e do Archivo e da Bibliotheca ; — áquella ficam subordinadas quatro Secções : — dos Negocios Politicos e Diplomaticos ; dos Negocios Economicos e Commerciaes ; dos Negocios Consulares, e a do Protocollo ; — e ainda a Commissão Brasileira Pan-Americana, instituida em virtude do artigo x da Resolução de 11 de agosto de 1910, da 4ª Conferencia Internacional Americana, de Buenos-Aires, que versa sobre a reorganização da União das Republicas Americanas e já recebeu a approvação do Congresso Nacional, pelo decreto n. 2.881, de 9 de novembro de 1914. Para dirigir essa Commissão, houve necessidade de crear-se mais um logar de Director de Secção.

Pela nova organização consular, foram elevados de categoria : — um Consulado Geral de 2ª classe (o de Barcelona) ; tres Consulados (em Bordéos, Yokohama e no Porto), e dous Vice-Consulados (em Manchester e Gothemburgo) ; foi transferido para Lyon o Vice-Consulado em Nantes ; — foram creados cinco Consulados

Geraes de 2ª classe (em Christiania, New-Orleans, Zürich, Shanghai e Vera-Cruz); 15 Consulados (em S. Luiz, São Francisco da California, Montreal, Livorno, Calcuttá, Capetown, Belgrado, Salonica, Galatz da Roumania, Helsingfors, Alexandria, Cherburgo, Moscow, Odessa e Sydney); e 12 Vice-Consulados de carreira (em Chicago, Barbados, Bahia Blanca, Dakar, Swansea, Argel, Bilbáo, Kobe, Bombaim, Vladivostock, Liège e Antofogasta).— Foi, tambem, creado mais um logar de Chanceller para o Consulado em Iquitos.

O Corpo Consular Brasileiro ficou composto de Consules Geraes de 1ª e 2ª classes, Consules, Vice-Consules, Chancelleres, e dos Agentes Consulares (antigos Agentes Commerciaes), que forem necessarios; — além dos Auxiliares de Consulados designados pelos differentes Consulados, de accôrdo com as necessidades do serviço, ou requisitados pelos Consules ao Ministro, que os nomeará ou designará em Despachos dirigidos aos Consules; — e pela referida classe dos Auxiliares será iniciada a carreira consular, mediante as condições estabelecidas no artigo 9º do citado decreto.

O artigo 27 do mesmo decreto encerra as disposições que os Consules, no exercicio das suas attribuições, deverão observar e fazer observar com o fim de promover, melhorar e intensificar as relações commerciaes e economicas do Brasil com o estrangeiro.

JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES

Pouco depois de assumir a presidencia da Republica, tomei conhecimento de uma ordem de "habeas-corpus" concedida pelo Supremo Tribunal Federal a favor do Dr. Nilo Peçanha, para tomar posse do governo do Estado do Rio de Janeiro.

Intervenção nos Estados

Era a primeira oportunidade, que se me offerecia, para realizar a minha promessa formal de cumprir as sentenças judi-
ciarias.

Resalvei publicamente a minha opinião contraria á competencia do Poder Judiciario para dirimir questões relativas á dualidade de governos regionaes e puz á disposição do juiz da execução a força necessaria para garantir a posse do illustre brasileiro amparado pelo "verdictum" do Supremo Tribunal.

Logo depois convoquei extraordinariamente o Congresso, ao qual entreguei a solução definitiva do caso politico.

Uma revolução sangrenta que rebentou em Matto-Grosso obrigou as autoridades federaes a voltarem as vistas para aquelle Estado, cujo Presidente tinha contra si a unanimidade da Assembléa Estadual. Esta submetteu a processo de responsabilidade e suspendeu das funcções o Chefe do Executivo local. Tanto elle como o seu substituto legal, o Vice-Presidente, recorreram para o Poder Judiciario. Dividiu-se o Supremo Tribunal Federal no julgamento

dos "habeas-corpus" successivos, de sorte que, pelo voto de Minerva, ora se mandava manter no poder o General Caetano de Albuquerque, ora se ordenava a posse do Coronel Manoel Escolastico Virginio. Houve, afinal, um accôrdo: renunciaram os cargos respectivos o Presidente e todos os substitutos legaes, os Deputados estaduais e um Deputado federal. Para não ficar inteiramente acephalo o Estado, decretei a intervenção, nomeando para exercel-a o Bacharel Camillo Soares de Moura, que cumpriu leal e dignamente os encargos da sua função. No seu impedimento temporario foi substituido pelo Dr. Joaquim Guimarães e pelo General Cypriano da Costa Ferreira. A ordem foi logo restabelecida e o povo elegeu livremente os substitutos dos resignatarios.

Apesar de provocado repetidas vezes, sobretudo por factos occorridos em Alagôas e Espirito Santo, o Governo Federal evitou systematicamente intervir, pela força, na vida intima dos Estados.

Limites entre o
Paraná e Santa
Catharina

Litigaram, durante annos, os Estados do Paraná e Santa Catharina e, embora o ultimo houvesse obtido a victoria final, não pode ser executada a sentença originaria do Supremo Tribunal Federal por falta de lei reguladora do processo respectivo.

Explodiu a desordem na zona contestada, resultando avultadas despesas para os cofres nacionaes, paralysação da vida economica em um largo trecho de terra brasileira e grande effusão de sangue.

Empreguei os maiores esforços para conciliar os litigantes, e afinal consegui pôr termo definitivo á contenda. No dia 20 de outubro de 1916 os Chefes do Poder Executivo dos dous Estados assignaram, no Palacio do Cattete, um accôrdo, que fixava os limites entre o Paraná e Santa Catharina. Revestiu-se o acto de excepcional solemnidade. Aprovado em duas sessões, realizadas em 1916 e 1917, pelas legislaturas locaes, foi o accôrdo homologado pelo Congresso Nacional e publicado por meio do decreto n. 3.304, de 3 de agosto de 1917.

Já foi nomeada, e entrará brevemente em funções, a commissão de engenheiros militares, que devem determinar, no terreno, conforme foi convencionado, os pontos susceptiveis de controversia, e liquidal-os de vez.

Reina calma absoluta em toda a região outr'ora assolada pelas correrias de fanaticos e insubmissos.

Eleições

O plano de restabelecimento da concordia social, que resolvi executar com firmeza, não ficaria completo sem a verdade eleitoral, que elimina todos os pretextos para agitações e revoltas.

O Governo empregou todo o seu prestigio para conseguir uma lei que inspirasse confiança ao povo e desse como resultado dos pleitos a expressão exacta do suffragio.

Decretado novo processo para a qualificação, o Ministerio do Interior timbrou em attender a todos os reclamantes, em dirimir duvidas, explicar textos, fornecer materiaes com presteza. Logo

em seguida, começou a ser executada outra lei, a das eleições propriamente ditas. Redobrou o trabalho e com elle a actividade dos responsaveis pela sua execução.

A magistratura, salvo lamentaveis excepções, cumpriu o seu dever; mostrou-se arguta, infatigavel e imparcial.

Por sua vez o Executivo Federal tornou bem claro que o seu unico interesse era ver a lei cumprida honestamente, apurando-se todos os votos legitimos; não podia, não devia, não queria ter candidatos.

Realizou-se a primeira experiencia exactamente no lugar onde nunca houve eleições regulares durante o regimen vigente, no Districto Federal.

Brilhante foi o resultado: nem violencias, nem fraudes.

O paiz teve, no dia 1º de março ultimo, a prova definitiva de que é possivel praticar-se entre nós a verdadeira democracia, desde que o exemplo venha de cima.

Com excepção de dous ou tres Estados, os protestos apenas levantam questões de fórma, apontam inobservancia de requisitos processuaes; não profligam actos de força, nem sonegação audaciosa de suffragios.

Todos reconhecem que se realizaram as eleições mais sérias de que ha memoria no Brasil depois da primeira experiencia da Lei Saraiva.

O Codigo Civil, aspiração antiga dos juristas brasileiros, promessa do Imperio, renovada na Republica, foi afinal concluido, e entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 1917.

Codigo Civil

Immediatamente o Poder Executivo promulgou, em character provisorio, os decretos necessarios para execução das disposições referentes ao registro de immoveis e ao de obras litterarias, scientificas e artisticas.

Promoveu tambem a remodelação das leis processuaes da Justiça Federal e da local do Districto Federal, afim de ficarem de accòrdo com o direito substantivo em vigor. Os projectos, bem encaminhados, pendem de approvação do Congresso Nacional.

Em principios de 1915 o Ministro da Justiça dirigiu aos magistrados e advogados notaveis da cidade do Rio de Janeiro uma circular em que pedia a indicação das principaes providencias adoptaveis para accelerar a marcha dos processos e embaraçar a chicana, sem prejuizo da defesa, tanto na Justiça Federal como na local do Districto Federal. Todos corresponderam promptamente ao appello. O resumo das providencias suggeridas foi incluido em um projecto de lei que, approvado pela Camara dos Deputados, aguarda o voto final do Senado.

Justiça

Foram reduzidas consideravelmente as custas que percebiam os serventuarios do fòro do Districto Federal.

O Poder Executivo pleiteou perante o Congresso a revogação das disposições que estabelecem, na magistratura e no Ministerio Publico, a promoção exclusivamente por antiguidade, que mata o estímulo e nivela o merito com o demerito.

Tem havido o maior escrupulo no preenchimento dos logares da magistratura, excluidos systematicamente os apaixonados e os incompetentes. As melhores recommendações para os candidatos são a cultura comprovada e a honradez sem jaça.

O Governo quebrou a praxe da recondução systematica dos juizes preparadores: tanto no fôro local, como no federal e no Territorio do Acre houve casos de indeferimento de requerimentos de aspirantes á continuacão da judicatura, por não applicarem o direito com intelligencia e integridade.

O Poder Executivo demittiu membros do Ministerio Publico federal, e outros do local, por não servirem bem á causa da justiça.

Promoveu processo judicial contra dous juizes de direito.

Está agindo administrativamente contra escrivães que se excedem na cobrança de custas, prevaricam ou levam vida irregular, incompativel com o cargo.

Privou das funcções escreventes juramentados que, apesar de serem demissiveis "ad nutum", praticavam extorsões audaciosas.

Exerce vigilancia para evitar que os membros do Ministerio Publico retardem o andamento dos feitos.

Qualquer que seja o resultado dos processos judiciaes e administrativos, continuará a denunciar aos tribunacs e á opinião publica os funcionarios do fôro que não cumprirem o seu dever.

Saude Publica

No principio do quadriennio estava o Governo preocupado, sobretudo, com a restauração das finanças nacionaes. Por isso, foram feitas economias rigorosas e reduzidas todas as verbas orçamentarias. Mantiveram-se, para as despesas com a saúde publica, apenas as verbas strictamente indispensaveis. O pessoal da Prophylaxia, por exemplo, era quasi dez vezes menor do que o empregado por Oswaldo Cruz. O material é difficil de encontrar, e o que existe á venda só se obtem com demora e por alto preço.

Até mesmo em tempos normaes não se faz hygiene sinão com muito dinheiro.

Entretanto, apenas uma molestia augmentou de intensidade, no Districto Federal: a tuberculose, aggravada pela carestia da vida e outros males resultantes da guerra e da crise economica mundial. O Governo abriu, para os doentes da molestia terrivel, um hospital sanatorio, na enseada de Jurujuba, em local apropriado e saudavel. Os casos graves continuaram a ser attendidos no Hospital São Sebastião.

Desappareceu a febre amarella da Bahia. Surgiu, violenta, no Espirito Santo; porém foi atacada immediatamente por uma com-

missão enviada pelo Ministerio do Interior, e extincta em pouco tempo.

Duas vezes appareceu o paludismo com caracter epidemico e infeccioso, em Jacarépaguá e na Ilha do Governador. Foi debellado com energia.

Afinal, melhoradas as finanças, resolveu o Governo enfrentar dous problemas : o combate definitivo á uncinariose no Districto Federal, sem descurar do paludismo, e a campanha systematica movida contra as endemias que devastam o interior do Paiz e compromettem o futuro da nossa raça. Espera resolver o primeiro antes de 15 de novembro e iniciar logo os trabalhos em relação ao ultimo, que exige decennios de pertinaz actividade.

Num paiz em que o ensino professional era deficiente, as leis em vigor incrementaram o bacharelismo, já superabundante, pelo nivelamento dos bons e dos maus institutos secundarios e superiores. Creou-se até a industria dos diplomas.

Ensino

O Governo enfrentou o problema que se lhe antolhava com a maior prudencia e energia. Difficultou as formaturas, instituiu um criterio de selecção entre academias, restabeleceu os concursos para o provimento dos cargos no magisterio official, creou segunda prova para apurar a cultura fundamental e interveiu na vida das faculdades officiaes todas as vezes que as notas conferidas não sagravam o verdadeiro merito.

A prudencia e o espirito de justiça, com que sempre agiu, deram-lhe tal prestigio que, pela primeira vez, no Brasil se poz em execução uma reforma do ensino, sem haver vaias aos directores, attritos entre estudantes e a policia, incompatibilidade entre o Governo e a mocidade estudiosa. Entretanto, a reforma elevou de dous a sessenta por cento, logo no primeiro anno, o algarismo das reprovações em exame. A média das inhabilitações baixou, porque se estuda muito mais ; porém ainda oscilla entre trinta e quarenta por cento, para felicidade dos moços e do Brasil de amanhã. No entanto, os chefes do ensino official continuam a ser acolhidos com demonstrações de respeito e carinho nas academias e gymnasios.

A lei nova, prohibindo o rateio das taxas escolares entre os docentes e applicando-as ao augmento do patrimonio das escolas, permittiu melhorar edificios e laboratorios sem onus para o The-souro.

Antes que o Congresso dêsse verba para concluir o predio do Externato do Collegio Pedro II, foram concluidas, com as rendas do instituto, a fachada principal e varias salas indispensaveis.

A Escola Polytechnica tambem preparou salões e laboratorios á sua propria custa.

Eleva-se já, na Praia Vermelha, um dos pavilhões do edificio da Faculdade de Medicina, aspiração simi-secular que o crario nacional não realizou e a lei vigente veiu tornar perfeitamente exequivel.

Tambem foi creado, sem onus para o Thesouro, um curso especial de Medicina Publica.

A Escola de Bellas Artes teve as suas galerias restauradas e pela primeira vez abertas ao publico permanentemente.

O grande augmento de matriculas no Instituto de Musica é a prova material do prestigio crescente deste estabelecimento official. O Governo espera, ainda este anno, emprehender a conclusão do edificio no largo do Passeio Publico, com os recursos do patrimonio do Instituto, de accôrdo com autorização legislativa.

O decreto n. 12.958, de 10 de abril de 1918, prohibiu os professores de examinarem os seus proprios discipulos e garantiu os direitos dos adjuntos, sujeitos até então a ser excluidos, depois de muitos annos de bons serviços, si não mais conservassem a estima pessoal dos cathedaticos.

Brevemente será publicado o decreto fomentando o estudo da lingua vernacula, da geographia e da historia do Brasil nas zonas em que existem colonias estrangeiras. Actualmente, prevalecendo-se do estado de guerra, o Executivo prohibiu o funcionamento de escolas em que se não ensine o portuguez.

Brigada Policial e
Corpo de Bom-
beiros

Embora numericamente deficiente para o policiamento de uma cidade de area vastissima, como o Rio de Janeiro, a Brigada Policial cumpre, com a maior dedicacão e esmerada disciplina, o seu dever. A administração é a mais economica possivel, como será facil verificar pelo confronto entre as despesas do triennio ultimo e as do anterior, apesar do encarecimento geral dos mantimentos, fazendas, correame e calçados.

O Corpo de Bombeiros luta com a falta de material, que a guerra torna quasi impossivel de obter. Não obstante isso, melhorou o serviço, inaugurou estações novas, sem exceder as verbas orçamentarias.

Outros serviços

Foi restabelecido o systema do concurso de provas para os primeiros postos, nas repartições publicas ; e o Governo fez as investiduras obedecendo rigorosamente á ordem da classificacão. Não se verificou uma só excepção. Quando não havia justiça no "verdictum" não se alterava a lista ; annullava-se tudo e fazia-se proceder a novas provas perante outra commissão julgadora. Melhorou muito, por essa razão, a qualidade do pessoal administrativo ; e ficou estabelecido mais um incentivo para o estudo.

A Bibliotheca Nacional era a repartição que em maior quantidade recebera pessoal subalterno pouco idoneo, e desse mal se resentia o serviço. O concurso e a justiça nas promoções vão melhorando a situação. Não havia sequer um catalogo systematico dos livros impressos e dos manuscriptos. Está sendo elaborado com o necessario capricho.

As colonias de alienados tiveram as obras paradas por economia. Vão recommear, graças a autorização legislativa, sem

onus para o Thesouro, empregando-se apenas o patrimonio proprio.

O Governo, apesar das difficuldades financeiras com que lutou a principio, sempre se esforçou por melhorar as condições da infancia abandonada.

Confiou á direcção de uma associação philanthropica a Escola de Menores, entregando-lhe o edificio e a subvenção annual votada pelo Congresso. O resultado foi excellente. A sociedade prepara gradativamente a independencia dos pequenos, ensinando-lhes um officio, obtendo-lhes trabalho nas fabricas e permittindo-lhes que se alimentem e durmam no edificio de São Christovão, enquanto não ganhem o sufficiente para manter-se.

Têm sido melhoradas e augmentadas as installações da Escola Premunitoria 15 de Novembro.

Finalmente, fundaram-se colonias agricolas para os pequenos orphãos de auxilio paterno.

Com energia serena a ordem publica é mantida.

Ordem Publica e
Estado de Sitio

Houve algumas arruaças logo no inicio do quadriennio, dominadas sem effusão de sangue.

Tentativas de revoltas fracassaram no nascedouro, duas vezes, punidos legal e exemplarmente os culpados.

O Governo resolveu suasoriamente as questões entre patrões e operarios.

O estado de guerra entre o Brasil e a Allemanha exigiu medidas excepcionaes que poderiam ser executadas sómente em estado de sitio, o qual foi declarado, para o Districto Federal e Estados de S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul, por meio do decreto n. 12.716, de 17 de novembro de 1917, até 31 de dezembro. Nesta data foi prorogado até 26 de fevereiro. Ficou suspenso até 6 de março, afim de se realizarem livremente as eleições para Presidente e Vice-Presidente da Republica, Deputados Federaes e renovação de um terço do Senado.

Estabeleceu-se a censura da imprensa, bem como a postal e a telegraphica, restricta aos assumptos internacionaes e ás medidas militares. Permittiu-se a critica illimitada dos actos administrativos, desde que não degenerasse em franco incitamento á greve ou á desordem, facto unico na historia do estado de sitio entre nós. Foi vedada a publicação de jornaes em lingua allemã, bem como a predica de doutrina religiosa no idioma dos inimigos do Brasil. Funcionarios especiaes velam pela facil execução destas resoluções.

GUERRA

As circumstancias financeiras do paiz haviam determinado a reducção de effectivo do Exercito a 18.000 praças, incluindo nesse numero os aspirantes, amanuenses e alumnos da Escola Militar ; o

effectivo de fileira era, portanto, inferior a uma divisão em pé de guerra.

Por esse motivo não era possível manter organizadas todas as unidades, estando muitas dellas reduzidas ao quadro de officiaes.

Entretanto, a guerra, que continuava a conflagrar a Europa, aconselhava, apesar da nossa situação de neutros, a cuidar da situação militar; e, assim, tanto quanto permittiam os escassos recursos orçamentarios, começou-se a melhorar os nossos arsenaes e fabricas, ao mesmo tempo que se melhorava a instrução e dotava-se a tropa e os serviços com os regulamentos necessarios.

A principal falha de nossa organização consistia no recrutamento das praças do Exercito por meio do voluntariado e do engajamento; o Exercito tinha, assim, um caracter profissional, formava uma classe á parte, e não podia, pelos continuos engajamentos, formar reservas; elle não representava a Nação, que não o conhecia sinão na exterioridade das formaturas.

A execução da lei do sorteio, que tornou o Exercito nacional, foi, portanto, sob o ponto de vista da defesa do Paiz, o facto de maior relevancia occorrido neste quadriennio.

Na Mensagem do anno passado tratei desse auspicioso acontecimento.

Tendo a pratica notado defeitos na lei, foi ella modificada de accôrdo com a autorização legislativa, publicada no decreto de 27 de dezembro, sob n. 3.427, e já este anno o sorteio foi feito segundo a nova lei, que mostrou muita vantagem sobre a primitiva; sua regulamentação foi feita pelo decreto n. 12.790, de 2 de janeiro do corrente anno.

Deve-se registrar que, apesar de ainda não isento de muitos senões, o alistamento foi bastante melhor do que no anno preccedente; é claro que em um paiz vasto, como o nosso, de communições nem sempre facéis com o interior, um serviço novo, como este, ha de apresentar defeitos que serão corrigidos á proporção que forem conhecidos.

A execução, pela segunda vez, da lei do sorteio, garantiu o exito da transformação do Exercito; elle é hoje nacional, os seus quartéis são escolas que recebem contingentes que vão aprender a defender a patria e voltam ás suas profissões civis.

Nesse pequeno periodo de execução da lei têm passado pelos quartéis muitos estudantes de academias superiores, moços já diplomados, filhos de familias abastadas que, no serviço militar, hombream com os menos favorecidos da fortuna, em perfeito pé de igualdade.

Sorteados têm havido, de logares distantes e de colonias, que chegam aos quartéis sem conhecer a nossa lingua e a nossa bandeira; a educação civica, que recebem, os integra na nacionalidade.

A situação internacional tendo-nos obrigado a deixar a posição de neutros e depois a aceitar a guerra com a Allemanha, tor-

nou indispensavel elevar o effectivo de nosso Exercito e preparal-o para qualquer eventualidade.

Desse modo foi elle elevado ao effectivo normal de paz, isto é, ao effectivo que permite manter organizados todos os serviços da tropa, de modo que, para passar ao pé de guerra, bastará incorporar reservistas no numero determinado nos quadros préviamente calculados pelo Estado Maior.

Esse effectivo attinge, mais ou menos, 54.000 homens, o que, para uma população de 25 milhões, representa pouco mais de 2 por 1.000; o decreto n. 12.739, de 7 de dezembro, publicou sua distribuição pelas unidades da tropa.

Comprehendem-se as grandes difficuldades a superar para elevar um minusculo exercito de 18.000 homens a 54.000, numero tres vezes maior. Era preciso obter quartéis, fardamento, equipamento, arreios, viaturas, cavallos e ainda os utensilios para esses quartéis, como camas, material de rancho, etc.

Convém dizer que, mesmo sem a situação de guerra, o Exercito teria de ser augmentado, como consequencia do serviço militar obrigatorio; este, por sua indole, é regional, e, portanto, exige que, em cada Estado, haja, pelo menos, uma unidade de tropa para incorporar conscriptos, e para servir de nucleo ás operações do serviço de recrutamento.

Accresce que não podia deixar de ser muito transitoria a situação em que se achava o Exercito, com grande numero de suas unidades reduzidas apenas ao quadro de officiaes.

Os registros militares, apesar da imperfeição de sua escripturação nos primeiros annos e das grandes falhas que ainda se notam nos alistamentos, apresentam o seguinte resultado, com relação aos alistados no Districto Federal e nos Estados :

Sujeitos ao sorteio para a 1ª linha	402.949
» » » » » 2ª »	493.346

Continúa com patriotico entusiasmo o desenvolvimento das sociedades de tiro, creando-se grande numero de novas associações. Existem actualmente 564 sociedades de tiro incorporadas, das quaes 448 em actividade, possuindo 54.985 socios contribuintes.

Além disso, recebem instrucção militar em 150 institutos de ensino e associações diversas 11.582 jovens.

E' para desejar que em cada municipio haja uma sociedade de tiro e que as autoridades municipaes considerem um dever patriotico auxiliá-la e fazel-a prosperar.

A rapida formação de avultado numero de sociedades de tiro trouxe a difficuldade de dar-lhes instructores; não era possivel dispor do numero de officiaes necessarios; recorreu-se, por isso, a officiaes reformados, ainda capazes, e aos sargentos. Muitos officiaes têm accettato a instrucção de sociedades sem prejuizo do seu serviço; outros instruem mais de uma sociedade.

A falta de instructores tornou-se mais sensível com o desenvolvimento da instrução militar nas academias, collegios, associações de educação sportiva etc.

Creou-se, portanto, um Curso de Aperfeiçoamento da Instrução de Infantaria para fazer instructores ; nesse curso matriculam-se sargentos escolhidos, os quaes, depois de seis mezes de instrução intensiva, são diplomados instructores e distribuidos pelas sociedades de tiro e estabelecimentos onde ha instrução militar, formando um quadro á parte, regulamentado pelo decreto n. 12.718, de 21 de novembro.

O curso já forneceu uma primeira turma de 56 instructores.

Para distribuir a tropa pelos Estados, attendendo ás conveniencias militares, á população e aos recursos, foi necessario adquirir immoveis, reformar velhos quartéis e alugar outros. As acquisições foram sempre precedidas de exame e avaliação por engenheiros militares.

Toda a materia prima necessaria ao fardamento, calçado, arreamento, material de acampamento e equipamento, com excepção apenas de parte deste, é nacional, e sua confecção tem sido confiada a fabricas civis nacionaes ou ás do Ministerio.

Mesmo os freios, esporas, estribos, ferragens para cinturões etc., que eram importados, são hoje fabricados corrente e economicamente no Arsenal de Guerra.

Esse Arsenal tem tomado o desenvolvimento necessario á situação actual ; as suas officinas trabalham o aço nacional com bom resultado, e em breve disporão de aço obtido, em suas officinas, pela conversão do ferro.

A Fabrica de Ipanema, que jazia em completo abandono, aproveitada apenas para aquartelamento de tropa, está sendo restaurada, já tendo um de seus fornos em actividade, produzindo ferro.

A Fabrica de Cartuchos do Realengo está tambem soffrendo as modificações exigidas pelo grande aumento de consumo de munição, motivado pela elevação dos effectivos e pelo numero sempre crescente de sociedades de tiro.

A Fabrica de Piquete, que produz as polvoras chimicas, e a da Estrella, que produz as mecanicas, têm tambem tido os melhoramentos necessarios.

O Arsenal de Guerra de Porto Alegre, que attende ás necessidades das tropas da 7ª Região, tem merecido a attenção do Governo, e augmentado a capacidade de sua producção.

Foi terminada a construcção do grande polygono de tiro da Villa Militar, que dispõe de uma serie de 24 alvos que podem ser utilizados simultaneamente, a distancias variaveis, desde 150 até 400 metros.

Continuam os trabalhos e construcção do Campo de Instrução, em Gericinó, sendo provavel que em setembro possa ser inaugurado um sector ; esse campo, que está sendo feito pelos melhores modelos europeus, permittirá a completa instrução de uma

Divisão, contendo linhas de tiro para a artilharia de campanha ; será ligado á Villa Militar por uma linha ferrea com o desenvolvimento de nove kilometros.

Será um excellente local para a concentração e instrucção de tropas.

Tendo a pratica demonstrado que a Confederação de Tiro não preenchia mais os fins a que era destinada, pelo desenvolvimento que tomaram as sociedades de tiro, e havendo evidente vantagem em uniformizar a instrucção militar dos estabelecimentos civis, foi creada a Directoria Geral do Tiro de Guerra, entregue a um official superior effectivo, sendo o respectivo regulamento approved pelo decreto n. 12.708, de 9 de novembro; subordinado technicamente ao Director, ha em cada Região um Inspector de Tiro, que, com os auxiliares necessarios, orienta e uniformiza a instrucção daquellas sociedades e estabelecimentos; esses inspectores fazem parte do Quartel General da Região. A Directoria Geral mantém uma revista.

Verificando-se a necessidade de garantir alguns portos do Norte, de facil accesso, contra possiveis actos de pirataria, foram organizadas quatro baterias de artilharia e localizadas no Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba e Alagôas.

Ao mesmo tempo reconheceu-se que era imprescindível grupar as fortificações da costa, de modo a dar unidade de commando a todas as existentes em um mesmo Estado; e por esse motivo foram creados pelo decreto n. 12.701, de 7 de novembro, os Districtos de Artilharia de Costa, o que permite o estudo methodico dos diversos problemas exigidos pela defesa de um porto por meio de suas fortificações. Nessa organização approximamo-nos, tanto quanto possivel, dos Estados Unidos da America do Norte.

O Forte de S. Luiz, nesta capital, está prompto, faltando apenas obras complementares; o do Vigia, em Copacabana, está em adiantada construcção. Continuum em andamento as obras de Santos, e estão soffrendo as reparações necessarias as fortificações do Sul do paiz.

A crise economica por que passou o paiz, determinando grande redução nos orçamentos, fez diminuir o numero de alumnos da Escola Militar, unica fonte de recrutamento de officiaes; dahi resultou que o contingente fornecido por aquelle estabelecimento de instrucção se tornou menor que o total das vagas annuaes. A principio, o excesso que havia de aspirantes cobria o "deficit"; actualmente, porém, temos uma falta maior de 200 officiaes no primeiro posto.

Para sanar essa falta foi, no corrente anno, augmentado o numero de alumnos para 400, e procede-se á revisão do regu-

lamento, com o fim de diminuir a duração dos cursos, conforme autorização legislativa.

Havendo o Congresso autorizado pela lei n. 3.454, de 6 de janeiro do corrente anno, a diminuição de dous annos na idade dos officiaes para a reforma compulsoria, o Governo, por decreto n. 12.800, de 8 janeiro, usou dessa autorização com o fim de rejuvenescer os quadros.

Tendo sido sancionada a lei n. 3.352, de 3 de outubro, foi feita sua regulamentação pelo decreto n. 12.923, de 20 de março do corrente anno; essa lei estabelece as regras para obtenção de officiaes para reserva de 1ª linha, e era indispensavel para a organização dessa reserva.

O grande numero de cavallos e muares necessarios aos exercitos belligerantes na Europa levou os respectivos Governos a mandar comprar-os na America do Sul, o que fez diminuir o numero e augmentar o preço; apesar disso, porém, o Exercito continúa a fazer sua remonta exclusivamente com animaes nacionaes.

A Coudelaria de Saycan prosegue prestando excellentes serviços ao melhoramento da raça cavallar. De accôrdo com o seu regulamento, ella põe á disposição dos criadores, e gratuitamente, na época propria, os seus reproductores; estes, em numero de 27, são todos de puro sangue das raças arabe, ingleza e anglo-arabe.

A Coudelaria dispõe tambem de um bom lote de eguas puras para obtenção de novos reproductores; os animaes que, por qualquer defeito, não servem para a reproducção, são entregues para a remonta.

A Coudelaria, que é o maior estabelecimento de criação cavallar do Paiz, não pesa no orçamento da guerra, sendo suas despesas custeadas com a renda de seus campos.

Junto á Coudelaria e sob a mesma direcção ha um deposito de remonta que adquire os animaes necessarios aos corpos e recebe os productos da Coudelaria destinados á remonta, por não servirem á reproducção.

Durante o quadriennio que está a findar, o Exercito teve muitas vezes de movimentar unidades para attender a alterações da ordem publica, fazer respeitar decisões do Poder Judiciario.

Na região contestada pelos Estados do Paraná e Santa Catharina, ao começar o quadriennio, estavam em plena actividade as operações contra os fanaticos; a remessa de novas tropas e recursos permittiram sua terminação em 1915; foi, porém, necessario conservar tropa occupando a região até fazer-se o accôrdo; por occasião da execução deste, tornou-se preciso, para fazer abortar

um movimento prestes a irromper, movimentar novamente a tropa, mandando vir do Rio Grande do Sul tres batalhões.

A situação politica de Matto-Grosso, obrigando a intervenção federal, deu logar á concentração alli de forte contingente, indo batalhões desta capital, Lorena e Florianopolis, além de metralhadoras.

Outros movimentos deram logar a ida de tropa para diversos Estados, como Rio de Janeiro, Amazonas, Pará, Alagôas, Piauhy etc.

Esses destacamentos de tropa acarretam despesas que, nos dous primeiros casos citados, foram avultadas; os transportes, a elevação das etapas e, ás vezes, de vencimentos, ajudas de custo etc. elevam-se a grandes sommas, não previstas nos orçamentos.

Para acompanhar as operações de guerra na Europa, e estudar as alterações que vae soffrendo a arte da guerra, não só quanto ao desenvolvimento das operações, como em relação ao material, seguiu para a França, em virtude de autorização legislativa, uma commissão de officiaes, cuja chefia foi confiada ao General de Brigada Napoleão Aché.

Naquelle Paiz acham-se tambem tres officiaes matriculados em uma escola de aviação; um outro official aviador acha-se na Inglaterra.

Uma outra commissão, sob a chefia do Tenente-Coronel Alipio Gama, está nos Estados Unidos, acompanhando as operações de mobilização e procurando adquirir material para arsenaes e fabricas.

O Estado Maior do Exercito, continuando a desempenhar-se de suas importantes funcções, preparou ou examinou diversos regulamentos, entre os quaes os de serviços administrativos e de exercicios de artilharia, fez a revisão do de infantaria, a organização do Exercito em campanha, e continuou a desenvolver o serviço de stereo-photogrammetria, installado no Morro da Conceição, nas dependencias de uma antiga fabrica de armas. Suas officinas continuam a se occupar de todos os trabalhos de impressão, photographia e lithographia de que necessita o Ministerio.

O regimen adoptado no Ministerio da Guerra, desde o inicio do quadriennio actual, de rigorosa economia nos gastos dos respectivos serviços, sem, comtudo, desorganizar-os, trouxe no periodo dos ultimos quatro annos, de 1915 a 1918, uma differença para menos, em relação aos quatro annos anteriores, de 1911 a 1914, de 1.968:000\$, ouro; 100.863:776\$274, papel, conforme se verifica pela demonstração infra, cabendo salientar ainda que maior seria essa differença si a despesa de 1915 não estivesse, como está, accrescida da quantia de 12.985:631\$752, comprehendendo: 4.985:631\$752, credito votado para liquidação de vencimentos

de praças de pret, relativos a 1914 e não pagos nesse anno; 6.500:000\$, para pagamento de despesas autorizadas em exercicios anteriores com a compra de material bellico e 1.500:000\$, para occorrer a despesas extraordinarias com as forças do Contestado; e a de 1917 da quantia de 3.111:715\$831, complementar a diversas verbas que se tornaram insufficientes, devido tambem a movimento de forças para diversos pontos do Paiz.

Convém ainda ter em vista que o orçamento para o corrente exercicio tem diversas de suas verbas consideravelmente augmentadas, relativamente ás dos annos anteriores, em virtude do estado de guerra em que se acha o Brasil.

A seguinte demonstração confirma o que ficou dito :

1911 :

Ouro.	1.318:000\$000
Papel	91.182:727\$938

1912 :

Ouro	300:000\$000
Papel	86.774:476\$701

1913 :

Ouro.	300:000\$000
Papel	122.277:141\$008

1914 :

Ouro	250:000\$000
Papel	86.439:149\$428

Total dos quatro exercicios :

Ouro.	2.468:000\$000
Papel	336.653:495\$043

1915 :

Ouro.	Não houve.
Papel	79.118:927\$229

1916 :

Ouro.	50:000\$000
Papel	64.814:031\$410

1917 :

Ouro.	50:000\$000
Papel	67.358:406\$610

1918 :

Ouro.	100:000\$000
Papel	74.498:353\$520

Total dos quatro exercicios :

Ouro.	200:000\$000
Papel	285.789.713\$769

RESUMO

Ouro :	
1911 a 1914	2.168:000\$000
1915 > 1918	200:000\$000
Diferença para menos no quadriennio actual	1.968:000\$000
Papel :	
1911 a 1914	386.653:495\$043
1915 > 1918	285.739:718\$769
Diferença para menos no quadriennio actual	100.863:776\$274

MARINHA

A Marinha não pode ainda attingir o estado de desenvolvimento compativel com a posição geographica e a grande extensão das costas de nosso Paiz.

O factor principal dessa circumstancia tem sido e é ainda a situação financeira que, de alguns annos atrás, tem limitado as iniciativas nacionaes. Comtudo, como a situação economica já vae definindo um estado lisonjeiro e promissor e como, principalmente, é de belligerancia a posição a que o Brasil foi arrastado pelos acontecimentos, não posso deixar de accentuar que é chegado o momento em que, ao lado de uma prudente distribuição orçamentaria, faz-se mistér o primeiro passo para encaminhar a expansão de nossas cousas navaes.

Para isso é necessario um programma que possa ser executado conveniente e methodicamente, guardada a correlação que deve existir entre os recursos disponiveis e as necessidades mais immediatas.

Antes do estado de guerra decretado em outubro ultimo, a administração naval, que tivera por directríz obter para a Marinha o estado de preparo maximo dentro do plano de economias adoptado, não se havia descuidado das necessidades imperiosas que viriam a ser sentidas, organizando um plano que seria executado conforme os recursos orçamentarios o permitissem.

Quando foi decidida nossa coparticipação na guerra, procurou ella examinar mais de perto aquellas necessidades, ou, por outra, a deficiencia em que nos achavamos (producto da crise que aso-berbou o Paiz) em face da responsabilidade que assumiamos.

Partindo do principio, por vós todos muito conhecido, de que um paiz de estensas costas maritimas não pôde deixar de ter uma esquadra proporcional que lhe garanta a inviolabilidade, partindo do aspecto moderno que as campanhas navaes tomaram com a consagração do submarino como arma de combate, reconhecida a idéa de que á esquadra compete, além da destruição da frota inimiga para ter o dominio no mar, a defesa e protecção, não só aos portos e costas, mas á Marinha mercante, elemento indispen-

savel de collaboração em occasião de guerra, o Almirantado Brasileiro, principal órgão consultivo do Ministro da Marinha, por determinação do titular da pasta, estudou a situação e, sem discordancia de opinião, propoz a adopção de uma serie de medidas, das quaes a maior parte já havia antes sido determinada pela administração.

« Acquisição de cruzadores rapidos e de tonelagem relativamente pequena ; de contra-torpedeiros de grande tonelagem que, além das funcções que lhes são peculiares, substituam aquelles nas suas, e de submersiveis, tanto de defesa de costas, quanto de esquadra.

« As circumstancias prementes que levam a commissão a alvitrar esta acquisição, por si mesmas estão a aconselhar que eila só deva fitar material prompto a ser empregado immediatamente, mas em perfeito estado, excusado se torna accrescentar.

« A mesma commissão não tem, nem poderia ter, a menor illusão sobre as innumeradas difficuldades que offerece a adopção desta providencia ; ellas são patentes para todos, mórmente no que diz respeito ás unidades da primeira e segunda especies. »

Para dar inicio a esta suggestão, dever-se-ia começar por completar o programma naval de 1906, com a execução do contracto de construcção de um couraçado, a qual foi suspensa em virtude da guerra actual, um " scout " de cerca de 4.500 toneladas, um navio mineiro, cinco " destroyers " de 1.200 toneladas e cinco submarinos de 1.000 toneladas, dotando ainda a Marinha desde já com 10 hydroplanos de guerra, cujo numero deverá elevar-se a 50, independente de cinco de exercicio, que são indispensaveis.

A seguir, poderia ser ampliado este programma, como o suggere o Almirantado Brasileiro, que fixa as acquisições em :

Couraçados cruzadores ;

Scouts ;

Destroyers ;

Submarinos, conforme vosso julgamento, que fariam parte de um programma a ser estudado desde já e executado com recursos de varios exercicios. Tal programma deve soffrer as modificações que os ensinamentos da guerra actual possam ou venham suggerir.

E' certo que elle não poderá talvez ser executado immediatamente, absorvidas como estão as industrias dos Paizes a que costumavamos appellar para nos supprir de material naval. Entretanto, aproveitando certos momentos em que as condições de guerra permittam relativa diminuição na actividade em que se encontram, talvez possamos conseguir parte ou a execução gradual de todo elle. Não posso, sobre este assumpto, deixar de referir o valor da capacidade industrial de um paiz tocante á sua defesa. Esta só pôde ser producto daquella. E' e será sempre precaria a situação do paiz que, para organização de suas forças armadas, precisa recorrer ao estrangeiro.

E' opportuno, pois, referir-me á necessidade de desenvolver desde já a industria do ferro que, de utilidade geral para o Paiz, garante á Marinha o desenvolvimento que precisa ter.

Estou certo de que o Congresso dotará a Marinha de todos os melhoramentos de que tem necessidade para a sua efficiencia.

O Arsenal de Marinha foi objecto visado pela Administração Naval; novas installações foram feitas, machanismos foram adquiridos. Melhoraram-se, assim, os seus recursos, de modo que se pôde prover com mais vantagem o apparelhamento da esquadra. Mas sua producção é ainda insufficiente. Devo lembrar-vos que a construcção de um Arsenal como o exigem as condições de nossa Marinha de Guerra, já fez parte de plano administrativo anterior, o qual foi em parte executado. Despenderam-se na ilha das Cobras mais de 10.000:000\$, que ficarão perdidos si as obras começadas continuarem paralyzadas. Urge, pois, que seja completado o plano traçado, cuja execução será por certo menos custosa á Nação do que o prejuizo resultante da perda dos serviços já realizados.

E' facil de comprehender que, para attender ás necessidades apontadas, a acquisição de uma esquadra e a conclusão de um Arsenal, a despesa correspondente não poderá ser feita em um exercicio apenas.

Não só os credits necessarios poderão ser concedidos em varios exercicios, o que é preliminar idéa, quando se têm em vista iniciativas de grande vulto, como ainda o recurso da venda dos terrenos do actual Arsenal que vierem a se tornar disponiveis, valorizados, como são, e outros que vosso julgamento indicar, podem, pelo menos, alliviar o paiz de uma contribuição pesada.

Devo rememorar que a Marinha concorreu com uma somma elevada no plano de economias que o Governo adoptou; montam as cifras á cerca de 100.000:000\$000. E' justo, pois, que essa importancia reverta em proveito de seu desenvolvimento, no qual reside a segurança do Paiz.

Para completar o plano, que deve ser traçado, e que visa a inviolabilidade de nossas costas e portos, é mistér pensar na defesa das barras, a começar pela do Rio de Janeiro, e no fabrico de munições. Aquelle assumpto cabe mais ao Exercito por lhe estar confiada a defesa de costas; mas, como á Marinha toca de perto a garantia do movimento no mar, é natural aqui esta referencia, ainda que de passagem. A acção combinada da esquadra com as fortificações das ilhas da barra, o que não poderemos adiar por muito tempo, abrigará um vasto sector, justamente aquelle em que está o principal porto commercial e a capital da Republica.

O fabrico de munições já não apresenta grandes difficuldades, desde que já ha serviços dessa natureza iniciados entre nós. Existem fabricas de polvoras pertencentes ao Exercito e já se cuidou da manufactura de projectis. Só resta prover esses estabelecimentos de recursos capazes de um rendimento satisfatorio. Pouco custará

á Nação e esse pouco não deve ser recusado, desde que se trata de um interesse muito elevado, qual o de sua segurança.

Coube á ultima legislatura uma tarefa difficil, qual a de harmonizar as necessidades geraes do Paiz com os meios de que então se podia dispor. Os orçamentos resentiam-se de falhas que decorriam das proprias circumstancias em que as previsões de receita só podiam ser incertas. Apesar disso, a Marinha conseguiu observal-os com approximado rigor, pois só recorreu a creditos supplementares em casos especiaes e justificados, os quaes, ainda assim, montaram a quantias relativamente pequenas. Si comparardes as cifras correspondentes á ultima decada, vereis que as dotações dos ultimos annos são realmente muito reduzidas; ha uma differença entre o periodo normal e o excepcional de mais de 15.000:000\$000.

Era impossivel manter essa differença, desde que a parte — material — não póde deixar de ser influenciada pela variação dos preços de aquisição, nos mercados, de todos os artigos de consumo na Marinha e essa variação para mais foi em percentagem tal que em alguns casos attingiu quasi 100%. Dahi o facto da ultima sessão legislativa ter augmentado o orçamento da Marinha de cerca de cinco mil contos. A' vista da situação especial a que chegaram todos os paizes, quer productores, quer consumidores, da qual não se póde ter idéa justa de como fluctuarão os mercados, faz-se mistér uma cuidadosa preparação orçamentaria. A vida normal da Marinha já está bem conhecida; tive occasião de me referir ás necessidades mais urgentes para o bom desempenho da missão da nossa Marinha. Do confronto de uma e outras, resultará a conveniencia de organizar o orçamento em duas partes — uma, destinada a tudo que se referir á parte invariavel; outra, destinada ao programma de defesa a que fiz referencia, com a verba indispensavel para ser despendida em varios exercicios.

O apparelho administrativo naval funcionou com regularidade e demonstrou que o systema adoptado permite a unidade de acção, pois insinua a todos os ramos a directriz governamental. Comtudo, é impossivel chegar-se ao estado de perfeição sem que longa experiencia tenha patenteado certas deficiencias, pequenas impropriedades de algumas disposições etc. Em virtude da autorização dada pelo decreto n. 3.316, de 16 de agosto de 1917, no correr do presente anno serão feitas algumas alterações nos diversos regulamentos dos serviços da Marinha, sem que se altere na substancia a essencia desses Regulamentos, como succedeu com o da Escola Naval de Guerra, decretado em maio ultimo.

Conforme decisão legislativa, o Corpo de Patrões-Móres teve novo Regulamento, approved pelo decreto n. 12.855, de 23 de janeiro do corrente anno.

O estado de conservação dos navios é em geral satisfatorio; alguns exigem reparos, especialmente substituição de tubulações de caldeiras e condensadores, obras que estão em andamento em uns e

aguardando outros a chegada do material encomendado para esse fim. A esquadra esteve em movimento, não só para garantia da nossa neutralidade, como também para o policiamento da costa.

Fizeram-se alguns exercicios, attenta á difficuldade de movimentação motivada pela escassez da dotação orçamentaria da verba — combustivel — em virtude dos preços elevados, de um lado, e difficuldade de aquisição ou transporte, de outro. Não obstante, a esquadra esteve sempre em estado de vigilancia, prompta uma parte a attender ás exigencias que as circumstancias apresentavam. O navio-escola “Benjamin Constant” fez a viagem de instrução annual para terminação de curso dos Guardas-Marinha alumnos.

Foi incorporado na esquadra o tender “Ceará”, que serve de navio-base para a flotilha de submersiveis. Aproveitando a movimentação da esquadra no policiamento da costa, esse navio sahio em exercicio junto com os submersiveis, afim de desenvolver o programma de exercicio que, no porto, regularmente se faz.

A proposito da movimentação da esquadra, impõe-se uma observação sobre o carvão nacional, a cuja exploração o Governo emprestou o maximo interesse. Si a industria do ferro é indispensavel para o aparelhamento de nossa defesa maritima, facilidade de aquisição de combustivel é essencial para a manutenção dos “stocks” que a movimentação da esquadra exige.

Não é demais insistir sobre a urgencia de medidas que assegurem exito nos trabalhos feitos para que o carvão nacional possa supprir as faltas decorrentes da restricção da exportação dos paizes productores e, o que é mais, tornar o serviço nacional independente de contribuição estrangeira.

Os serviços de submarinos e aviação, de criação relativamente recente, mereceram especial cuidado da Administração, que não poupou esforços para conseguir sufficiente adestramento do pessoal. Officiaes e praças têm-se aperfeiçoado nessa especialidade, graças aos exercicios que se fizeram com frequencia. Só os de aviação foram interrompidos em consequencia de avarias que soffreram os respectivos aparelhos. O reparo destes e a aquisição de novos permitirão se continuem em breve os cursos praticos, iniciados sob bons auspicios.

Quando o Congresso resolveu a occupação dos navios alle-mães, detidos nos portos nacionaes, coube á Marinha dous desses navios, o “Posen” e “Alrich”, que deviam ser transformados em cruzadores auxiliares e receberiam os nomes de “Belmonte” e “Parnahyba”. Posteriormente, á vista do estado de guerra e, sobretudo, por causa das difficuldades do transporte e assignatura do Convenio Commercial com a França, foram esses navios entregues ao Lloyd Brasileiro.

Necessitando a Marinha de um cruzador auxiliar, foi effectuada a troca do ex-alle-mão “Palmares” do Lloyd Brasileiro, com o transporte “Sargento Albuquerque” que, durante o anno, desempenhara diversas commissões de character commercial.

VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

Em Mensagens anteriores, accentuei a necessidade, que havia, ao iniciar o meu Governo, de retardar ou suspender a execução de varios serviços a cargo do Ministerio da Viação e Obras Publicas, dada a situação delicada de nossas finanças, e mostrei a extensão real de nossos compromissos, especialmente no tocante a estradas de ferro e portos da Republica. De accôrdo com os dados constantes dessas Mensagens e de outros documentos officiaes, as responsabilidades do Thesouro, em fins de 1914, eram, em resumo, as seguintes :

Emprestimos externos :

	£
Estradas.	26.225.460
Portos.	16.841.000
Ao todo	<u>43.066.460</u>

que, ao cambio de 12, representam em nossa moeda.....
361.329:200\$000.

Apolices da divida interna (emittidas até 31 de dezembro de 1914):

Para aquisição e construção de estradas	195.983:000\$000
Para as obras do Porto do Rio de Janeiro	17.300:000\$000
	<u>214.283:000\$000</u>

Sommando as duas parcelas, verifica-se que os titulos em circulação dos emprestimos externos e internos se elevavam a 1.075.612:200\$, papcl.

As garantias de juros, feita a conversão da parte ouro ao mesmo cambio de 12, subiam no referido anno a

Estradas	20.121:496\$288
Portos.	11.433:139\$015

Estes eram os compromissos em relação aos quaes nada era possivel fazer, porque só desaparecerão pela amortização dos emprestimos, pelo resgate das apolices e pelo decurso do tempo das garantias de juros. Mas, além delles, outros havia que aggravariam, de futuro, os encargos já existentes, a saber :

— quantia ainda necessária para occorrer ás despesas em dinheiro com a execução integral dos contractos em vigor, calculada em 300.000:000\$000 ;

— emissão de apolices, tambem para a execução de contractos, de accôrdo com o calculo da Inspectoria Federal das Estradas, em 1914 (calculo que, attentos os precedentes da Madeira-Mamoré, São Luiz a Caxias e outras estradas, estava aquem de uma previsão segura) 190.000:000\$000 ;

— obras da barra do Rio Grande — 18.000:000\$, ouro, ou, ao cambio de 12 — 40.500:000\$000 ;

— augmento de responsabilidades com garantia de juros, que, não podendo ser antecipadamente fixado, subiria, entretanto, no correr dos annos, a sommas avultadissimas, porque, para citar um exemplo, só a S. Paulo-Rio Grande teria de applicar ainda cerca de 5.000.000 esterlinos, que gosariam de garantia de juro annual de 6%, ouro, para concluir as estradas que contractara.

— accrescimo de garantias de juros a portos ainda não concluidos (Pará, Bahia, Victoria e Rio Grande do Sul), que attingiria a importancias consideraveis ;

— conclusão de todas as obras do porto do Recife, que exigiriam ainda alguns milhares de contos.

A estes compromissos havia a addicionar os decorrentes de contractos de navegação e outros de menor importancia, bem como uma grande serie de questões a resolver e de dividas a liquidar, em consequencia de fornecimentos feitos e de construcções autorizadas, principalmente nas estradas de ferro administradas pela União.

Foi o conhecimento desta situação que me levou a dizer, ha exactamente dous annos, que tinhamos praticado, sem cautelosa moderação, uma larga politica de melhoramentos materiaes, deixando de calcular previdentemente os sacrificios a que ella nos arrastaria, e dahi os maiores embaraços a vencer no momento em que tivemos de modifical-a, presos, como estavamos, á letra de contractos onerosissimos.

O estudo, revisão e, sempre que possivel, a rescisão e a decretação da caducidade de contractos foi preocupação constante do Governo no Ministerio da Viação e Obras Publicas. Mas, além desse trabalho — que continúo a reputar o mais proveitoso de quantos correram por esse departamento administrativo e de que resultaram, conforme já tive oportunidade de afirmar, economias e cessação de responsabilidades superiores a 500.000:000\$ — outros reclamaram a sua maior e mais desvelada solitudine. Para comproval-o, basta considerar o que representa de labor fecundo construir neste momento estradas de ferro de caracter estrategico e economico ; manter a regularidade de trafego marítimo, fluvial e ferro-viario ; supprir as deficiencias do carvão europeu e americano, recorrendo a outros combustiveis e estimulando a exploração das jazidas nacionaes, com a construcção de ramaes para zonas carboniferas, installação de uma uzina de pulverização e auxilios á nova industria ; aproveitar todo o material fixo e rodante das estradas, concertando-o e reparando-o em officinas mal aparelhadas e dentro de curto prazo ; multiplicar as vias de communicação, em consequencia de nossa situação internacional e de exigencias de ordem interna ; desenvolver serviços d'agua, luz, esgotos, correios, telegraphicos e outros sem poder procurar fóra do Paiz os elementos indispensaveis para isto ; dar transporte á

produção agrícola e industrial que se intensifica á proporção que as necessidades e os preços dos productos augmentam; realizar obras urgentes com recursos parcos, e tudo isto quando a importação do material estrangeiro decresce, tornando-se impossivel em relação a certos generos, os "stocks" escasseiam e os elementos faltam quasi por completo. Só a conservação, em condições mais ou menos normaes, dos serviços anteriormente organizados, demonstra um esforço que, a não serem os poderes publicos, poucos sabem quanto é ingrato, exaustivo e penoso.

A revisão destes está quasi ultimada e, ante os seus beneficos resultados, justo é que, mais uma vez, vos diga da obra executada:

Rescisão e caducidade de contractos

Decreto n. 11.378, de 9 de dezembro de 1914 (rescisão do contracto de que eram concessionarios La Rocque Frota & Cia., para navegação entre os portos de Belém, Manáos e os do rio Juruá e seus affluentes, contracto em que eram assegurados todos os favores de que gosava o Lloyd, excepto a subvenção);

Decreto n. 11.525, de 17 de março de 1915 (rescisão do contracto para o serviço de navegação do rio Uruguay até Santo Izidro, cessando assim a subvenção annual de 60:000\$000);

Decreto n. 11.692, de 25 de agosto de 1915 (declaração de caducidade do contracto celebrado com a "South American Railway Construction Company, Limited", para a construcção das estradas de ferro da rêde cearense, libertando o Thesouro de novos pagamentos na importancia de 40.000:000\$, além dos que deviam correr pelos saldos existentes, e dando ensejo a que continuassem as obras, desde logo, por administração, com as sobras de parte do emprestimo depositado no Banco do Brasil, o que permittiu o aproveitamento immediato dos "retirantes" acossados pela ultima secca que assolou o nordeste brasileiro);

Decreto n. 12.113, de 28 de junho de 1916 (rescisão do contracto celebrado com a firma R. Rebecchi & C.^a para a construcção de 11 armazens externos de dous pavimentos no cães do porto do Rio de Janeiro);

Decreto n. 12.208, de 20 de setembro de 1916 (rescisão do contracto para a construcção, uso e gozo da estrada de ferro de Taubaté a Ubatuba);

Decreto n. 12.251, de 1 de novembro de 1916 (rescisão do contracto para a construcção do ramal de Abaeté, na Estrada de Ferro Oeste de Minas);

Decreto n. 12.252, de 1 de novembro de 1916 (rescisão do contracto para a construcção do ramal de Itapecerica, tambem na Oeste de Minas);

Decreto n. 12.455, de 25 de abril de 1917 (rescisão do contracto celebrado com a Companhia Pernambucana de Navegação a Vapor, á qual tinha sido assegurada uma subvenção annual de 247:786\$000);

Decreto n. 12.907, de 6 de março de 1918 (rescisão do contracto da Estrada de Ferro de Santa Catharina, cujo custo não seria inferior a 100.000:000\$000, segundo os melhores calculos);

Aviso de 19 de março de 1915 (providencias para que, por intermedio da Procuradoria Geral da Fazenda Publica, fosse rescindido judicialmente o contracto de construcção da estrada de ferro colonial de Guaratinguetá a Pindamonhangaba, que teria uma subvenção de 765:000\$000);

Aviso de 17 de junho de 1916 (providencias para que, tambem judicialmente, fosse promovida a rescisão do contracto de construcção da estrada de ferro colonial de Monte Azul, em S. Paulo, ás margens do Rio Grande, cuja subvenção attingia a 1.800:000\$000).

Decreto n. 11.524, de 17 de março de 1915 (revisão do contracto da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, com exclusão da clausula de isenção de direitos e redução annual de 30:000\$ na subvenção);

Revisão de contractos

Decreto n. 11.620, de 30 de junho de 1915 (revisão do contracto da Companhia Pernambucana de Navegação a Vapor, tambem com exclusão da clausula de isenção de direitos e redução da subvenção na importancia annual de 52:214\$000);

Decreto n. 11.648, de 24 de julho de 1915 (revisão do contracto da Companhia de Estradas de Ferro S. Paulo-Rio Grande, com limitação da garantia de juros ao capital já depositado, o que desobrigou o Thesouro de responsabilidades futuras por garantias de juros, sobre cerca de 5.000.000 esterlinos, além de outras vantagens, como o adiamento da encampação da Estrada de Ferro Norte do Paraná e a construcção da linha de Curityba a Juquiá, na importancia approximada de 30.000:000\$000);

Decreto n. 11.683, de 13 de agosto de 1915 (revisão do contracto com a Empresa Estrada de Ferro de Theresopolis, reduzindo sensivelmente os encargos do Thesouro e afastando os riscos possiveis de avultadas indemnizações que poderiam decorrer de um pleito judiciario);

Decreto n. 11.691, de 25 de agosto de 1915 (revisão do contracto celebrado com João Corrêa & Irmão e o Banco da Provincia do Rio Grande do Sul para estudos e construcção das linhas ferreas de S. Pedro a S. Luiz e S. Borja e prolongamento do ramal de Quarahy e Alegrete, com varias vantagens, inclusive a da redução de 27.200:000\$ na despesa a realizar);

Decreto n. 11.774, de 3 de novembro de 1915 (revisão do contracto da Companhia Nacional de Navegação Costeira, com redução de 50% da subvenção, que de 2.080:000\$, por anno, quando effectuadas todas as viagens, ficou sendo de 1.040:000\$, ou, seja, durante o tempo que faltava para a conclusão do contracto, de 12.480:000\$000);

Decreto n. 11.980, de 4 de março de 1916 (revisão do contracto da Companhia Viação Ferrea de Itabapoana, melhor assegurando os interesses do Thesouro, excluindo a clausula de isenção de direitos e dirimindo duvidas possiveis na interpretação do contracto);

Decreto n. 12.094, de 7 de junho de 1916 (revisão e consolidação dos contractos da Companhia Estrada de Ferro Victoria a Minas, com a fixação definitiva do capital sobre que recahe a responsabilidade da União, que ficou isenta de futuras garantias de juros de 6 %, ouro, sobre cerca de 6.000:000\$, as quaes representariam, ao fim do contracto, quantia superior a 10.000:000\$, tambem ouro);

Decreto n. 12.183, de 30 de agosto de 1916 (revisão do contracto da Estrada de Ferro de Goyaz, resolvendo varias questões dependentes de solução, providenciando sobre a encampação do trecho que gosava de garantia de juros, reduzindo as obras ao saldo existente do emprestimo realizado e exonerando o Thesouro do sacrificio a que estava obrigado de recorrer a outros emprestimos para a conclusão de toda a estrada, emprestimos que seriam, no minimo, de 24.000:000\$000);

Decreto n. 12.184, de 30 de agosto de 1916 (revisão e consolidação dos contractos celebrados com a "Companhia Port of Pará", limitando as obras de melhoramento ás da 1ª secção e supprimindo ou adiando destas, que subiam pelos orçamentos a 75.000:000\$, ouro, as que não eram absolutamente necessarias ao trafego actual do porto, na importancia de, ouro, 10.741:884\$432 e 1.517:175\$420, respectivamente, donde resulta a diminuição co-relativa dos juros garantidos pelo Governo);

Decreto n. 12.248, de 1 de novembro de 1916 (revisão do contracto da Estrada de Ferro do Norte do Brasil, com a redução da garantia de 6 %, ouro, ao capital maximo de 18.000:000\$, capital que poderia attingir a 32.490:000\$, e maior liberdade de acção por parte dos poderes publicos, caso não sejam cumpridas as obrigações do contracto revisto);

Decreto n. 12.309, de 6 de dezembro de 1916 (revisão do contracto para construcção da estrada colonial de Barreiros a Sertãozinho, precisando as obrigações do contractante e melhor assegurando os interesses da União);

Decreto n. 12.908, de 6 de março de 1918 (revisão do contracto do porto do Recife, reduzindo as obras de modo a evitar novos emprestimos e resolvendo definitivamente varias reclamações).

Accòrdos

Decreto n. 11.647, de 21 de julho de 1915 (accòrdo para que fossem proseguidas as obras de melhoramento do porto do Recife, que estavam paralyzadas, limitando-se as medições mensaes ao maximo de 1.000.000 de francos, dos quaes a metade seria paga em dinheiro e a outra metade em titulos,

o que permittiu o aparelhamento de um grande trecho do cáes, cuja exploração já está contractada);

Decreto n. 11.907, de 19 de janeiro 1916 (accôrdo fixando o dia 7 de novembro de 1912 para inicio do prazo de 10 annos, depois do qual o Governo poderá resgatar, mediante a emissão de titulos, as obras do porto de Santos, o que representará para o Estado de S. Paulo uma medida de alto alcance economico);

Decreto n. 12.182, de 30 de agosto de 1916 (accôrdo para que não fosse assignado o contracto autorizado por despacho de 13 de outubro de 1913, entre o Governo e a Sociedade Anonyma " Sir John Jackson (Sud America), Limited ", para execução das obras do prolongamento do porto desta Capital, ficando accordado o arbitramento como meio de harmonizar os interesses das partes);

Decreto n. 12.359, de 10 de janeiro de 1917 (accôrdo para que não fosse executado o contracto de 31 de julho de 1913 para as obras do porto de Corumbá, nem assignado o contracto relativo ao porto de Jaraguá, sendo submettidas a arbitramento as reclamações sobre os dous casos);

Decreto n. 12.491, de 31 de maio de 1917 (accôrdo para construcção immediata do prolongamento do ramal Paranapanema);

Decreto n. 12.904, de 6 de março de 1918 (accôrdo para exploração do porto do Recife, cabendo á União 60 % de todas as rendas).

Juntando aos actos que acabei de enumerar a serie enorme dos que foi preciso expedir para apurar contas, como as da Noroeste, resolver questões como as da Madeira-Mamoré, dar solução a numerosas reclamações, prorogar prazos contractuaes, reduzir obras, extinguir commissões, adoptar, emfim, providencias de toda ordem e accrescentando a tudo isto a necessidade de verificar os fornecimentos e medições de varios trabalhos executados, para poder, de accôrdo com as resoluções legislativas, autorizar os respectivos pagamentos, que só em relação a estradas administradas pela União foram approximadamente de 100.000:000\$, tereis uma impressão do que foi a obra realizada até agora no que diz respeito a contractos do Ministerio da Viação e Obras Publicas. Mas não foi apenas para esse campo que o Governo teve de volver as suas vistas : outros assumptos tiveram de ser examinados e resolvidos ante as exigencias prementes da situação. Neste caso estão a reorganização de quasi todos os serviços, a construcção de estradas de caracter strategico e economico, os problemas relativos ao transporte ferro-viario, maritimo e fluvial (estes ultimos quanto a companhias e empresas subvencionadas), o desenvolvimento de nossa rede de communicações telegraphicas, telephonicas e radio-telegraphicas, a construcção de pontes, como a do rio Paraná, o aproveitamento do carvão nacional, com a fundação de uma usina de pulverização, o estabelcimento de installações frigorificas em portos como os de Santos e Rio Grande, a encampação de estradas como a Noroeste e a Centro Oeste da Bahia, as questões de combus-

tivel, a execução de grandes obras na zona do nordeste brasileiro, fragellado pela secca, e muitos outros, cada qual mais importante e urgente. E' de notar que, apesar das dificuldades occorrentes, todos os serviços subordinados ao Ministerio foram mantidos em condições normaes, e, o que mais é, alguns delles foram sensivelmente desenvolvidos, conforme se verifica dos seguintes dados :

INSPECTORIA FEDERAL DAS ESTRADAS

Extensão das estradas em trafego :

	Kms.
Em 1914	26.062,268
Em 1917	27.603,632

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

Extensão em trafego :

	Kms.
Em 1914	2.290,092
Em 1917	2.350,377

Trafego de mercadorias :

	Tons.
Em 1914	1.386.080
Em 1917	2.278.000

Receita :

Em 1914	40.866:713\$976
Em 1917	55.797:177\$000

ESTRADA DE FERRO OESTE DE MINAS

Extensão em trafego :

	Kms.
Em 1914	1.357,712
Em 1917	1.768,247

Trafego de cargas :

	Kilos
Em 1914	118.571.800
Em 1917	141.503.500

Receita :

Em 1914	4.397:790\$949
Em 1917	5.172:892\$448

ESTRADA DE FERRO ITAPURA A CORUMBÁ

Extensão em trafego :

	Kms.
Em 1914	837
Em 1917	837

Trafego de cargas :

	Kilos
Em 1914 (incluindo material de construcção).	26.375.299
Em 1917	26.485.451

Receita :

Em 1914	587:813\$580
Em 1917	1.481:015\$570

RÉDE CEARENSE

Extensão em trafego:

	Kms.
Em 1914	760,102
Em 1917	876,439

Trafego de mercadorias:

	Tons.
Em 1914	98.593
Em 1917	123.253

Receita:

Em 1914	2.219:975\$500
Em 1917	2.845:146\$338

Conservação e dragagem regular em todos; fixação de dunas, Serviços de portos
 construção de novos armazens, instalações frigorificas, melhor
 aparelhamento, concertos e trabalhos de reparação em alguns;
 conclusão de varias obras e melhoramentos em diversos, espe-
 cialmente no do Recife.

O movimento de trafego do Lloyd Brasileiro e das com- Navegação mari-
 panhias e empresas de navegação fiscalizadas pela Inspectoria tima e fluvial
 Federal de Viação Maritima e Fluvial no periodo de 1914 a 1917,
 incluindo a navegação de longo curso, a de cabotagem e a interior,
 foi este :

Annos	Numero de volumes	Peso em kilos	Frete
1914	28.918.432	1.137.522.799	28.248:428\$640
1915	29.368.167	1.503.925.948	47.315:688\$943
1916	28.413.983	1.566.718.002	73.431:105\$760
1917	28.146.001	1.478.361.079	112.971:123\$508

Recenseamento da marinha mercante, de accôrdo com as in-
 formações que á Inspectoria foi possivel obter, e que, sendo o
 fructo de um primeiro esforço, se resente provavelmente de falhas
 e omissões :

	Numero de navios	Tonelagem liquida
Navegação maritima	165	181.234
> fluvial	318	55.736
> interior.	29	2.805
Diversos	45	4.884
Navios á vela	102	16.399
	<u>659</u>	<u>211.058</u>

Obras contra as
Seccas

Realizadas por conta de creditos extraordinarios abertos por occasião da ultima crise climaterica que flagellou o nordeste brasileiro: estradas de rodagem de Floriano a Oeiras, Baturité a Guaramiranga, Quixadá a Riacho do Sangue (reparação), Sobral a Meruoca, Mossoró a Alexandria, Macau a Assú, Campina Grande a Soledade, Souza a Cajazeiras e Rio Branco a Buique; açudes de Anajás, Riacho do Sangue, Patos, Parazinho, Velame, Caio Prado, Guayuba, Bahú, Varzea da Volta, Mulungü, Arapuá, Vinte e Cinco de Março, Pessôa, Saccó, Bodocongó, Cajazeiras e Serra dos Cavallos, afóra reparos e reconstrucções de outros, como Serra Vermelha, Alecrim, Bebado, Nova Cruz, Santa Cruz, Campinas e Santa Luzia; linhas telegraphicas em extensão superior a 2.000 kilometros; drenagem de valles e construcção de aterros em Ceará-Mirim, Maxaranguape, Carnaubal, Catú, Propriá e Cachoeira; barragens submersas em Mossoró, Upanema e Seridó, perfuração de poços e auxilios para acelerar obras, como as dos açudes de Acarape e Salão, a cargo da Inspectoria, além de outros serviços de pequena importancia nos diversos Estados em que maiores foram os effeitos da tremenda calamidade. Destas obras, foram suspensas, quando reapareceram as chuvas, as das estradas de Mossoró a Alexandria e Souza a Cajazeiras, tendo passado ao Governo de Pernambuco as da estrada de Rio Branco a Buique. Todas as demais estão concluidas, ou sel-o-ão no correr de 1918.

Quanto aos serviços normaes da Inspectoria :

	1914	1917	Serviços executados de 1914 a 1917
Açudes publicos :			
Construidos ou reconstruidos	13	23	10
Em construcção	15	7	7
Projectados	80	94	14
Estudados	248	262	14
Açudes particulares :			
Construidos ou reconstruidos	10	19	9
Em construcção	18	24	24
Projectados	225	265	40
Estudados	611	624	13
Estradas de rodagem :			
Construidas ou reconstruidas	2	2	—
Projectadas	9	10	1
Estudadas	10	11	1
Barragens submersiveis :			
Construidas ou reconstruidas	—	6	6
Em construcção	—	1	1
Estudadas	27	27	—
Em estudos	4	4	—

Poços perfurados :

Publicos	193	238	75
Particulares.	124	290	168
Estações pluviometricas.	303	334	31

CORREIOS

Receita :

Em 1914	10.214:446\$765
Em 1917 (apurada até 31 de dezembro).	9.412:536\$515

Despesa :

Em 1914	23.749:890\$396
Em 1917	19.266:465\$738

Agencias :

	1914	1917
Especiaes.	3	3
De 1ª classe.	43	46
De 2ª >	211	211
De 3ª >	970	974
De 4ª >	2.376	2.369
	<u>3.603</u>	<u>3.603</u>

Linhas existentes em 31 de dezembro :

De 1914	2.187
De 1917	2.189

Percurso kilometrico de estafetas e conductores :

Em 1914	31.046.275
Em 1917	31.590.469

TELEGRAPHOS

Receita :

Em 1914	11.403:075\$435
Em 1917	17.293:351\$189

Despesa :

Em 1914	20.685:144\$822
Em 1917	19.267:268\$513

Extensão de linhas :

	Extensão em metros	Desenvolvimento dos conductores
Em 1914	36.472.840	68.032.225
Em 1917	39.645.692	72.658.110

Numero de estações :

Em 1914	752
Em 1917	807

Telegrammas transmittidos:

	Numero de telegrammas	Numero de palavras
Em 1914	3.974.562	77.631.231
Em 1917	4.082.576	93.161.690

AGUAS

Receita:

Em 1914 (inclusive E. de F. Rio do Ouro)	5.571:850\$597
Em 1917 (> > > > > >)	7.132:772\$710

Despesa:

Em 1914 (inclusive E. de F. Rio do Ouro)	3.911:963\$800
Em 1917 (> > > > > >)	4.008:647\$720

Numero de pennas d'agua :

Em 1914	83.912
Em 1917	92.572

Média diaria do fornecimento d'agua :

	Litros
Em 1914.	216.323 411
Em 1917.	231.328,519

Estensão das canalizações adductoras e distribuidoras :

Em 1914.	1.408.776m,55
Em 1917.	1.501.679m,26

Esgotos

Foram esgotados nos tres ultimos annos 3.276 predios, embora a differença que se nota, comparando os algarismos officiaes de 1914 (69.846) e 1917 (70.993), seja apenas de 1.147. O facto se explica pelas deducções feitas sobre o primeiro algarismo em consequencia da revisão a que se procedeu por occasião do lançamento effectuado para a cobrança da taxa sanitaria.

Iluminação

No triennio, foram illuminadas a gaz mais 17 ruas e travessas e á electricidade 36, devendo ser ainda algumas durante este anno. A rêde de canalização a gaz foi augmentada de 12.503 metros e a distribuição de energia electrica de 856.363 metros. A rêde de canalização de electricidade para servir a illuminação particular foi accrescida de 130.580 metros. A verba para esse serviço manteve-se a mesma durante os tres annos, sendo augmentada apenas no corrente exercicio de 40:000\$, ouro, e 40:000\$, papel. A despesa com o pessoal da Inspectoria era, em 1914, de 280:980\$, e é actualmente de 223:017\$500.

A seguir encontrareis as informações relativas a cada um dos diversos serviços do Ministerio em 1917.

Inspectoria das Estradas

A Inspectoria Federal das Estradas tem a seu cargo a fiscalização dos serviços do trafego, construção e estudos das estradas de ferro concedidas pelo Governo Federal e arrendadas, que assim se discriminam :

	Kms.
Em trafego.	14.792,737
Em construção	1.576,610
Total	16.369,347

Os estudos definitivos de novas linhas approvados pelo Governo attingem o total de 5.047^{km},217.

Durante o anno de 1917 os serviços do trafego foram accrescidos de novos trechos, na estensão de 462^{km},797.

O decreto n. 12.490, de 31 de maio de 1917, alterou em alguns pontos o Regulamento da Inspectoria, no sentido de melhor attender aos serviços de expediente e da contabilidade, sem augmento de despesa e modificou convenientemente a repartição das linhas e rêdes ferro-viarias pelos diversos Districtos e Fiscalizações, cujo numero continúa a ser de 9 e 5, respectivamente, supprimida a Fiscalização Especial da Estrada de Ferro de The-resopolis.

A medição final das obras da Estrada de Ferro Madeira-Ma-moré, necessaria para o seu recebimento definitivo, deverá ser realizada no correr deste anno. Dependia da concessão do credito pedido em mensagem de 23 de junho de 1915, cuja abertura só agora foi autorizada pelo Congresso, na conformidade do disposto no art. 130, n. LIX, da lei n. 3.454, de 16 de janeiro de 1918.

O trafego provisorio dos 45 kilometros da Estrada de Ferro Tocantins, entre Alcobaça á Praia da Rainha e Breu Branco, constituido principalmente pelo transporte de castanha, é muito precario, dando logar a constantes "deficits".

Os trabalhos de construcção proseguem com morosidade, não havendo esperanças que seja attingido em breve o kilometro 100, a partir de Alcobaça, que fica acima da cachoeira de Itaboca, o que seria de grande alcance, pois a exportação dos productos dessa região trará consideravel incremento ao trafego da estrada.

As condições sanitarias da zona percorrida pela estrada têm sido consideravelmente melhoradas, tanto que ha um anno não se registra um só obito por impaludismo.

A estrada de ferro S. Luiz a Caxias tem 251^{km},945 com trilhos assentados e 118^{km},996 promptos em quasi sua totalidade para receber trilhos. Entretanto, nenhum dos trechos se acha em condições de ser recebido pelo Governo para ser trafegado. Ha obras d'arte que precisam ser consolidadas, pois não offerecem a necessaria segurança, conforme o resultado da inspecção feita por uma comissão technica nomeada pelo Governo; ha grandes estensões de terraplenagem que foram em parte muito damnificadas pela grande enchente do anno passado. Demais, os serviços de conservação das obras feitas no grande trecho entre Rosario e Caxias, 300 kilometros, acham-se abandonados por parte da empresa constructora.

A' vista desses factos e considerando que com a construcção dessa linha ferrea, aquisição de trilhos e material rodante o Governo já despendeu, até 31 de dezembro de 1917, a elevada somma de 35.181:142\$708, estando esgotado, desde 24 de novembro de 1914, o prazo, em prorogação, para a conclusão das obras, foi expedido o decreto n. 12.802, de 9 de janeiro ultimo,

em observancia ao decreto legislativo n. 3.454, de 6. de janeiro, art. 152, intimando a Companhia da Estrada de Ferro S. Luiz a Caxias a concluir as obras restantes e reconstruir a linha abandonada dentro do prazo de seis mezes, sob pena de rescisão do contracto.

No caso de decretar-se a rescisão, o Governo concluirá o serviço por administração.

A Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte tem actualmente aberta ao trafego a estensão de 151^{km},438, entre Natal e Lages, e em construcção o ramal de Macau, em toda a sua estensão de 80 kilometros, a partir de Lages, em direcção a Caicó.

Até 30 de novembro foi despendida com a construcção dessa estrada a importancia de 30.607:294\$769.

Os serviços de construcção proseguem com muita morosidade e sem que se possa prever qualquer inauguração durante o corrente anno.

O contracto vigente não estabeleceu prazo para a conclusão dos serviços dos trechos em construcção e a Companhia empreiteira não demonstra interesse pela inauguração dos trechos de Lages a Recanto, nem de Lages a Macau, com os quaes o Governo tem despendido importancia superior a 10.000:000\$000

A' semelhança do que fez o Congresso em relação á Companhia São Luiz a Caxias, será conveniente marcar-se um prazo para a conclusão dos trechos que estão atacados.

Pelo decreto n. 12.764, de 19 de dezembro do anno proximo findo, foi autorizado o contracto com a "Compagnie des Chemins de Fer Fédéraux de l'Est Brésilien", arrendataria da rêde de viação ferrea federal da Bahia, para a incorporação da estrada de ferro Centro Oêste da Bahia á mesma rêde de viação e a construcção de seu prolongamento até entroncar com o ramal da Feira de Sant' Anna.

Para occorrer ao pagamento da encampação desta estrada, nos termos da lei n. 3.337, de 5 de setembro de 1917, foi aberto, pelo decreto n. 12.765, de 19 de dezembro de 1917, o credito de 2.500:000\$ em apolices.

Foram definitivamente liquidadas as contas com o constructor da Estrada de Ferro do Timbó a Propriá, sendo-lhe restituídas as cauções feitas no Thesouro, a que era obrigado pelo seu contracto e por se achar vencido o prazo de sua responsabilidade na conservação das obras.

Despendeu-se com a construcção da linha de Timbó a Propriá e o ramal de Murta a Capella a importancia de 24.029:536\$453, o que dá para custo kilometrico a quantia de 67:309\$620.

Esta estrada foi concluida em 1915 e incorporada á rêde de que é arrendataria a "Compagnie des Chemins de Fer Fédéraux de l'Est Brésilien", de accórdo com o seu contracto.

Esta companhia, pela clausula VIII do contracto de 15 de abril de 1911, é obrigada construir e a entregar ao trafego, pelo

menos, 200 kilometros das linhas contractadas, dentro de dous annos, contados da data do inicio da construcção das mesmas ; e, posteriormente, no minimo, 250 kilometros em cada anno seguinte.

Da linha de Bomfim á Sitio Novo, cujos trabalhos de construcção foram começados a 15 de novembro de 1912, só foram inaugurados os trechos de Bomfim a Pindobassú, com a estensão de 45^{km},653, e o ramal de Campo Formoso, com a estensão de 9^{km},905.

O trecho de Pindobassú a Saude, com a estensão de 30 kilometros, está prompto e aguardando providencias para a respectiva inauguração.

Assim, são decorridos quasi cinco annos, contados do inicio de sua construcção e ha em trafego apenas a estensão de 55^{km},558.

Nos outros trechos em construcção, taes como: Machado Portella a Carinhanha, Bandeira de Mello a Brotas, Theophilo Ottoni a Tremedal, os respectivos trabalhos foram iniciados em dezembro de 1912 e maio de 1913, sem que tivesse sido entregue ao trafego qualquer estensão de linha.

Foram concluidos os trabalhos de redução das bitolas das estradas de ferro Bahia ao S. Francisco, Central da Bahia e ramaes, ficando todas estas linhas reduzidas á bitola de um metro, e com a estensão de 451^{km},974 inclusive desvios e linhas auxiliares.

Tendo-se multiplicado os desastres de trens na Rêde de Viação da Bahia, em consequencia do mau estado das linhas e do material, impoz o Governo algumas multas á Companhia arrendataria e mandou proceder a uma inspecção extraordinaria das estradas a seu cargo, de accôrdo com a clausula xxxix do contracto em vigor.

Aos 16 dias do mez de julho do anno passado foi assignado o termo modificativo do contracto de 29 de setembro de 1916, celebrado com a Companhia Estrada de Ferro de Goyaz.

Esta moditicação no contracto foi autorizada pelo decreto n. 21.530, de 28 de junho de 1917, tendo em consideração o fundamento da decisão de 19 de outubro de 1916, pelo qual o Tribunal de Contas deixou de mandar registrar o termo de contracto de 29 do mez anterior, celebrado de accôrdo com o decreto n. 12.183, de 30 de agosto do mesmo anno ; e á vista das informações sobre o saldo effectivo do emprestimo de 100.000.000 de francos, emittidos na conformidade da autorização constante do decreto n. 7.877, de 28 de fevereiro de 1910.

O Governo, pelo decreto n. 18.746, de 12 de dezembro de 1917, e em virtude da autorização que lhe conferiu o art. 75, XIII, da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917, resolveu encampar a Estrada de Ferro de Baurú a Itapura e encorporal-a á Estrada de Ferro Itapura a Corumbá. O preço da encampação será de 14.681:024\$568, ouro, reconhecido como applicado na construcção

da dita estrada, reduzindo-o a papel pela média da taxa cambial verificada pela Camara Syndical de Corretores, no primeiro semestre do anno de 1917, e tornando effectivo o pagamento em apolices, papel, da divida publica interna, juros annuaes de 5%, ao typo de 85%.

Pela encorporação dessa Estrada á Estrada de Ferro Itapura a Porto Esperança, pertencente ao Governo, fica constituida uma estensa linha, cujo trafego serve a uma rica região, numa estensão de 1.273^{km},480, desde Baurú a Porto Esperança, tornando possível cuidar-se em tempo opportuno do seu prolongamento de Porto Esperança a Corumbá e, deste ponto, pela Bolivia, em demanda de um porto do Pacifico.

Pelo decreto n. 12.478, de 23 de maio de 1917, contractou o Governo com a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande a construcção e arrendamento do trecho, pertencente á Estrada de Ferro S. Francisco a Porto Alegre, partindo do Tubarão até o districto de Araranguá, passando por Crissiuma, para servir ás jazidas de carvão de Santa Catharina.

De accôrdo com a autorização constante das letras *c* e *d* do art. 77 da lei de orçamento n. 3.232, de 5 de janeiro do anno passado, a despesa com a construcção desta linha deverá ser feita por conta dos creditos que serão opportunamente abertos.

Com o fim de facilitar a exportação do carvão do valle do rio do Peixe, contractou o Governo com a mesma Companhia, pelo decreto n. 12.479, de 23 de maio do anno passado, a construcção de uma linha ferrea que, partindo do ramal de Paranapanema, vá ter ás jazidas de carvão da Barra Bonita e rio do Peixe, no Estado do Paraná.

De accôrdo com o decreto n. 12.491, de 31 de maio, decorrente da mesma autorização, foi tambem contractada a construcção do prolongamento do ramal de Paranapanema, desde S. José até Ourinhos, ficando a referida Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande obrigada a entregar ao trafego, dentro de um anno, a contar do inicio da construcção, o trecho entre S. José e Colonia Mineira.

Em virtude deste contracto, a Companhia reembolsará o Governo de todas as importancias pagas, nos termos da clausula iv do citado decreto e, caso não o faça, caducará a concessão em vigor de todo o ramal, de Jaguarihyva a Ourinhos, que ficará pertencendo ao Governo, e, bem assim, o respectivo material fixo e rodante.

Usando da autorização que lhe foi conferida pelo art. 86 da lei n. 3.232, de 5 de janeiro do anno passado, foi celebrado pelo Ministerio da Viação com a Companhia do Porto e Estrada de Ferro Nordeste de S. Paulo, sem onus algum para a União, o contracto para a construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro que, partindo de Ubatuba e passando por Taubaté, Estado de S. Paulo, termine em Paraisopolis, no Estado de Minas Geraes.

A conservação das linhas que constituem a Rêde Sul-Mineira, bem como as suas condições de trafego, deixam muito a desejar. Pela inspecção extraordinaria que nellas foi feita, verificou-se a necessidade de serem executadas varias obras dentro dos prazos que foram marcados, o primeiro dos quaes terminou em 31 de dezembro último. De accôrdo com as clausulas do contracto, o Governo adoptará as medidas que se tornarem necessarias para que o trafego seja normalizado.

A construcção das linhas estrategicas, que tinham sido contractadas com João Corrêa & Irmão e Banco da Provincia do Rio Grande do Sul, foi suspensa em virtude do decreto n. 11.691, de 25 de agosto de 1915, limitando-se o empreiteiro a concluir os trechos de S. Pedro a Jaguary e de Santiago ao km. 20, que já se achavam muito adiantados. Havendo os empreiteiros cumprido as clausulas do seu contracto, e já tendo decorrido o prazo de conservação das linhas a que eram obrigados, foram indemnizados da importancia dos trabalhos executados, sendo-lhes restituídas as cauções do contracto.

O Governo providenciou logo para tornar effectivo o trafego dessas linhas, procurando firmar com a "Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil" um contracto de trafego provisório e incorporando-as na rêde de que é arrendataria a referida companhia, mediante bases que estão sendo estudadas pelo Governo e pela Companhia.

A situação da Empresa Constructora, a cujo cargo está a construcção das linhas de Alegrete a Quarahy, S. Sebastião a Sant'Anna do Livramento e Basilio a Jaguarão, em nada se modificou durante o anno proximo findo. Os trabalhos continuaram paralyzados, limitando-se a Empresa á conservação dos trechos em construcção.

Tendo-se manifestado em outubro de 1917 graves perturbações da ordem nas linhas arrendadas á "Compagnie Auxiliaire", cujo pessoal se declarara em parede, resolveu o Governo enviar em commissão um engenheiro da Inspectoria, afim de que, em companhia de membros da administração superior dessa Companhia, estudasse "in loco" as circumstancias e motivos daquelle movimento subversivo, tendo conseguido, assim, restabelecer a normalidade do trafego.

Pela Inspectoria Federal das Estradas foram requisitados pagamentos em apolices por conta da emissão autorizada pelo decreto n. 12.159, de 9 de agosto de 1916, no total de..... 12.069:620\$000.

Por conta do saldo existente no Banco do Brasil e na "Caisse Commerciale et Industrielle", em Paris, do producto do emprestimo de frs. 60.000.000, autorizado pelo decreto n. 8.794, de 21 de junho de 1911, cujo valor liquido ficou reduzido a frs. 49.800.000, foi paga, em dinheiro, á Viação Ferrea da Bahia a importancia de 2.911.882\$348.

Por conta do credito de 5.000:000\$, aberto pelo decreto n. 12.646, de 12 de setembro de 1917, foi paga, tambem em dinheiro, á Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande — prolongamento do ramal de Paranapanema — a quantia de 8:412\$988.

A estensão total das linhas que constituem a Estrada de Ferro Central do Brasil era, em 31 de dezembro de 1917, de 2.350^{km},377, assim distribuidos :

	Kms.
Bitola larga, de 1 ^m ,60.	1.061,134
> estreita, de 1 ^m ,00	1.225,940
> mixta..	63,303
Total	<u>2.350,377</u>

e em construcção:

Ramal de Paraopeba (bitola larga).	56,642
Barbosa Goncalves a Santa Rita de Jacutinga (bitola estreita)	10,000
Total.	<u>66,42</u>

Proseguiram com regularidade os trabalhos de lastramento da linha com pedra britada e cascalho, e os referentes ao cadastro da linha e da carta geral da Estrada, sendo reduzidos detalhes da de Pirapora a Belém e iniciado o desenho da carta provisoria na escala de 1/1.000.000. O serviço dos transportes foi feito em geral com bastante regularidade, apesar da escassez de material rodante na parte referente ao transporte de viajantes. Ainda não estão apurados todos os dados estatísticos do exercicio de 1917, mas já se pôde afirmar ter-se verificado um grande augmento na massa geral de mercadorias transportadas e que, sem computar a grande parcella do minereo de manganez, pôde ser calculado em cerca de 20% o accrescimo sobre o exercicio de 1916, o qual representa mais 45% sobre o de 1915.

O transporte de minereo de manganez foi feito com grande intensidade e com perfeita regularidade, bastando dizer que no exercicio foram transportadas 568.883 toneladas, o que demonstra um augmento de mais de 29% sobre a tonelagem transportada em 1916.

Em virtude do sempre crescente preço do material, notadamente do combustivel, a Directoria da Estrada, em obediencia á disposição da lei orçamentaria, viu-se obrigada a propor o augmento de 20% no preço dos transportes, medida que foi posta em vigor em 5 de junho de 1917. Foram excluidos pelo Governo, dessa taxa addicional, os generos de pequena lavoura, os cereaes e as passagens para os trens de suburbios e pequeno percurso. A tarifa para o minereo de manganez foi modificada desde 17 de abril de 1917, com a adopção de base differencial, que dava, para o percurso médio de 500 kilometros, a taxa de 15\$ por tonelada, assim como a da lenha, desde 1 dezembro do mesmo anno, foi

elevada de cerca de 28%, também obedecendo ao critério do sistema diferencial. A taxa adicional de 20%, tendo atingido o minereio de manganês, passou este a pagar 18\$ em 500 kilometros.

A receita total da Estrada, no anno de 1917, elevou-se a 55.645:740\$, ou, sejam, mais 9.444:066\$ que em 1916, assim discriminada:

Renda de trafego.	55.181:814\$000
Renda accessoria.	483:466\$030
Renda ficticia	660\$030

Até o presente, a despesa de custeio escripturada sobe a 72.685:500\$, sendo 34.880:900\$ com pessoal e 37.804.600\$ com material.

Na verba material está incluída a parcella de 28.483:730\$ de combustivel e na de pessoal a de 3.121:400\$, relativa ao pagamento de domingos e feriados ao pessoal jornaleiro.

A 23 de abril foram iniciados os serviços de construção das fundações da Uzina de Pulverização de Carvão da Barra do Pirahy, tendo ficado concluída a montagem da mesma Uzina em 22 de agosto de 1917. A primeira experiencia de utilização de carvão pulverizado realizou-se em 23 de agosto com a locomotiva n. 273, sendo excellento o resultado alcançado. A partir daquela data foram sendo empregadas successivamente no serviço do trafego todas as locomotivas providas dos aparelhos apropriados, de modo que, em 31 de dezembro de 1917, já estavam em serviço todas as 12 locomotivas adquiridas nos Estados Unidos, sendo despendidos 1.941:486\$ com a aquisição das citadas 12 locomotivas e com a montagem da Uzina.

Devido á circumstancia de não ter a Estrada conseguido fornecimento de carvão em quantidade apreciavel, o serviço vem sendo feito com carvão americano pulverizado.

A Estrada possui actualmente em serviço 245 locomotivas apropriadas ao consumo de lenha, 12 para carvão pulverizado, 26 a oleo combustivel e 198 para carvão.

Proseguiram, com actividade, os trabalhos de construção do prolongamento da bitola larga para Bello Horizonte pelo valle do Paraopeba, tendo sido inaugurados e entregues ao trafego 86,358 metros.

A despesa, já escripturada, com este serviço no exercicio de 1917, importou em 3.088:034\$, sendo 1.279:825\$ com pessoal e 1.808:209\$ com material.

A extensão das linhas em trafego na Estrada de Ferro Oeste de Minas, em 31 de dezembro de 1917, era de 1.768^{km},247, sendo 208^{km},000 de navegação fluvial e 1.560^{km},247 de linhas ferreas, das quaes 722^{km},717 com bitola de 0^m,76; 822^{km},962 com bitola de 1^m,0 e 14^{km},568 com bitola mixta.

Os serviços de trafego correram com a desejada regularidade, tendo sido reaberta a estação de Joaquim Leite e creada e aberta, na linha do Centro, a estação de Coqueiros, situada no kilometro 172,600.

A despesa por conta da verba orçamentaria importou em 4.438:472\$420, elevando-se a receita a 5.172:892\$449, resultando um saldo de 734:420\$029, cifras essas ainda susceptiveis de pequenas modificações decorrentes de alguns dados ainda a apurar durante o periodo adicional estabelecido para o encerramento do exercicio.

Pelos empreiteiros Humberto Saboia & C^a. foram concluidas diversas obras, entre ellas todas a da linha de Divinopolis á Estrada de Ferro Goyaz, as officinas de machinas, com exclusão dos fornos de fundição, dos martelos e do compressor, cuja conclusão depende da vinda do material, já encommendado e ainda não recebido por motivo das difficuldades de transporte oriundas da actual guerra ; e o grupo de casas destinadas aos operarios.

Ficaram por concluir durante o corrente anno : as officinas de carros, a rede de esgotos, o accrescimo da estação de Divinopolis e o edificio para a pharmacia dos operarios. Essas obras a realizar deverão estar terminadas em setembro do corrente anno, de accôrdo com o prazo marcado no decreto n. 12.805, de 9 de janeiro transacto.

Os serviços executados durante o anno importam em.....
1.199:220\$382.

Com as differentes obras complementares na linha de Bello Horizonte, da empreitada de Emilio Schnoor, foi despendida em 1917 a quantia de 1.313:966\$483, devendo todos os serviços dessa empreitada ficar promptos este anno.

Com a normalização da vida politica no Estado de Matto Grosso e o restabelecimento da ordem publica, cuja alteração em 1916 chegara a perturbar sensivelmente o seu desenvolvimento economico, a Itapura a Corumbá apresentou os mais animadores resultados. A sua renda, que vinha crescendo de anno para anno, alcançou elevada cifra que, si ainda está aquem da despesa, demonstra todavia que dentro de poucos annos a estrada poderá ter uma receita compensadora. Aliás, as vantagens que o Paiz tem obtido com a exploração da estrada, nesses tres annos de difficuldades de toda sorte, já compensam as despesas feitas com a sua construcção. Além de ter encaminhado todo o intercambio commercial de Matto Grosso para o proprio Paiz, libertando-o da sujeição em que estava ás praças do Rio da Prata, veio permittir que aquella longinqua região possa contribuir agora com os seus recursos, que já começam a ser explorados, para attenuar as difficuldades com que luta a Nação, o que não se verificaria si ainda estivesse sujeito á escassa e difficil navegacão fluvial pelo rio Uruguay.

As dificuldades decorrentes da travessia do rio Paraná cesarão em breve com a conclusão da ponte, cuja construção foi iniciada no anno passado.

A importancia total arrecadada e a arrecadar pela estrada em 1917 elevou-se a 1.358:798\$748, sendo tambem arrecadada a importancia de 44:033\$450, proveniente de impostos já recolhidos ao Thesouro Nacional, ou seja um total de 1.402:832\$198.

A renda da estrada nos quatro annos de sua exploração foi a seguinte:

1914	557:843\$560
1915	738:710\$585
1916	1.027:813\$079
1917	1.402:832\$198

A despesa em 1917 foi superior á de 1916, o que é consequencia natural do augmento do movimento de transporte.

A verba consignada no orçamento foi de 2.682:000\$, sendo 2.185:017\$500 para pessoal e 496:982\$500 para material. Para material foi aberto um credito suplementar na importancia de 715:000\$000.

O movimento do trafego accusa um augmento consideravel de transporte, bem como de passageiros.

A exiguidade da consignação para aquisição de dormentes não permittiu que fosse feita a substituição dos mesmos em grande escala, como reclama o estado da linha e a segurança do trafego. Todavia a substituição foi feita com o maximo cuidado e parcimonia para supprir essa deficiencia.

O consumo de lenha, unico combustivel empregado para a tracção, foi sensivelmente superior ao do anno anterior devido ao augmento do trafego, mas a estrada continuou a pagar os mesmos preços, embora em outras zonas tenha havido grande alta.

A Rêde de Viação Cearense, constituida pelas Estradas de Ferro de Baturité e Sobral, foi arrendada á "South American Railway Construction Company, Limited", por decreto de 4 de fevereiro de 1910, para a exploração, não só da parte em trafego das alludidas estradas, como para a construção de outras linhas.

Tendo o Tribunal de Contas recusado registro ao contracto firmado em 4 de fevereiro de 1910, procedeu-se á revisão do mesmo, de accôrdo com o decreto n. 8.711, de 10 de maio de 1911.

Não cumprindo a Companhia arrendataria as obrigações e deveres estabelecidos nesse contracto, foi elle rescindido por decreto n. 11.692, de 25 de agosto de 1915, passando, a partir de 1º de setembro do mesmo anno, essa rêde de viação a ser administrada pela União, sob a direcção do então 2º Districto da Inspectoria Federal das Estradas.

Em 31 de dezembro do anno findo, a estensão da mesma rêde era de 2.567^{km}, 102, sendo em trafego 876^{km}, 439; em con-

strucção, 80^{km},598; em construcção paralysada, 43^{km},400; com estudos approvados, 1.076^{km},665; e explorados ou reconhecidos, 490^{km},000.

A parte em trafego comprehende :

Estrada de Ferro de Baturité:	Kms.	Kms.
De Fortaleza a Lavras	488,017	
Ramal de Maranguape.	7,246	
> d'Alfandega	2,900	
> de Fortaleza a Soure.	19,600	517,763
		<hr/>
Estrada de Ferro de Sobral:		
De Camocim a Poty.		358,679
Total.		<hr/> 876,439

A receita durante o anno de 1917 importou em 2.845:146\$868 e a despesa em 1.839:184\$666, resultando um saldo de... 1.005:962\$202.

O serviço de transporte foi feito, em geral, com relativa regularidade, não obstante a deficiencia do material rodante e, sobretudo, do de tracção.

Além dos trechos já incorporados no trafego em 1916, numa estensão total de 73^{km},757; foram inaugurados e igualmente entregues ao trafego, durante o anno de 1917, 42^{km},580 de linha, sendo: o ramal de Fortaleza a Soure, com 19^{km},600, inaugurado no dia 12 de outubro, e de Cedro a Lavras, com 22^{km},980, inaugurado em 1º de dezembro, ambos na Estrada de Ferro de Baturité.

Os trabalhos de construcção proseguiram durante o anno sem interrupção, sendo atacados os seguintes trechos: na Estrada de Baturité, de Lavras em diante, 30^{km},000; na de Sobral, o trecho de Poty-Ibiapaba, 15^{km},798; e na Estrada de Ferro de Amarração a Campo Maior, de Amarração em diante, 34^{km},800.

A construcção da Estrada de Ferro Cruz Alta á Foz do Ijuhy continuou a cargo do 3º Batalhão de Engenharia até 2 do mez de janeiro do corrente anno, data em que, por motivo da transformação desse corpo em Batalhão Ferro-Viario, sob o n. 6, da mesma arma de Engenharia, passou a ficar sob a incumbencia do Batalhão Ferro-Viario.

Durante o anno findo procedeu-se ao assentamento da linha até a Villa de Santo Angelo, sendo preparados 21^{km},460 de superstructura, montadas tres pontes metallicas respectivamente de 20, 40 e 15 metros de vão e concluidos os edificios para estação e armazem "Rio Branco", situados no km. 75,5.

Para completa regularidade do trecho entre as estações de Rio Branco e Santo Angelo falta apenas acabar o trabalho de alvenaria da ponte sobre o arroio Santa Barbara, no km. 100, e o assentamento da ponte que já está armada, sendo que a travessia desse curso d'agua é feita actualmente por uma passagem provisoria.

Superintendidos pela Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes, auxiliada pelas Fiscalizações e Comissões Administrativas, continuaram os serviços de portos de mar, quer de construcção, quer de exploração, sendo, devido á deficiência das respectivas consignações orçamentarias, reduzidos os trabalhos feitos administrativamente, que consistiram quasi que na conservação dos melhoramentos introduzidos e na do material existente para o serviço.

Continuando as razões de força maior, invocadas pela Companhia "Manáos Harbour", cujas obras deviam terminar em 31 de dezembro de 1917, o Governo, por decreto n. 12.689, de 24 de outubro de 1917, fixou a data de 31 de dezembro de 1918 para terminação das obras do porto de Manáos, não tendo sido executada nenhuma obra nova durante o anno de 1917. O capital reconhecido até 31 de dezembro de 1916 é de 18.408:316\$333, papel.

O capital da Companhia "Port of Pará", reconhecido em 31 de dezembro de 1916, é de 60.623:692\$206, ouro, não soffrendo alteração em 1917. A renda bruta em 1917 foi de 2.498:585\$862, ouro.

No porto do Recife proseguiram os serviços de construcção e melhoramentos. Achando-se construido e aparelhado um trecho de caes de oito metros d'agua, com cerca de 800 metros de extensão, foi, pelo art. 87 da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917, e edital de 7 de agosto do mesmo anno, aberta concorrência para a exploração commercial do referido trecho, não tendo sido, entretanto, assignado contracto com nenhum dos proponentes.

Foram diminutas as obras realizadas no porto da Bahia pela Companhia concessionaria, cujo capital reconhecido em 30 de junho de 1916 é de 20.073:212\$473, ouro, estando alli em trafego 925 metros de caes de 8^m,o, importando em 3.157:215\$990, ouro, a renda bruta arrecadada em 1917.

A Companhia Docas de Santos fez diversos melhoramentos no porto de Santos, entre os quaes sobresaem os novos armazens. A renda bruta em 1916 foi de 16.895:280\$280, papel.

Pelo decreto n. 12.414, de 14 de março de 1917, foi approvedo o projecto para as obras e melhoramentos do porto de Paranaguá e seus canaes de acesso e, pelo decreto n. 12.477, de 23 de maio do mesmo anno, foi dada ao Estado do Paraná autorização para construcção das obras constantes dos planos e orçamentos approvedos, uso e gozo das mesmas obras, de conformidade com as clausulas que baixaram com o mesmo decreto. A respectiva commissão limitou-se a dar execução a alguns trabalhos de escriptorio, compilação de dados estatisticos do movimento maritimo e commercial do porto, observações meteorologicas e conservação do seu material.

A "Compagnie Française" continuou a dar execução aos trabalhos de melhoramento da Barra do Rio Grande do Sul, que já offerece á navegação dous canaes, um a Oeste, com oito metros, e

outro, a Leste, com 7^m,60. A renda da Companhia, em 1917, foi de 775:602\$471, ouro.

A renda, papel, arrecadada pela Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes, pertencente ao exercicio de 1917 e recolhida ao Thesouro Nacional, foi a seguinte :

— Arrecadada e recolhida pela Thesouraria da Inspectoria	512:864\$740
— Quotas de fiscalizações recolhidas ao Thesouro Nacional com guias da Contadoria	338:000\$000
— Taxa de um real recolhida pela Alfandega desta capital	237:517\$890
— Arrecadada e recolhida pela “Compagnie du Port de Rio de Janeiro” por meio de guias da Contadoria a parte referente ao Governo.	2.949:711\$257
Renda total, papel, arrecadada, recolhida ao Thesouro Nacional e que deve ser creditada á Caixa Especial de Portos . .	4.033:093\$637

A thesouraria da Inspectoria arrecadou e recolheu ao Thesouro Nacional impostos de montepio e de vencimentos do exercicio de 1917 na importancia de 175:223\$791.

A Companhia arrendataria do Cáes do Porto do Rio de Janeiro arrecadou no anno de 1917 a renda bruta de 7.171:472\$837, sendo a parte do Governo 4.107:170\$944. Desta parte lhe foi descontada a importancia de 847:038\$517 de despesas effectuadas pelas repartições do Governo que, assim, são devedoras dessa importancia á Caixa Especial de Portos.

A escassez crescente da tonelagem mercante mundial, por effeito de perdas de guerra e requisições para fins militares, occasionando a supressão de grande numero de viagens dos navios estrangeiros aos portos do Paiz, e, por outro lado, o notavel augmento da nossa producção exportavel, determinaram em 1917 a realização de maior numero de viagens de longo curso pelos vapores nacionaes.

A Companhia Commercio e Navegação, que, em 1915, iniciara o trafego de seus vapores para a Europa, com viagens para portos suecos, manteve no anno transacto grande parte da sua frota, constituida pelos navios de maior tonelagem, em viagens entre Rio, Santos e portos francezes.

Por accidentes de guerra, perdeu a Companhia, totalmente, tres unidades, “Paraná” “Tijuca” e “Guahyba”, ficando avariado o “Taquary”, ora em reparos em porto inglez.

O Lloyd Brasileiro, mantendo o trafego para os portos norte e sul-americanos, iniciou no anno findo viagens para portos europeus, a principio com navios de sua frota e, posteriormente, com alguns dos vapores allemães utilizados pelo Governo, destes perdendo-se totalmente o “Acary” por accidente de guerra.

Por essa mesma Empresa foi realizada, a titulo de experiencia, uma viagem para portos chilenos.

Além dessas duas Companhias, realizou também o Lloyd Nacional viagens para Genova, tendo augmentado a sua frota com a aquisição e reconstrucção de navios adquiridos no Paiz.

Por accidente marítimo perdeu essa Empresa o vapor "Campista".

Do quadro a seguir consta o movimento de transportes realizados pelo Lloyd Brasileiro e Companhia Commercio e Navegação, em viagens de longo curso, não tendo sido obtidos os dados do Lloyd Nacional, que não tem relações contractuaes com o Governo :

Exportação — De portos nacionaes para :

	Numero de volumes	Peso em kilos	Fretes
Portos europeus	1.360.081	80.901.637	31.103:028\$927
> norte-americanos	1.530.433	66.304.289	7.936:490\$000
> sul-americanos	2.491.220	109.245.028	4.649:064\$500
Total	5.351.734	255.450.934	43.754:583\$427

Importação — Para portos nacionaes, de :

	Numero de volumes	Peso em kilos	Fretes
Portos europeus	78.666	9.593.000	642:830\$000
> norte-americanos	924.608	68.946.383	9.872:645\$000
> sul-americanos	1.951.321	125.824.868	5.943:253\$720
Total	2.957.595	204.369.251	16.458:733\$720

Total do trafego :

	Numero de volumes	Peso em kilos	Frete
Portos europeus	1.438.747	90.499.637	31.751:858\$927
> norte-americanos	2.425.091	135.250.652	17.869:135\$000
> sul-americanos	4.445.541	235.069.836	10.592:323\$220
Total	8.309.379	460.820.185	60.213:317\$147

Distribuiu-se esse movimento de transporte pela seguinte fórma :

	Numero de volumes	Peso em kilos	Frete
Lloyd Brasileiro	6.950.071	339.722.320	32.550:734\$000
Companhia Commercio e Navegação	1.359.308	91.077.865	27.662:583\$147
Total	8.309.379	460.820.185	60.213:317\$147

Os transportes por cabotagem, discriminados por companhias, foram os seguintes :

	Numero de volumes	Peso em kilos	Frete
Lloyd Brasileiro	6.813.271	394.740.277	22.909:924\$000
Companhia Nacional de Navegação Costeira	8.048.148	332.635.431	19.348:061\$635
Companhia Commercio e Navegação	309.299	31.779.893	2.334:593\$179
Companhia Navegação S. João da Barra e Campos	538.091	37.431.000	1.005:692\$630
Empresa Brasileira de Navegação	453.710	16.343.538	340:744\$100
Empresa de Navegação Hoepcke	409.563	20.400.140	623:051\$330
Companhia de Navegação do Maranhão	196.932	7.223.170	270:655\$000
Empresa de Navegação Richard Paul	97.147	3.913.681	43:442\$470
Total	17.071.216	894.532.135	46.926:201\$394

Estabelecido o "contrôle" do Lloyd Brasileiro sobre o serviço de navegação mercante, estiveram encorporadas a essa empresa e por ella administradas as frotas da Companhia Nacional de Navegação Costeira e da Companhia Commercio e Navegação, ficando autonoma a direcção do Lloyd Nacional, tambem incluido no "contrôle".

Sob esse regimen, foram realizadas varias viagens pelos navios dessas companhias; verificando-se, entretanto, posteriormente, que os resultados obtidos não correspondiam aos fins visados, foi a medida em questão abandonada, sendo entregues á Companhia Commercio e Navegação e á Companhia Nacional de Navegação Costeira os respectivos navios, os da primeira arrendados por contracto ao Lloyd Brasileiro e os da segunda em virtude de termo de accôrdo celebrado com o mesmo Lloyd, para o que foi autorizada a suspensão provisoria do seu contracto, por decreto n. 12.470, de 16 de maio de 1917.

Anteriormente, já havia o Governo, na fôrma do respectivo contracto, occupado quatro navios da Companhia Nacional de Navegação Costeira, de nomes "Itatinga", "Itapuhy", "Itabará" e "Itamaracá", os quaes foram entregues ao Lloyd Brasileiro.

Para o pagamento da indemnização prevista no contracto da Companhia, foi estabelecida a quota que cabe a cada um dos navios, calculada pela renda liquida das respectivas viagens nos 12 mezes anteriores á occupação, de accôrdo com as disposições contractuaes.

O movimento de transportes na navegação interior, isto é, dos rios e lagôas, consta do seguinte quadro:

	Numero de volumes	Peso em kilos	Fretes
"Amazon River Steam Navigation Co".	1.119.981	51.421.240	3.036:105\$900
Lloyd Brasileiro	720.107	36.921.033	1.117:896\$000
Empresa Navegação Nicolaus & Cia.	81.613	2.630.146	690:318\$320
Empresa Viação do S. Francisco.	396.597	9.815.275	383:131\$939
Empresa de Navegação R. P. Brasil	69.018	2.319.491	125:550\$130
Companhia de Navegação Rio Parnahyba.	152.630	5.331.530	219:014\$700
Empresa Fluvial Piahyense.	51.009	1.283.283	92:365\$618
Companhia Navegação Itajahy-Blumenau	135.225	6.561.000	70:510\$730
Companhia Viação S. Paulo-Matto Grosso.	18.275	650.421	51:351\$000
Companhia Estrada de Ferro do Norte do Brasil . . .	20.439	1.013.496	42:121\$112
Empresa Navegação Baixo S. Francisco	465	28.856	176\$140
Total	2.765.409	118.008.759	5.831:804\$967

Resumindo, obtêm-se para o total dos transportes de cargas por longo curso, cabotagem e navegação interior, executados pelo

Lloyd Brasileiro e companhias e empresas fiscalizadas, os seguintes dados :

	Numero de volumes	Peso em kilos	Frete
Navegação de longo curso .	8.309.379	460.820.135	60.213:317\$147
> de cabotagem	17.071.216	891.532.135	46.026:201\$394
> interior	2.765.409	118.008.759	5.831:604\$967
Total	28.146.004	1.473.361.079	112.071:123\$508

O movimento total do trafego do Lloyd Brasileiro e das companhias e empresas de navegação fiscalizadas, comparadamente com o do anno anterior, foi o seguinte :

	1916	1917
Numero de viagens redondas.	1.782 2/3	1.911 3/4
Numero de milhas percorridas	3.128.604	3.189.123
Passageiros de 1ª classe	95.731	99.246
Passageiros de 3ª classe	110.631	89.629
Receita de passagens	10.028:553\$817	10.151:183\$129
Numero de volumes transportados	28.143.988	28.146.004
Peso de cargas em kilos	1.566.718.002	1.473.361.079
Frete de cargas	73.491:105\$760	112.971:123\$508
Frete de animais	170:487\$890	178:301\$970
Consumo de carvão, em kilos	313.764.872	319.653.216
Consumo de lenha, em kilos	95.729.135	169.123.305
Consumo de lubrificantes, em litros	400.504	393.200
Consumo de estopa, em kilos	49.071	46.870
Receitas diversas	101:884\$760	69:550\$390
Receita total	83.795:032\$227	123.373:158\$997

Apesar da realização de maior numero de viagens, houve um decrescimo na tonelagem transportada, devido, principalmente, a não estarem incluidos nos dados estatísticos fornecidos pela Companhia Commercio e Navegação os transportes realizados pelos seus vapores nas viagens de volta da Europa.

Todas as companhias e empresas de navegação fiscalizadas pelo Governo cobraram os respectivos fretes dentro dos maximos das tarifas approvadas ; por effeito, porém, do augmento das despesas de custeio, esses maximos foram quasi todos atingidos, tendo sido elevados os fretes convencionaes que eram adoptados, abaixo desses maximos, em virtude da concorrência. Apenas á Companhia Nacional de Navegação Costeira foi concedido um augmento provisório de 30 % sobre as tarifas approvadas, emquanto persistir a alta do preço do carvão de pedra, acima de um limite fixado.

Superintendidos pela Inspectoria de Obras contra as Seccas, proseguiram, no Ceará, os trabalhos de construção dos grandes açudes publicos "Acarape do Meio" e "Tucunduba", cuja barragem de terra se acha quasi concluida, sendo que o primeiro destes açudes, de alvenaria cyclopica, terá 30 metros de profundidade e 47.000.000 de metros cubicos de capacidade, e o se-

gundo 12 metros e meio de profundidade e 32.000.000 de metros cubicos de capacidade. Por falta de recursos, não puderam ser continuados os trabalhos do grande açude publico "Santo Antonio de Russas", de 28.000.000 de metros cubicos de capacidade e 11 metros de profundidade. Foi ultimada a construcção de um açude particular premiado; proseguiu, tambem, sob o regimen do premio regulamentar, a de cinco outros e foi iniciada a de mais um.

No Rio Grande do Norte, ficaram concluidas a barragem submersivel do rio Seridó e as obras complementares, que se tornaram necessarias na construida, em 1916, no rio Upanema, proseguindo a construcção de uma barragem submersivel no rio Piranhas de quatro açudes particulares. Foram estudados, com vista á construcção de um açude publico, quatro locaes no valle do rio Upanema.

Na Parahyba foi projectado um açude particular, continuando a construcção de um grande açude publico.

Na Bahia ficou terminada a construcção de um açude publico no municipio de Monte Santo, proseguindo a de tres outros, tambem publicos, e, bem assim, a de dous açudes particulares. Tambem foi projectado o primeiro trecho, com uma estensão total de 74 kilometros e meio, da estrada de rodagem de Malhada a Caetité, estudado no campo em 1915.

Pela Inspectoria de Obras contra as Seccas foram installadas, em 1917, 19 estações pluviometricas, das quaes sete no Estado da Bahia, tres no de Sergipe e nove no do Ceará, sendo uma destas e uma das anteriormente existentes posteriormente supprimidas. O numero total de estações pluviometricas passou, assim, a ser de 334, das quaes 23 no Estado do Piauhy; 116, no do Ceará; 45, no do Rio Grande do Norte; 38, no da Parahyba; 28, no de Pernambuco; 19, no de Alagóas; 18, no de Sergipe, e 47, no da Bahia.

Perfuraram-se, em 1917, em 25 municipios da vasta região semi-arida do Paiz, 83 poços, tendo sido aparelhados, com as respectivas obras subsidiarias, 21.

Dos 83 poços alludidos, 23 são publicos e os restantes 60 de propriedade de particulares, na generalidade, de criadores e agricultores.

O numero de poços perfurados pela Inspectoria ascende, actualmente, a 553, sendo 265 publicos e 288 particulares, tendo sido aproveitados, com os melhores resultados, 393, com a vazão horaria média de 3.000 litros.

Durante o anno de 1917 foram expedidas pelas diversas repartições postaes 4.586.187 malas, recebidas 3.825.710, passando em transito 2.754.987.

O movimento de correspondencia foi o seguinte: ordinaria e registrada, 165.574.299; distribuida, 150.196.791 e, em transito, 149.815.588.

O serviço de condução de malas foi desempenhado nas 2.189 linhas existentes, numa extensão de 147.968 kilometros, por 3.357 conductores e estafetas, que fizeram 424.442 viagens com o percurso de 34.590.469 kilometros.

Durante o anno foram emitidos 274.420 vales postaes na importancia de 34.695:591\$500, contra 227.042 na importancia de 29.856:132\$ no anno de 1916. Esse serviço deu ao Correio a renda de 314:575\$750.

A renda do Correio, conhecida até 31 de dezembro de 1917, monta a 9.412:536\$515, que adicionada á importancia de cerca de 700:000\$, renda provavel a ser apurada na liquidação do exercicio, attingirá ao total de 10.100:000\$, superior, portanto, em 500:000\$ á renda dos annos de 1915 e 1916.

Neste calculo não estão incluídas as importancias de 30:280\$, renda tambem já conhecida, correspondente á metade do sello de taxa devida por ser escripturada com applicação especial e . . . 389:278\$100 da venda a credito de sellos officiaes ás repartições federaes. Esse augmento verificado em relação aos dous annos anteriores, não obstante a crise economica que atravessamos, o retrahimento interno e externo das nossas relações commerciaes e a cessação absoluta de communicações postaes entre o nosso Paiz e as Nações em guerra contra os nossos Alliados, deve-se á rigorosa fiscalização exercida sobre a arrecadação das rendas postaes.

A despesa conhecida importa em 19.266:485\$783.

Em 1917 foram construídos e incorporados á rede geral dos Telegraphos da União 1.314.113 metros de linhas telegraphicas com o desenvolvimento de 2.218.689 metros.

E, assim, a extensão e o desenvolvimento dessa rede que, em 31 de dezembro de 1916, eram, respectivamente, de 38.331.579 metros e de 70.439.421 metros, estavam elevadas, em 31 de dezembro de 1917, a 39.645.692 e 72.658.110 metros.

Acham-se em construcção mais 407.440 metros de conductores e em estudos muitas outras linhas na extensão de 5.516.461 metros, com desenvolvimento provavel de 9.249.885 metros.

Quadro da Rede Telegraphica

Annos	Extensão da linha de postes em metros	Desenvolvimento dos conductores, em metros
1890	11.895.962	20.299.194
1895	18.174.609	37.218.000
1900	21.066.243	41.677.930
1905	26.129.117	49.776.029
1910	31.332.391	57.140.242
1915	37.097.548	67.354.047
1916	38.331.579	70.439.421
1917	39.645.692	72.658.110

Accrescimento por quinquennio

Quinquennios	Na estensão da linha de postes, em metros	No desenvolvimento dos conductores em metros
1890/95.	6.278.647	6.918.806
1895/900	2.891.634	4.459.980
1900/905	5.032.874	8.098.049
1905/910	5.203.274	7.364.213
1910/915	5.765.157	10.213.805
Média.	5.040.317	7.410.970
1916	1.234.031	3.085.374
1917	1.314.113	2.218.689

A rêde telephonica da administração publica, nesta capital e em Petropolis, teve, em 1917, o accrescimento de 4.858 metros no desenvolvimento dos conductores, ficando, em 31 de dezembro, com a estensão de 373.370 metros e o desenvolvimento de 4.601.370 metros.

Foram installados 90 aparelhos telephonicos, substituidos 43 e retirados 52.

O numero de aparelhos existentes elevou-se a 1.247.

Para conversação telephonica foram pelos quatro centros existentes registradas 709.142 chamadas, contra 627.272 em 1916, ou sejam mais 81.870.

A rêde de tubos pneumaticos desta capital funcionou com regularidade durante o anno de 1917, verificando-se o seguinte movimento de peças de correspondencia e de cursores transportados, comparado com o do anno anterior :

	Cursores	Peças de correspondencia
Em 1917	493.992	1.111.372
Em 1916	566.351	991.201
Em 1917	- 67.359	+ 120.171

Os tubos pneumaticos, além do transporte de cartas pneumaticas, auxiliam effcazmente a distribuição de telegrammas e de cartas expressas (serviço postal).

As estações costeiras funcionaram regularmente, não succedendo, entretanto, o mesmo com as territoriaes, que constituem o districto radiotelegraphico do Amazonas.

Todas as estações desse districto estão em más condições, necessitando as installações de urgentes reparos. A falta absoluta de material tem impedido a realização dos melhoramentos de que necessitam essas estações, principalmente as de Senna Madureira, Porto Velho e Tarauacá.

Comparado com o do anno anterior, foi o seguinte o movimento de radiotelegrammas transmittidos :

	Radios	Palavras
Em 1917	22.418	261.336
Em 1916	29.680	363.048
Em 1917	- 7.262	- 101.712

A renda dos Telegraphos elevou-se em 1917 a..... 17.298:351\$189, contra 15.431:215\$206 no anno anterior, sendo que a despesa foi de 19.267:268\$513, contra 18.593:706\$487 em 1916.

O sensivel augmento da renda, em confronto com a despesa, que se tem procurado reduzir ao minimo nos tres ultimos annos decorridos, fazem prever para o exercicio vindouro maior redução do "deficit", que, sendo em 1913 e 1914 superior a 9.000:000\$, em 1915 e 1916 passou a ser de pouco mais de 3.000:000\$, e no anno que acaba de findar ficou reduzido a 1.968:917\$324.

Quadro comparativo da Receita e Despesa no quinquennio de 1913 a 1917

Annos	Receita	Despesa	"Deficit"
1913	11.383:058\$511	21.203:200\$768	9.840:144\$257
1914	11.403:075\$435	20.685:144\$822	9.282:069\$387
1915	11.573:203\$613	18.319:935\$936	3.746:732\$323
1916	15.431:215\$206	18.593:703\$487	3.162:491\$281
1917	17.298:351\$189	19.267:268\$513	1.968:917\$324

No decorrer do anno de 1917 o fornecimento médio diario de agua foi de 284.328.549 litros, contra 280.919.465 litros no anno anterior, sendo diminuta a differença de volume dos diferentes mananciaes dos dous referidos annos.

Os reservatorios e caixas que commandam a rede de distribuição foram mantidos em perfeito estado de conservação, tendo sido lavados varias vezes durante o anno.

Verificou-se em 1917 sobre o anno anterior um augmento de 1.424 pennas d'agua, tendo havido, por outro lado, suppressão de 342, das quaes 75 pertencentes a predios demolidos ou deshabitados e 267 substituidas por hydrometros. O augmento real de pennas d'agua foi, portanto, de 1.082.

Nos differentes districtos procedeu-se aos convenientes trabalhos de revisão e ampliamento da rede de distribuição, sendo que no 7º districto foi levado a effeito o mais importante serviço de revisão e ampliamento da rede distribuidora, trabalho que consistiu no lançamento de uma nova linha de encanamento desde o reservatorio do Macaco até Ipanema, com tubos de 0^m,300, 0^m,250 e 0^m,200, na estensão total de 8.815^m,40. O novo encanamento, partindo do reservatorio, desce pelas ruas D. Castorina, Jardim Botânico e Fonte da Saudade; margem da Lagôa Rodrigo de Freitas, passando pela Ponta do Pires e Praia Funda; ruas Montenegro, Alberto de Campos, Farme de Amoedo e Vinte e Oito de Agosto, até a esquina de Quatro de Dezembro, onde se liga ao encanamento de 0^m,250 alli existente.

Essa nova linha veio supprir parte consideravel de uma zona que era até então abastecida pelo reservatorio do Morro da Viuva,

cuja rêde, por seu turno, melhorou sensivelmente, não só de pressão, como tambem no numero de horas de distribuição diaria.

Elevou-se a 43.629^m,11 o total de novas canalizações assentadas nos sete Districtos, dos quaes 4.916^m,60 em substituições de antigos encanamentos.

Todas as florestas tiveram boa conservação, sendo plantadas nas mesmas varias arvores de madeira de lei, taes como araribá, sipipiruna, guarabú, pequiá marfim, pau brasil, eucalyptus, canella, arco de pipa, jacarandá, oleo vermelho, sapucaia, oleo pardo, geni-papo, ipê e outras.

Em 1917 foram installados 346 hydrometros, contra 414 collocados no anno anterior, havendo assim uma differença para menos de 68 aparelhos. Entretanto, tendo sido retirados durante o anno 166 aparelhos, o augmento real do numero de medidores foi de 180, tendo a officina aferido 423 aparelhos e concertado 535 outros. Em 31 de dezembro de 1917 o numero de hydrometros existentes era de 11.227, contra 11.047 na mesma data do anno anterior.

Afim de evitar o desperdicio de agua e reclamações provenientes de más installações internas para distribuição domiciliaria e por falta de depositos de accumulção, foram vistoriados durante o anno passado 26.576 predios, resultando dessas vistorias a expedição de 2.907 primeiras intimações, 271 segundas, com multas de 100\$, e 37 terceiras, com multas de 200\$000.

Por infracções commettidas contra as disposições do regulamento approvedo pelo decreto n. 3.056, de 24 de outubro de 1898, foram expedidas 269 multas de 100\$ cada uma, no valor total de 26:900\$000.

A Estrada de Ferro Rio d'Ouro, de um metro de bitola entre trilhos, tinha, em 31 de dezembro de 1917, a estensão total de 143.818 metros.

De accôrdo com as previsões insertas no relatorio anterior, as reclamações cresceram em 1917 pela demora havida no fornecimento de vagões, como consequencia logica do augmento de mercadorias a transportar e diminuição progressiva do material de tracção.

Os serviços de esgoto da Capital Federal continuam a cargo de "The Rio de Janeiro City Improvements Company, Limited", sob a fiscalização da Inspectoria de Esgotos.

Durante o anno de 1917 foram feitos serviços de esgotamento em 531 predios novos e 327 reconstruidos, sendo para esse fim construidos 4.711 metros de collectores de diferentes diametros.

As obras para a substituição do vapor pela energia electrica nas estações elevatorias de São Christovão, Arsenal e Gloria ficaram concluidas durante o anno.

A Inspectoria de Esgotos desempenhou-se no correr do anno findo da incumbencia relativa ao lançamento da taxa de saneamento. O credito de 30:000\$, concedido pelo Ministerio da Fazenda,

permitted á Inspectoria activar o serviço, já iniciado, de revisão das taxas de esgoto pagas á “Companhia City Improvements”, serviço este cujo resultado pratico immediato consistiu em tornar possivel a deducção, nas contas de 1917, de 1.432 taxas, o que representa uma economia annual para os cofres publicos de 120:000\$ ao cambio actual.

Esse serviço de revisão de taxas não se acha concluido, devendo ainda ser feitas outras deducções nas contas relativas ao corrente exercicio, o que elevará consideravelmente a importancia da reducção de despesa.

Está dependente de solução a acção de arbitramento movida pela “Companhia City” contra a decisão que mandou retirar dos registros de taxas de esgoto as chamadas economias superpostas, sendo que, no caso de ser a respectiva solução favoravel á União, serão deduzidas mais 1.300 taxas das contas da Companhia.

Os dados estatisticos relativos ao lançamento da taxa de saneamento vieram mostrar que a estimativa do Congresso Nacional não será attingida, desde que a respectiva arrecadação não poderá elevar-se além de 3.000:000\$, em vez de 4.000:000\$000. Para attingir esta importancia seriam necessarias outras providências legislativas quanto ao desdobramento das classes de predios sobre as quaes deveria recair a taxa e tambem dispositivo especial relativamente ás economias separadas, de accòrdo com as quaes se faz o pagamento á “Companhia City Improvements”.

O serviço de iluminação publica e particular desta capital, contractado com a “Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro” e directamente fiscalizado pela Inspectoria Geral de Iluminação, foi effectuado em 1917 com regularidade, apesar das difficuldades decorrentes da crise de carvão, cuja falta, para a fabricação do gaz, não se fez resentir.

A quantidade de hulha destinada a esse fim e procedente da America do Norte foi de 88.369 toneladas, sendo que presentemente estão sendo estudadas medidas capazes de assegurar a manutenção do fornecimento de gaz, na eventualidade de qualquer difficuldade ou restricção na importação do carvão.

O movimento da iluminação publica no anno de 1917 foi o seguinte: na iluminação a gaz foram collocados 31 novos combustores e suprimidos 59, resultando uma diminuição de 28 luzes, cujo total, em 31 de dezembro de 1917, era de 22.037 luzes de gaz.

A iluminação electrica foi augmentada de 107 lampadas de arco, que, adicionadas ás 8.812 existentes no anno de 1916, dão um total de 8.919 para o anno findo. Nas lampadas incandescentes não houve alteração alguma, continuando a funcionar as 616 existentes.

Na medida dos recursos orçamentarios para o corrente exercicio, e com a maior parcimonia na distribuição dos focos de luz, e adoptando sómente, ou a luz electrica, ou o gaz, vae a Inspectoria prover de iluminação o maior numero possivel de

logradouros publicos ainda privados desse indispensavel beneficio, quer na parte urbana da cidade, quer nos suburbios.

O consumo de energia electrica para o mesmo fim e no mesmo periodo foi de 17.213.537 kilowatts-hora, ou 23.893 menos que no anno anterior, vigorando o preço de 150 réis, metade papel, metade ouro.

Para occorrer á despesa com a illuminação publica, a lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917, consignou os creditos de 2.104:395\$, papel, e 2.104:395\$, ouro. Desses creditos foram despendidas as seguintes importancias: 802:900\$157, papel, e 802:900\$157, ouro, com a illuminação a gaz, e 1.291:015\$346, papel, e 1.291:015\$345, ouro, com a illuminação electrica.

A despesa total foi, portanto, de 2.093:915\$503, papel, e 2.093:915\$503, ouro. Reduzida a papel a parte em ouro, verifica-se que a despesa com a illuminação publica desta capital attingiu a 6.572:253\$624 da nossa moeda.

Confrontando essa despesa com a que foi effectuada no anno de 1916, verifica-se ter havido uma redução de 3:913\$398, papel, e 3:934\$419, ouro.

A dotação orçamentaria para custear a despesa com a Inspectoria Geral de Illuminação que, em 1914, era de 280:980\$, passou a ser de 223:017\$500, ou menos 57:962\$500.

Deduzida da importancia de 223:017\$500 a quantia de 160:000\$, com que a contractante do serviço de illuminação contribue para as despesas de fiscalização, em virtude de disposição contractual, resulta que o onus do Thesouro com a Inspectoria de Illuminação é tão sómente de 63:017\$500.

AGRICULTURA

Povoamento do Solo

No Serviço de Povoamento, a corrente immigratoria, em consequencia da guerra, continuou a baixar: de 34.003, em 1916, desceu, em 1917, a 31.192 immigrantes. Houve consideravel augmento na collocação de desoccupados, tendo sido encaminhados a varios destinos 6.347 individuos que, nesta capital, se achavam sem trabalho; desde que se iniciou esse serviço, já foram dirigidos para o campo 18.650 individuos, dos quaes 12.999 brasileiros.

Nos nucleos coloniaes, em numero de 20, sendo 10 emancipados, nove em trabalhos preparatorios e um annexado, foi recensada uma população de 33.570 almas, das quaes 10.322 brasileiros. O numero de escolas publicas nos referidos nucleos elevou-se de 25, em 1916, com uma frequencia de 936 alumnos, a 40, em 1917, com uma frequencia de 1.370. A producção agricola que, em 1916, não excedeu de 6.108:361\$395, foi estimada, em 1917, em 8.366:148\$552. O valor dos productos de origem animal, vegetal e industrial subiu, em 1917, a 2.265:781\$330. O censo pastoril, no anno proximo findo, revelou, no valor total de 4.088:129\$780,

144.483 cabeças de gado bovino, equino, asinino, caprino, ovino e suíno ; de diversas aves domesticas, o numero era de 333.314 cabeças, no valor total de 220:911\$; havia ainda 4.041 colmeias, valendo 41:699\$000. Nos nucleos Monção, Inconfidentes, Yapó e Annitapolis estão funcionando estações de monta, serviço que aos poucos será ampliado aos outros nucleos.

Na Directoria do Povoamento organizou-se um "bureau" de informações sobre venda e arrendamento de terras publicas e particulares.

O Serviço de Protecção aos Indios, modificado pela lei orçamentaria vigente, que passou á Directoria do Serviço de Povoamento o trabalho de localização do trabalhador nacional, com os respectivos Centros Agricolas, continúa, de accôrdo com os recursos que lhe permittem a situação financeira do Estado, a obra de pacificação dos selvicolas, seu principal e mais relevante objectivo.

Serviço de Protecção aos Indios

Reduzidas de 10 para seis, em 1914, as Inspectorias do Serviço, e fixados em dous apenas os postos de attracção em cada Inspectoria, apesar da ampliação da area destas e do raio maior de acção que lhes foi imposto, a obra de manutenção dos resultados já conseguidos tem tido delle o melhor desempenho.

Foram conservadas em relações pacificas com as populações circumvizinhas as antigas tribus guerreiras levadas a abandonar as hostilidades anteriores e encaminhadas, em grande parte, ao trabalho da lavoura.

Na Directoria de Meteorologia e Astronomia existiam, em fim de 1917, 226 estações meteorologicas, das quaes 119 remuneradas pelas verbas do Observatorio, 86 a cargo financeiro dos governos estaduais e 21 gratuitas. Foram installadas cinco estações novas ; estavam sendo remontadas tres outras e, por irregularidade no seu funcionamento, uma foi supprimida.

Meteorologia e Astronomia

Dada a estensão do Paiz e a sua variedade de climas, essas estações são ainda em numero insufficiente, carecendo o Serviço de recursos orçamentarios para augmental-as á medida de nossa necessidade.

A previsão de tempo continuou a funcionar, sendo fornecidas ao publico as indicações obtidas, cujo coefficiente de probabilidade ascendeu a 90%.

Realizam-se auspiciosos ensaios de meteorologia agricola, em zonas diversas do Estado do Rio, sobre cultura de trigo duro de verão e diversas fibras textis.

O Museu Nacional de Historia Natural, que, em julho deste anno, completa um seculo de existencia, apesar da pequena dotação orçamentaria, continúa a apresentar um progresso real, secundando de modo positivo a acção da administração publica em materias que lhe são affectas.

Museu Nacional

O estudo do nosso solo, flora e fauna está essencialmente ligado ao problema do desenvolvimento nacional, razão pela qual o Museu precisa dispor de todos os meios para alargar livremente a sua acção e concorrer com toda a capacidade dos seus cientistas para o progresso do Brasil.

A divulgação da Historia Natural vae sendo feita com intensidade, não só pela publicação dos "Archivos do Museu Nacional", de que vieram á luz ultimamente os volumes xvii, xviii, xix e xx, bem como por outros trabalhos esparsos em revistas e em consultas de varias especies, mostruarios e cursos a praticantes.

Ha em todos os departamentos do Museu a mesma energia de trabalho, sendo alguns delles chamados, dada a época anormal que atravessa o Paiz, a cooperar directamente em questões que se prendem á nossa producção.

Assim, esteve o Director do Museu no Egypto em pesquisas especiaes sobre a "Gelechia gossypiella", que ataca actualmente os algodoaes do Brasil; e o Chefe da Secção de Entomologia, além das viagens a Minas Geraes e a Pernambuco, afim de verificar os males que devastavam as plantações do arroz e da canna de asucar, partiu para a America do Norte, onde se acha em missão especial.

As diversas secções technicas têm funcionado regularmente, de accôrdo com as exigencias de ordem puramente scientifica ou scientifico-industrial. Assim, fizeram-se estudos sobre a ethnographia brasilica, a purificação do sal, o manganez e o carvão nacional etc.

Jardim Botanico

Os trabalhos do Jardim Botanico se desenvolveram activamente em cada uma das secções especiaes que constituem o caracter fundamental do seu plano scientifico.

Entre as providencias de caracter urgente reclamadas para a boa conservação das dependencias do estabelecimento, estão ainda a pedir solução as que dizem respeito ao abastecimento de aguas nas épocas de longas estiagens, causadoras de não pequenos danos ás especies vegetaes, e a obra de terraplenagem e nivelamento impostas pelo levantamento do leito da rua do Jardim Botanico, ao receber a asphaltagem, provocando grave perturbação no escoamento das aguas pluviaes dentro do Jardim.

O trato inculto fronteiro ao Jardim está sendo aproveitado para ampliação do "arboretum" destinado á conservação das especies mais importantes da Baixa-Amazonia.

Apesar dos esforços empregados com a transplantação para o Jardim de grande numero de especies, tanto de valor economico quanto ornamental da nossa flora, augmentadas ainda consideravelmente com um grande numero de familias já existentes, continúa o herbario, por sua deficiencia, representando menos a decima parte da flora nacional, a não satisfazer as exigencias dos trabalhos que alli se realizam, em vista da impossibilidade que offe-

rece a identificação de plantas ás vezes communs, pela falta de exemplares typicos essenciaes a essa operação. E' notavel tambem a falta de litteratura scientifica que auxilie essa identificação. O herbario de plantas exoticas foi tambem augmentado de varias amostras, promovendo o Jardim, como de dous annos a esta parte, a cultura e multiplicação systematica da ipecacuanha, riqueza natural que estava prestes a desaparecer em virtude da extincção imminente dos seus "stocks" nativos.

A apparição do volume II dos "Archivos do Jardim Botanico" não deixa de ser um facto digno de menção, pelo valor dos subsidios e contribuições trazidas a um perfeito e continuado estudo da nossa opulenta flora. Está sendo estudada a flora de Itatiaya com o fim de ser publicado um trabalho relativo á mesma por occasião do Centenario da Independencia.

O anno de 1917 foi assaz auspicioso para a Escola Superior de Agricultura e Medicina Vêterinaria.

Escola Superior
de Agricultura

Além de revisto o seu Regulamento, no intuito de tornar proficuo o esforço realizado, ficou quasi completo o seu corpo docente, tendo o Governo obrado de modo que o provimento das cadeiras pudesse recair em pessoas sufficientemente idoneas.

Terminaram os respectivos cursos as primeiras turmas de engenheiros agronomos e de medicos veterinarios, aquella composta de 12 e esta de quatro alumnos, sendo pela primeira vez o Paiz provido de medicos veterinarios por uma escola brasileira.

Matricularam-se no primeiro anno do Curso de Engenheiros Agronomos 13 alumnos e um no Curso Medico-Veterinario. Como a matricula, a frequencia foi pouco satisfatoria, devido a causas a esta hora já removidas pelo Governo.

Todos os gabinetes foram enriquecidos de material novo e utilizados por docentes e alumnos com evidente proveito.

Teve um anno de labor mais intenso o Serviço de Agricultura Pratica, quer quanto á distribuição de sementes e mudas de plantas diversas, quer em relação ás demonstrações praticas, executadas no campo por seus inspectores e instructores com character de ensino.

Agricultura Pratica

Tendo em especial consideração o problema economico do trigo, o Governo iniciou a propaganda do plantio deste cereal nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catharina, ensaiando o mesmo em algumas zonas do Norte, que pareceram mais susceptiveis de exito. Para isso, commissionou, não só especialistas no Serviço, mas, ainda, fez distribuir por entre os lavradores sementes sadias que, com difficuldade, poude adquirir nos mercados do Paiz, dada a escassez, nessa occasião, de grãos para esse fim.

O augmento das areas cultivadas nos Estados do Sul e das colheitas nestes Estados compensaram grandemente o empenho desenvolvido nesse sentido pelo Governo. Perdurando, em varios algodoaes do Norte do Paiz, a existencia do "Pink-Boll-Worm",

conhecida pelo nome de lagarta rosca, foram organizadas turmas de agronomos, depois de consideradas aptas para tal fim pelo Chefe da Secção de Entomologia do Museu Nacional, e enviadas para os varios pontos atacados, munidas dos apparatus e material indispensaveis.

Distribuiram-se 164.668 kilos de sementes diversas, 34.367 mudas de arvores fructiferas e 35.211 kilos de adubos.

Em virtude dos embaraços resultantes do actual estado dos negocios, suscitando larga demora na construcção de machinas apropriadas á esterilizaçáo dos cereaes, teve o Governo de se contentar com a installaçáo de apparatus rudimentares, fabricados a conselho e sob desenho do Chefe de Secção de Entomologia do Museu Nacional, um dos quaes funciona com proveito na propria séde do Serviço de Agricultura Pratica.

Industria Pastoril

Para incremento da Pecuaria, o Governo tem posto em pratica diversas medidas opportunas, de real conveniencia.

Assim, favoreceu a reunião nesta capital, em maio do anno proximo findo, da Primeira Conferencia Nacional de Pecuaria, na qual foram largamente debatidos problemas de vivo interesse para o desenvolvimento da industria pastoril. Um dos votos dessa Conferencia, que o Governo se desvelará por cumprir, é o que se refere ao codigo de policia sanitaria animal, medida de necessidade inadiavel.

Ao mesmo tempo que funcionou a Conferencia de Pecuaria, realizou-se a Primeira Exposição Nacional de Gado e de Industrias Annexas que, honrada com a presença de Delegações da Argentina e do Uruguay, se revestiu de grande brilho, tendo comparecido criadores e industriaes domiciliados nos Estados de S. Paulo, Minas, Paraná, Santa Catharina, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Para melhor exito da Exposição, o Governo forneceu transporte gratuito aos animaes e seus productos destinados ao certamen, tendo distribuido premios no valor de cerca de 65:000\$000.

Funcionaram sem interrupção os frigorificos installados nos Estados de S. Paulo e Rio de Janeiro, estando em construcção outros em Minas e no Rio Grande do Sul, fiscalizados aquelles por funcionarios do Serviço de Industria Pastoril.

A exportação de carnes congeladas e resfriadas que, em 1916, fôra de 33.661 toneladas, no valor de 28.193:000\$, elevou-se, em 1917, a 66.452 toneladas, no valor de 60.233:000\$000.

Para amparar e fomentar a criação de ovinos e caprinos, o Governo, de accôrdo com a autorizaçáo constante da lei n. 3.316, de 16 de agosto de 1917, expediu o decreto n. 12.889, de 27 de fevereiro de 1918, concedendo favores e estabelecendo obrigações, a que, estou certo, os criadores recorrerão com proveito proprio e em bem do nosso progresso pastoril.

Apesar da guerra, foram importados para os postos zootecnicos e as fazendas-modelo, durante o anno proximo findo, re-

productores de diferentes especies, principalmente bovinos, cujo numero attingiu a 175, especializados estes na producção de carne ou de leite.

No sentido de divulgar as condições em que serão auxiliados os que pretendam importar reproductores de raça fina, o Governo fez publicar editaes, profusamente distribuidos, contendo os necessarios esclarecimentos sobre o assumpto. Como resposta auspiciosa, já tem o Ministerio da Agricultura recebido diversos requerimentos de Camaras e Prefeituras Municipaes que desses auxilios pretendem valer-se.

A par do refinamento dos rebanhos, tem cuidado o Governo do melhoramento das pastagens, fazendo distribuir largamente sementes de boas plantas forrageiras e adubos para os campos, concedendo a uns e outras transporte gratuito por terra ou por agua.

Proseguiram com regularidade os leilões de reproductores importados e já acclimados no Paiz, assim como de productos oriundos dos estabelecimentos zootechnicos officiaes.

Pelo Posto Zootechnico de Pinheiro foram vendidos ou cedidos a estabelecimentos diversos, federaes, estaduaes e municipaes, e a particulares, os seguintes animaes:

Bovinos	207
Suinos	220
Asininos.	47
Ovinos	13
Caprinos	3
Aves.	7
Total	502

Os serviços de marcas a fogo e registro genealogico de animaes têm-se desenvolvido e já começam a dar alguma renda.

Tem igualmente tomado impulso o registro de lavradores e criadores, no qual até 31 de dezembro de 1917 já havia 6.480 inscrições.

Em execução á lei orçamentaria vigente, o Governo expediu instrucções para reger os trabalhos da Commissão Central dos Criadores do Cavallo Puro Sangue, incumbida de distribuir e fiscalizar os premios instituidos para fomento dessa criação. Da Commissão fazem parte, além dos representantes dos Ministerios da Agricultura e da Guerra, delegados de Estados onde se criam cavallos puro sangue e de guerra e das sociedades hippicas desta capital e dos Estados.

Já foram expedidas instrucções regulando a concessão dos auxilios votados para as fazendas-modelo e estações de monta fundadas pelas Camaras e Prefeituras Municipaes e para o primeiro posto zootechnico installado no Amazonas, Pará, Maranhão, Piauhy, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Alagôas, Sergipe, Espirito Santo, Paraná, Goyaz e Matto Grosso.

Não tendo a vigente lei da Despesa revigorado a disposição constante das leis orçamentarias anteriores, que autorizavam o

Executivo a conceder transporte gratuito nas estradas de ferro federaes e empresas de navegação da União, para reproductores de raças nobres, plantas, sementes e adubos, resolvi, attendendo a innumerables reclamações das classes interessadas e á consideração de que esse auxilio favorece grandemente á produção nacional, cujo fomento está o Governo promovendo pelos meios adequados, expedir o decreto n. 12.890, de 27 de fevereiro de 1918, autorizando o Ministro da Agricultura a conceder taes transportes.

Desenvolveu-se consideravelmente o trabalho dos laboratorios da Secção de Veterinaria, para os quaes o Governo vae fazer melhor installação no edificio construido para a Escola Superior de Agricultura, á rua General Canabarro, nesta capital.

O preparo de productos biologicos, taes como vaccinas contra o carbunculo verdadeiro, a pneumo-enterite dos bezerrros e a espirochetose das gallinhas, e a malleina e a tuberculina fez-se em escala crescente.

Ao appello dos criadores attenderam sempre promptamente os funcionarios veterinarios, realizando, nas fazendas, os necessarios trabalhos de clinica e hygiene animal. Pesquisas bacteriologicas para diagnostico de casos mais difficeis foram realizadas nos laboratorios da Secção.

Devido ao grande numero de pedidos de sôro-vaccina contra a peste dos porcos, foi installado em Pinheiro mais um posto para preparo desses productos.

Na Exposição Nacional de Gado a vigilancia veterinaria foi exercida com a melhor efficacia, de modo que, em cerca de 900, succumbiram apenas dous animaes, sendo um em virtude de accidente.

Estudos interessantes sobre immunização de bovinos contra a "tristeza" foram realizados, em Santa Monica, de setembro a dezembro de 1917, em novilhas importadas do Uruguay, registrando-se, apesar de intervenção tardia, apenas tres obitos em 44 animaes.

Os trabalhos de helminthologia têm proseguido com proveito para a Secção de Veterinaria.

O numero de banheiros carrapaticidas continúa a augmentar no Paiz inteiro, devido ao auxilio concedido pela União.

Para estudar os assumptos que se relacionam com o desenvolvimento da produção nacional, nomeou o Governo, em 27 de outubro de 1917, uma commissão especial, composta, entre outros, dos delegados da Associação Commercial desta capital, Sociedade Nacional de Agricultura, Centro Industrial do Brasil, Liga do Comercio, Associação Commercial de Santos, sob a presidencia do Ministro da Agricultura. O Governo procurou dar immediata execução aos votos emittidos por essa commissão, tendo nomeado, para esse fim, um delegado especial.

desenvolvendo, por maneira a preencher os fins que se tiveram em vista organizando-as.

Si nem todas as escolas, por motivos varios, se acham ainda em estado de satisfazer cabalmente á importantissima missão que lhes é confiada, todavia é evidente que o esforço realizado em algumas dellas se tem affirmado do modo o mais auspicioso possível.

Cumprindo ao Paiz educar e robustecer as gerações futuras na escola e na officina nacional, não é por demais repetir que as grandes despesas em que importa a manutenção das mesmas serão feitas em absoluta perda, si o recrutamento do seu pessoal de ensino não se exercer tendo em vista as mais imparciaes condições de acerto e o criterio mais rigoroso na verificação da capacidade profissional.

O ensino profissional, segundo a concepção moderna, deve corresponder intimamente á realidade que elle tem por objecto exprimir. Na impossibilidade, pois, de possuirmos um ensino dessa natureza tão lato e tão completo quanto o seria para desejar, modelando a aprendizagem pelo das grandes uzinas industriaes, conviria prover á semelhante lacuna pelo tirocinio industrial dos alumnos em grandes estabelecimentos profissionaes, mediante os accórdos que se fizerem necessarios, tirocinio esse cuja inspecção caberia ás proprias escolas.

A matricula nesses estabelecimentos attingiu a 3.531 alumnos, contra 3.111 em 1916, distribuidos do seguinte modo : Amazonas, 85; Pará, 230; Maranhão, 245; Piauhy, 157; Ceará, 233; Rio Grande do Norte, 79; Parahyba, 159; Pernambuco, 142; Alagoas, 257; Sergipe, 162; Bahia, 67; Espirito Santo, 120; Rio de Janeiro, 210; S. Paulo, 150; Paraná, 249; Santa Catharina, 120; Minas Geraes, 110; Goyaz, 52; Matto Grosso, 101.

Concederam-se durante o anno findo 291 cartas-patentes de invenção, 10 certidões de melhoramentos e 70 titulos de garantia provisoria.

A renda produzida por esse serviço importou em 173:879\$920, apresentando uma differença para mais de 38:379\$610.

Tem procurado a Directoria Geral de Estatistica augmentar o numero das suas indagações, dando assim a esse ramo do serviço publico a amplitude desejavel e necessaria para tornar patente a sua utilidade, como elemento basico da boa administração. E' notorio o esforço empregado pela mesma repartição no sentido de desenvolver do melhor modo os trabalhos a seu cargo, organizando e publicando, em instructivos relatorios e annuarios, os resultados das suas pesquisas, que já constituem valioso subsidio numerico acerca de varios assumptos de real interesse sob o ponto de vista territorial, demographico e economico.

Directoria de Es-
tatistica

Como complemento das informações divulgadas nos dous primeiros tomos do "Anuario Estatistico", apparecerão, bre-

vemente, até meados do corrente anno, no 3º e ultimo volume dessa publicação, os resultados dos inqueritos relativos aos diversos cultos, á assistencia aos enfermos e á instrucção, publica e particular, incluida nesta parte a estatistica das bibliothecas, da imprensa periodica e das associações artisticas, litterarias e scientificas.

Entretanto, para que a Directoria de Estatistica possa cumprir effizantemente a sua missão, deve o Congresso Nacional provel-a de recursos mais amplos, que a tornem apta para iniciar, no anno proximo vindouro, os trabalhos preliminares do recenseamento geral da população a realizar-se em 1920, de accôrdo com o preceito constitucional, operação censitaria, de cujo exito dependem, em grande parte, o valor e a exactidão das estimativas ou inqueritos futuramente levados a effeito. As vantagens proporcionadas pela estatistica de 1920, demonstrando o progresso da nossa nacionalidade, hão de contribuir, sem duvida, para dar maior realce ás grandes festas que, em 1922, devem commemorar a gloriosa data do Centenario da Independencia do Brasil.

Serviço de informações

O Serviço de Informações vae satisfatoriamente collimando os seus fins de divulgação e propaganda. Já por meio de publicações e impressos, já por meio de informes de toda a natureza, ha proseguido no principal mistér de disseminar tanto os ensinamentos e progressos agricolas, quanto o conhecimento das riquezas do nosso solo e sub-solo nos outros Paizes.

Junta Commercial

Na Junta Commercial a simplificação do processo de informações e a applicação de um systema mercantil mais aperfeiçoado tem assaz contribuido para manter em dia a massa enorme de serviços dessa repartição. A renda, que foi, em 1916, de... 415:776\$120, montou, em 1917, a 538:065\$230, havendo uma differença para mais de 122:289\$110. A despesa, por seu lado, vem sendo annualmente diminuida, tendo baixado de 83:572\$ a 77:572\$118.

Serviço Geologico e Mineralogico

O Serviço Geologico teve por maior objectivo o estudo das jazidas carboniferas, principalmente nos Estados do Sul. Dos elementos colhidos e, muito mais, do desenvolvimento que vão tomando os trabalhos de lavra, resulta a convicção de que, multiplicados os pontos de ataque, poderemos ter naquelles depositos o abastecimento, sinão da totalidade, ao menos de grande parte das nossas industrias.

No Rio Grande a producção tem crescido rapidamente e novas empresas se preparam para extracções volumosas.

Em Santa Catharina ha duas minas produzindo. Em uma dellas o combustivel é muito melhorado pela preparação mecanica e lavagem.

No Paraná só uma lavra está em actividade; mas no valle do rio das Cinzas e no do baixo Tibagy vão agora apparecendo novos

affloramentos e indícios animadores para a formação de um outro centro de riqueza.

Para a implantação generalizada do combustível nacional estão faltando : de um lado, o beneficiamento por preparação mecânica e lavagem ; do outro, a adaptação das fornalhas e do modo de effectuar a combustão.

Além dos estudos geológicos feitos nesses Estados, tem o Serviço em cada um delles um aparelho de sondagem que se destina a avaliar da extensão daquellas bacias. No corrente exercicio esses aparelhos vão ser multiplicados, permittindo pesquisas mais dilatadas.

Em S. Paulo uma sonda, conduzida pela Companhia Paulista, executa perfurações em pesquisa de petroleo.

No Amazonas, no valle do rio Parauary, entre o Madeira e o Tapajós, uma sondagem que já atravessou o cretaceo, está agora nos andares do carbonifero superior, e espera-se que em maior profundidade encontre camadas productivas de carvão.

Com os novos recursos vão ser feitos estudos e sondagens para petroleo nos Estados de Alagoas e Bahia, bem como nos de Paraná e Rio Grande do Sul.

Tem sido objecto de especial attenção a pesquisa de jazidas de minereos de ferro em proximidades ás do carvão. Seria esse um germen seguro da siderurgia no Sul. Em Santa Catharina, na parte norte do Estado, em região vizinha á costa, existem alguns depositos de consideravel extensão ; são, porém, ainda bastante afastados da zona do combustível mineral.

De algumas localidades no Estado da Bahia, e tambem de Minas Geraes, têm apparecido minereos de ferro-chromado, de alto teor em chromo. Será de grande vantagem a lavra desses minereos, que constituem bom elemento para a siderurgia, na fabricação de aços especiaes, e no revestimento dos fornos de alta temperatura, além de muitas outras applicações na industria.

Até hoje os minereos de ferro mais ricos e em quantidade inesgotavel são os de Minas Geraes. Ahi é que se têm installado alguns pequenos fornos altos que vão fornecendo a gusa para as officinas de fundição. Ha tres pequenos fornos da Uzina Esperança, que produzem no maximo 40 toneladas diarias. O forno alto de Sabará está prestes a funcionar, e dará 20 ou 30 toneladas por dia.

Para fabricação de ferro bitolado existem duas officinas que empacotam, caldeiam e laminam ferro velho, uma no Rio, outra em S. Paulo.

Para aço Bessemer existe na Estrada de Ferro Central um pequeno conversor de insufflação lateral que refina gusa.

O forno Martin, da Gambôa, para aço e ferro, não funciona por falta de oleo combustível, que era o seu agente calorifico. Este tambem fazia o refino da gusa com ferro velho.

A fabrica de Ipanema produz pequena quantidade de gusa, e prepara-se para fazer ferro e aço para o material bellico.

Tudo isso é uma miniatura de siderurgia.

E' indispensavel acoroçar, mesmo com os maiores sacrificios, a produção bem orientada dos metaes da civilização.

A orientação deve ser o emprego exclusivo do minereo, desde a gusa até o refino. Nós não temos ferro velho. Andar catando o pouco que ahí existe é recurso de que se aproveita o agiota para grandes lucros na occasião dos apuros. Bem cedo virá o correctivo do preço exaggerado, e do desaparecimento total da materia prima e da industria ficticia.

Ha, pois, que incentivar a fabricação de gusa a carvão de madeira ou em forno electrico, esperando o coke mineral, e o refino da gusa para ferro e aço em fornos Martin, com purificação final em fornos electricos, e a laminação em apparatus accionados, quanto possivel, por energia electrica.

Naturalmente hão de apparecer muitos outros processos nas applicações da industria metallurgica.

E, no nosso caso, de grande riqueza de força hydraulica, conviria incrementar a produção de todos os elementos indispensaveis á captação economica dessa força. As fabricas de cimento, as de tubos de ferro e aço, as de cobre, para conductores electricos, são outras tantas oportunidades que estão a merecer a attenção dos industriaes e dos capitalistas.

O proprio Governo deveria, talvez, melhoradas as actuaes circumstancias, mandar fazer a captação de uma grande somma de energia hydraulica, empregal-a nos seus misteres mais urgentes, e vender o restante a preço infimo para a siderurgica.

Continuou o serviço nos estudos geologicos da região occidental de Minas, quasi fronteira com Goyaz, onde occorrem as chaminés e derrames da rocha diamantifera da Africa do Sul. Todos os resultados são comprobatorios de que os diamantes lavrados nas alluviões provieram dessas rochas eruptivas. Agora, segundo recentes informações, começam no municipio de Patos a extrahir diamantes, lavando o proprio material decomposto das chaminés de Kimberlita.

No Ceará annunciavam carvão proximo a um deposito de hematita. Existe o minereo de ferro semelhante ao das formações de Minas Central. Aproveitou-se a occasião para o reconhecimento da mina de cobre da Serra Grande.

Tambem nos estados do Rio Grande do Norte e da Parahyba foram feitos estudos geologicos, com o principal intuito de achar minereos para aproveitamento economico. Além das substancias communs nos terrenos crystallinos e graniticos, como kaolim, feldspatho etc., apparecem vastas formações calcareas, e num ponto uma rocha trachytica impregnada de enxofre, que parece offerecer possibilidade industrial.

FAZENDA

Pelas Mensagens que anteriormente tive a honra de vos dirigir, ficastes conhecendo a precaria situação do Thesouro Publico, quando, em novembro de 1914, assumi o Governo da Nação.

A apuração dos compromissos relativos a periodo anterior ao da minha gestão demonstrou que elles ascendiam a elevadas sommas que se avizinhavam de 37.000:000\$, ouro, e 312.000:000\$, papel.

Da emissão de papel-moeda autorizada pela lei n. 2.863, de 15 de agosto de 1914, restava, naquella época, o exiguo saldo de 30.900:000\$, dos quaes 3.900:000\$ só poderiam ser empregados, de accôrdo com a referida lei, em auxilios a bancos.

Assim, a quantia a emittir para satisfazer os encargos do Thesouro era apenas de 27.000:000\$000.

Entretanto, ás responsabilidades antigas se juntavam as despesas ordinarias, para liquidação das quaes era insufficiente a receita publica, cuja diminuição se accentuava forte e continua, pelo de- crescimento do seu mais importante factor: — a renda aduaneira.

Era muito grave, pois, a situação do Paiz; mas taes condições não me entibiaram o animo.

Estava certo de que o credito da Nação se consolidaria, porque com razão confiava nos grandes recursos do Paiz e no patriotismo nunca desmentido dos brasileiros.

De que me não enganava é prova sufficiente a exposição que aqui vos faço das actuaes condições economicas e financeiras. E, si não fôra a conflagração mundial, certo a situação do Brasil seria da mais franca prosperidade.

Para conseguir superar as difficuldades que se antolhavam no inicio da minha administração, tive naturalmente de adoptar providencias extraordinarias. Foi assim que, não existindo, no momento, a autorização legal, necessaria para se emittir papel-moeda, fui forçado a soccorrer-me de medidas que se enquadrassem nas disposições consignadas no art. 6º da lei da Receita, então em vigor, n. 2.919, de 31 de dezembro de 1914.

Dest'arte, ficou resolvida a emissão de letras-ouro e letras-papel, expedindo-se, em consequencia, os decretos ns. 11.471, 11.478, 11.510 e 11.570, de 3 e 5 de fevereiro, 4 de março e 5 de maio de 1915, os quaes autorizaram essas emissões.

Com taes titulos liquidou o Thesouro grande parte dos seus compromissos, o que muito contribuiu para o revigoramento do seu credito. Foram emittidas:

LETRAS-OURO :	
	£
Na Delegacia em Londres	3.417.963-18-7
No Thesouro Nacional	1.636.552-11-8
Total	<u>5.054.521-13-3</u>
LETRAS-PAPEL :	
No Thesouro Nacional	<u>170.433.100\$000</u>

O Governo, como lhe cumpria, tinha o maximo interesse em liquidar essas letras, notadamente as em ouro, por isso que sendo titulos, na sua maior parte, emittidos no estrangeiro e no estrangeiro circulando, mistér se fazia resgatal-os no mais breve trecho.

Por meio de operações felizes, conseguiu-se quasi por completo tal liquidação, pois em 1º de abril ultimo apenas restava das letras-ouro a insignificante quantia de £ 88.922-12-1, a qual, espero, será tambem resgatada dentro em pouco, e, das letras-papel, 30.370:200\$000.

Os algarismos que se seguem mostram as emissões e os resgates de que se trata.

LETRAS-OURO :		£
Emittidas.		5.051.521-13-3
Resgatadas até 31 de março de 1913		4.965.599- 1-3
Em circulação em 1º de abril de 1913		83.922-12-1
LETRAS-PAPEL :		
Emittidas.		170.433:100\$000
Resgatadas até 31 de março de 1913		140.037:900\$000
Em circulação em 1º de abril de 1913		30.370:200\$000

Mais tarde, tendo o Congresso Nacional autorizado a emissão de papel-moeda e de apolices, ponde o Governo fazer face ao grande saldo ainda existente das suas pesadas responsabilidades, pondo em dia os seus pagamentos.

Papel-moeda

Os quadros seguintes demonstram a applicação das emissões, não só de papel-moeda, realizadas em 1914 e 1915, como tambem as de apolices, feitas de novembro de 1916 a dezembro de 1917.

Primeira emissão

(Lei n. 2.863, de 24 de agosto de 1914)

AUTORIZAÇÃO		250.000:000\$000	
APPLICAÇÃO :			
<i>Empréstimos a Bancos</i>			
Feitos a diversos	100.000:000\$000		
Amortizações recebidas	90.761:623\$318	9.239:376\$382	
<i>Despesas da União</i>			
Recolhidos á Thesouraria Geral, para despesas	139.977:449\$000		
Idem á mesma, proveniente de amortizações de empréstimos	90.761:623\$318	230.739:072\$318	
<i>Incineração</i>			
Papel-moeda incinerado	—	10.022:551\$000	
		250.000:000\$000	250.000:000\$000

Segunda emissão

(Lei n. 2.938, de 23 de agosto de 1915)

AUTOBORIZAÇÃO			350.000:000\$000
APPLICAÇÃO			
<i>Liquidação de compromissos</i>			
Pagamento de contas anteriores a 1915, resgate de letras-ouro e letras-papel e juros das mesmas	—	136.880:540\$417	
<i>Premios de apolices</i>			
Diferenças de tipo pagas	—	16.764:527\$000	
<i>Despesas da União</i>			
Pela Thesouraria Geral	62.451:932\$533		
Pelo Banco do Brasil			
C/C	<u>72.900:000\$000</u>	135.351:932\$533	
<i>Auxílios á Lavoura etc.</i>			
Entregue ao Banco do Brasil para emprestimos á Lavoura, á Industria e ao Commercio	—	11.000:000\$000	
<i>Banco do Brasil</i>			
Empréstimo para desenvolver as operações de desconto, redesconto e de caução.	—	50.000:000\$000	
		<u>350.000:000\$000</u>	<u>350.000:000\$000</u>

Emissão de apolices de novembro de 1914 a dezembro de 1917. Apolices

Em novembro e dezembro de 1914.	12.056:000\$000
> 1915	23.231:700\$000
> 1916	32.532:100\$000
> 1917	73.233:100\$000
Total	<u>191.107:900\$000</u>

A saber :

Apolices para a construção e aquisição de Estradas de Ferro	59.956:000\$000
Apolices para pagamento de compromissos do Thesouro e resgate de letras	124.670:900\$000
Apolices para o saneamento da baixada do Estado do Rio	3.934:000\$000
Apolices para pagamento de sentenças judiciais	1.311:000\$000
> > > > despesas do Lloyd	1.202:000\$000
> > > > indenizações bolivianas	34:000\$000
Total	<u>191.107:900\$000</u>

Após a execução de taes medidas financeiras, notou-se o renascimento da confiança.

As letras do Thesouro, por exemplo, que a principio experimentaram uma forte depreciação, começaram a ter cotação em escala ascendente. Por sua vez, as apolices federaes, que haviam tambem baixado de muito, foram subindo progressivamente, como bem se apreciará no quadro abaixo.

E, finalmente, os titulos da divida externa do Brasil conseguiram nas bolsas estrangeiras muito melhor cotação.

Era a prova evidente de que o credito publico se valorizava, quer no interior, quer no exterior.

Cotações maxima e minima das apolices da Divida Publica, nos annos de 1914, 1915, 1916, 1917 e 1º trimestre de 1918

	1914		1915		1916		1917		1918 (1º trimestre)	
	Maxima	Minima	Maxima	Minima	Maxima	Minima	Maxima	Minima	Maxima	Minima
Geraes uniformizadas	895\$	797\$	847\$	711\$	840\$	747\$	854\$	795\$	901\$	815\$
Geraes provisórias	841\$	760\$	824\$	691\$	816\$	740\$	835\$	775\$	840\$	800\$
Empréstimo de 1903 (ao portador)	980\$	880\$	920\$	810\$	935\$	858\$	910\$	815\$	869\$	820\$
Emissão para Estradas de Ferro (nominal).	850\$	758\$	827\$	706\$	821\$	723\$	842\$	780\$	851\$	803\$
Saneamento da Baixada (nominal)	835\$	765\$	820\$	697\$	810\$	725\$	825\$	775\$	850\$	800\$
Lloyd Brasileiro (nominal).	—	—	750\$	—	765\$	720\$	785\$	—	—	—
Compromissos do Thesouro (nominal)	—	—	—	—	825\$	710\$	835\$	776\$	850\$	805\$
Compromissos do Thesouro (ao portador).	—	—	—	—	—	—	841\$	780\$	855\$	807\$
Sentenças judiciais (nominativas)	—	—	770\$	740\$	800\$	705\$	822\$	760\$	844\$	806\$
Tratado da Bolivia 3 % (nominativas)	700\$	550\$	750\$	600\$	525\$	—	765\$	550\$	—	—

Tendo sido, pela lei n. 3.361, de 20 de outubro do anno pasado, reconhecido e proclamado o estado de guerra iniciado pelo Imperio Allemão contra o Brasil, o Governo teve necessidade de recursos extraordinarios para occorrer aos dispendios vultuosos que forçosamente a situação acarretaria.

A vista da excepcionalidade do momento, o Congresso Nacional autorizou a terceira emissão de papel-moeda, cujo quadro vae aqui em seguida:

3ª Emissão — (Decreto Legislativo n. 3.316, de 16 de agosto de 1917) — Medidas financeiras executadas de accordo com o referido decreto — Balanço até 31 de dezembro ultimo

ATIVO	OURO	PAPEL	PASSIVO	OURO	PAPEL
Apollões a emitir — C/de lastro de papel moeda :			Emissão de apollões — C/de lastro :		
Saldo da emissão autorizada pela lei n. 3.316, de 16 de agosto de 1917, e realizada pelo decreto n. 12.001, da mesma data			Emissão autorizada pela lei n. 3.316, de 16 de agosto de 1917, e decreto n. 12.601, de mesma data		150.000:000\$000
Papel-moeda a emitir :			Emissão do papel-moeda :		
Saldo da emissão autorizada pela mesma lei e realizada pelos decretos n. 12.601, de 16 de agosto de 1917, 12.725, de 21 de novembro de 1917, e 12.758, de 19 de dezembro de 1917			Emissão autorizada pela mesma lei e realizada pelos seguintes decretos:		150.000:000\$000
			N. 12.601, de 16 de agosto de 1917		30.000:000\$000
			N. 12.725, de 21 de novembro de 1917		10.000:000\$000
			N. 12.758, de 19 de dezembro de 1917		10.000:000\$000
			Conversão de especie :		
Apollões depositadas :			Importancia da garantia de juros convertida em papel	5.075:411\$814	
Deposito feito na Caixa de Amortização para lastro do papel-moeda emitido		150.000:000\$000			
Suppimento á Caixa Common :					
Importancias fornecidas á Thesouraria Geral para supprir a deficiencia da recolta organometaria		35.270:581\$911			
Ministerio da Viagem :					
Pagamento de garantia de juros	5.075:411\$814				
Converso de especie :					
Importancia convertida em ouro, para pagamento de garantia de juros		10.793:450\$350			
Banco do Brazil :					
C/c de Movimento		53.251:423\$700			
C/de Auxilios á Produção Nacional.		50.000:000\$000			
C/especial para aquisição de Cam- bises		0.072:511\$000			
C/de Remessas ás Delegacias Fiscaes		400:000\$000			
C/de Imprestimo para Redescontos		30.000:000\$000			
C/de Convênio com a França		10.000:000\$000			
	5.075:411\$814	350.000:000\$000		5.075:411\$814	350.000:000\$000

Existindo na Caixa da Conversão o depósito metálico, em ouro, correspondente a £ 5.015.396-16-11, o Governo pôde, com os recursos de que dispunha, effectuar operações de conversão de especie, adquirindo notas daquela Caixa no valor de cerca de 61.000:000\$000.

O quadro abaixo indica, com os necessarios esclarecimentos, o papel-moeda em circulação até 31 de dezembro de 1917:

Demonstração dos valores, importancia e quantidade das notas de papel-moeda existentes em circulação em 31 de dezembro de 1917

Quantidade de notas	Valores	Importancia	
4.221.971	1\$000	4.221:971\$000	
2.047.045 1/2	2\$000	4.094:091\$000	
7.609.649	5\$000	38.048:245\$000	
10.065.456 1/2	10\$000	100.654:865\$000	
6.902.536 1/2	20\$000	138.051:930\$000	
5.736.902 1/2	50\$000	286.845:125\$000	
1.456.553 1/2	100\$000	145.655:350\$000	
911.153 1/2	200\$000	182.237:700\$000	
973.241 1/2	500\$000	486.605:750\$000	1.339.411:987\$000
<u>39.954.574 1/2</u>			<u><u>1.339.411:987\$000</u></u>

Existia em circulação em novembro de 1917 1.335.232:370\$000

Diferença para mais. 54.182:037\$000

Esta diferença provém :

Importancia emitida de accôrdo com o decreto n. 12.604, de 16 de agosto de 1917, e 12.723, de 13 de dezembro de 1917, para occorrer ás despesas do Thesouro Nacional	51.200:000\$000
Importancia emprestada a Bancos, em virtude do n. 11 do referido art. 1º	\$
	<u>51.200:000\$000</u>

Importancia resgatada, a saber:

Producto de 10 o/o da renda das Alfandegas do Rio de Janeiro e Santos.	\$	
Troco por Prata	12:052\$000	
> > Nickel.	\$	
> > Bronze	2:190\$000	
Amortização de emprestimos a Bancos	\$	
Juros destes emprestimos.	\$	
Desconto approved de notas em recolhimento.	3:654\$200	
Moeda subsiditaria	6\$300	17:903\$000
		<u>54.182:037\$000</u>

NOTA

Existia em circulação em 31 de agosto de 1913	739.384:614\$500
Retirada da circulação até 31 de julho de 1914	138.023:891\$000
Circulação em 31 de julho de 1914.	600.340:720\$500
Emitida de 26 de agosto de 1914 até 31 de dezembro de 1917.	800.000:000\$000
	1.400.340:720\$500
Resgatada de 1 de agosto de 1914 a 31 de dezembro de 1917	10.925:753\$500
Circulação em 31 de dezembro de 1917	<u>1.339.411:987\$000</u>

Impostos aduaneiros e de Consumo

Como mencionei acima, a renda aduaneira, devido á guerra, diminuiu bastante ; mas, por outro lado, os impostos de consumo

augmentaram, o que traduz o estabelecimento de novas industrias no Paiz, e o desenvolvimento das já existentes.

Os algarismos que em seguida vos apresento esclarecem o assumpto :

Impostos aduaneiros arrecadados

ANNOS	OURO	PAPEL
1914	60.564:485\$982	97.657:914\$977
1915	41.025:349\$029	76.934:168\$067
1916	53.017:139\$480	80.373:652\$378
1917	56.002:582\$020	48.112:068\$891

Impostos de consumo arrecadados

ANNOS	TAXAS	REGISTRO	TOTAES ANNUAES
1914	45.938:327\$635	6.302:195\$000	52.240:522\$635
1915	61.173:431\$517	6.602:145\$000	67.775:576\$517
1916	71.298:787\$725	12.529:140\$000	83.827:927\$725
1917	102.543:991\$879	12.275:473\$000	114.819:464\$879
	280.954:538\$756	37.708:953\$000	318.663:491\$756

Nas informações que se seguem encontrareis os elementos necessarios para poderdes ajuizar, economica e financeiramente, da situação actual.

A 31 de dezembro de 1917 a Divida Externa importava em £ 115.448.198-2-5, a saber :

Emprestimos:

	£
De 1833.	2.713.100- 0-0
> 1833.	4.173.100- 0-0
> 1839.	17.468.300- 0-0
> 1895.	6.925.900- 0-0
> 1893 ("Funding")	8.245.910- 0-0
> 1901 ("Rescission").	12.935.430- 0-0
> 1903 (Obras do Porto do Rio de Janeiro)	7.693.100- 0-0
> 1903 (Lloyd Brasileiro)	210.500- 0-0
> 1903.	1.839.400- 0-0
> 1903/1903 (Estrada de Ferro Itapura a Corumbá — Francos 93.735.000).	3.951.400- 0-0
> 1909 (Porto do Recife — Frs. 40.000.000)	1.600.000- 0-0
> 1910 (Estrada de Ferro de Goyaz — Frs. 93.461.500).	3.938.530- 0-0

	£
De 1910.	9.787.500- 0-0
> 1910 (Lloyd Brasileiro)	1.000.000- 0-0
> 1911 (Obras do Porto do Rio de Janeiro)	4.042.900- 0-0
> 1911 (Rêde Viação Cearense — Frs. 60.000.000)	2.400.000- 0-0
> 1911 (Rêde Viação Bahiana — Frs. 60.000.000)	2.400.000- 0-0
> 1913.	11.000.000- 0-0
> 1914 ("Funding")	13.137.993- 2-5
Total	115.443.193- 2-5
A 31 de dezembro de 1916 o total da Dívida Externa importava em	112.332.963-11-3
apresentando a diferença para mais de	3.115.229-11-2

em 1917, assim demonstrada :

Emissão de títulos do "Funding" de 1914, de janeiro a dezembro de 1917	3.175.769-11-2
menos o resgate de títulos do empréstimo de 1893 ("Funding"), effectuado em 1917.	60.540- 0-0
	<u>3.115.229-11-2</u>

"Funding"

A emissão de títulos do "Funding" em 1917 foi assim effectuada:

Para pagamento de juros dos seguintes empréstimos:

	£
De 1833.	61.044-15-0
> 1833.	93.894-15-0
> 1839.	349.366-0-0
> 1895.	173.147-10-0
> 1901 ("Rescission")	258.709-12-0
> 1906 (Lloyd Brasileiro)	5.282-10-0
> 1903.	45.935-0-0
> 1903/1903 (E. F. Itapura a Corumbá)	93.735-0-0
> 1909 (Porto do Recife)	40.000-0-0
> 1910 (Lloyd Brasileiro)	20.000-0-0
> 1910.	195.350- 0-0
> 1910 (Estrada de Ferro Goyaz)	73.771-12-0
> 1911 (Porto do Rio de Janeiro)	80.858- 0-0
> 1911 (Viação Bahiana).	48.000- 0-0
> 1911 (> Cearense)	48.000- 0-0
> 1913.	275.000- 0-0
	<u>1.572.174-14-0</u>
Para pagamento de garantia de juros.	1.303.594-17-2
	<u>3.175.769-11-2</u>

A emissão de títulos do "Funding", de 1914, effectuada de outubro de 1914 a 31 de dezembro de 1917, importa em £ 13.137.998-2-5, sendo:

Para pagamento de juros dos empréstimos:

	£
De 1833.	366.263-10-0
> 1833.	563.363-10-0
> 1839.	2.098.193- 0-0
> 1895.	1.038.835- 0-0
> 1901 ("Rescissions")	1.552.257-12-0
> 1906 (Lloyd Brasileiro)	31.575- 0-0
> 1903.	275.910- 0-0
> 1903-1909 (Estrada de Ferro Itapura a Corumbá)	592.710- 0-0
> 1909 (Porto do Recife)	200.000- 0-0
> 1910 (Lloyd Brasileiro)	120.000- 0-0

	£
De 1910.	1.172.100- 0-0
> 1910 (Estrada de Ferro de Goyaz)	472.629-12-0
> 1911 (Porto do Rio de Janeiro)	437.502- 0-0
> 1911 (Viação Bahiana)	233.000- 0-0
> 1911 (> Cearense)	233.000- 0-0
> 1913.	1.650.000- 0-0
	<hr/>
	11.195.402- 4-0
Para resgate de titulos do emprestimo de 1911	117.700- 0-0
Para pagamento de garantia de juros.	1.824.895-13-5
	<hr/>
Total	<u>13.137.993-2 -5</u>

A 31 de dezembro de 1917 a divida interna consolidada im-
portava em 937.724:500\$, a saber:

Apolices geraes de 5 %o	515.026:000\$000	
> > > 4 %o	119:600\$000	515.145:600\$000
Emprestimo interno para as obras do Porto do Rio de Janeiro, decreto n. 4.865, de 13 de junho de 1903.		17.300:000\$000
Emissão de apolices para construção e aquisição de estradas de ferro :		
Decreto n. 7.314, de 4 de fevereiro de 1909	20.000:000\$000	
> > 7.872, de 23 de fevereiro de 1910	6.000:000\$000	
> > 8.027, de 26 de maio de 1910	2.039:000\$000	
> > 8.093, de 16 de julho de 1910	1.999:000\$000	
> > 8.154, de 13 de agosto de 1910	19.930:000\$000	
> > 8.236, de 6 de outubro de 1910.	1.164:000\$000	
> > 8.633, de 29 de março de 1911	29.993:000\$000	
> > 9.315, de 24 de janeiro de 1912	49.993:000\$000	
> > 9.935, de 13 de dezembro de 1912	50:000\$000	
> > 10.135, de 25 de março de 1913	49.990:000\$000	
> > 11.093, de 26 de agosto de 1914	20.000:000\$000	
> > 11.642, de 21 de julho de 1915.	19.995:000\$000	
> > 12.159, de 9 de agosto de 1916	22.412:000\$000	
> > 12.447, de 13 de abril de 1917.	<u>1.257:000\$000</u>	
Emissão de apolices para as obras da Baixada do Estado do Rio de Janeiro:		
Decreto n. 9.133, de 23 de novembro de 1911	4.997:000\$000	
> > 10.232, de 18 de junho de 1913.	4.997:000\$000	
> > 11.434, de 13 de Janeiro de 1915.	3.347:000\$000	13.341:000\$000
Emissão de apolices para pagamento de reclamações bolivianas:		
Decreto n. 7.736, de 16 de dezembro de 1909.		1.629:000\$000
Emissão de apolices para pagamento de despesas do Lloyd Bra- sileiro:		
Decreto n. 10.337, de 13 de agosto de 1913		671:000\$000
Emissão de apolices para pagamento de despesas de diversos Mi- nisterios:		
Decreto n. 9.523, de 24 de abril de 1912.		17.742:000\$000
Emissão de apolices para pagamento de sentenças judiciais:		
Decreto n. 11.516, de 4 de março de 1915		1.842:000\$000
Emissão de apolices para pagamento de compromissos do The- souro anteriores a 1915 e consolidação da divida de letras do Thesouro :		
Decreto ns. 11.694, de 23 de agosto e 15 de setembro de 1915, e sub- stituição de apolices nominativas por outras ao portador (art. 124 da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917).		<u>124.670:900\$900</u>
		<u>937.724:500\$000</u>

A 31 de dezembro de 1916 a Dívida Interna importava em 864.436:400\$, resultando o aumento da dívida, em 1917, de 73.238:100\$, proveniente das seguintes emissões :

Para pagamento de compromissos anteriores a 1915 e consolidação da dívida de letras do Tesouro e apólices ao portador, emitidas em virtude do art. 124 da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917.	59.241:100\$000
Pagamento de construção e aquisição de estradas de ferro . . .	13.516:000\$000
Idem de sentenças judiciais	531:000\$000
	<hr/>
	73.238:100\$000
	<hr/>

Discriminação do imposto de consumo arrecadado durante o exercício de 1917

ESPECIES	REGISTRO	TAXA	TOTAL
Fumo	2.744:750\$000	16.599:801\$372	19.344:551\$372
Bebidas	3.783:372\$000	23.539:269\$539	27.322:641\$539
Phosphoros.	1.408:791\$000	15.753:393\$665	17.162:184\$665
Sal	279:193\$000	5.462:091\$078	5.741:290\$078
Calçados	565:653\$000	3.479:439\$288	4.045:142\$288
Perfumarias	320:133\$000	1.766:033\$299	2.086:166\$299
E. de pharmacia.	293:540\$000	1.476:114\$750	1.769:654\$750
Conservas	433:228\$000	3.640:277\$328	4.073:505\$328
Vinagre.	21:400\$000	333:873\$105	405:273\$105
Velas.	36:230\$000	421:073\$340	457:303\$340
Bengalas	13:330\$000	15:128\$450	28:958\$450
Tecidos	1.659:273\$000	20.614:311\$949	22.273:589\$949
Espartilhos.	14:335\$000	23:653\$710	37:933\$710
Papel para forrar casas . . .	7:920\$000	46:897\$630	54:817\$630
Cartas de jogar	5:225\$000	493:619\$500	504:844\$500
Chapéos.	273:370\$000	3.167:801\$580	3.446:171\$580
Discos de gramophones . . .	9:720\$000	46:753\$850	56:473\$850
Louças e vidros	109:159\$000	534:862\$415	644:021\$415
Ferragens	73:310\$000	413:365\$106	521:675\$106
Vinhos estrangeiros.	\$	3.025:547\$728	3.025:547\$728
Café torrado	123:352\$000	1.309:431\$471	1.432:783\$471
Manteiga	89:678\$000	295:195\$726	384:373\$726
Somma total	12.275:473\$000	102.543:991\$979	114.819:464\$979

As demonstrações que se seguem desenvolvem a Receita e a Despesa Publicas nos dous ultimos exercicios. Esses algarismos, porém, estão sujeitos a modificações ultteriores, devido á falta de alguns balanços.

RECEITA E DESPESA DO EXERCÍCIO DE 1916

RECEITA	OURO	PAPEL	DESPESA	OURO	PAPEL
Direitos de importação Consumo Circulação Sobre a renda Outras loterias Outras rendas Patrimoniaes Indústrias Extraordinaria Applicação especial A classificar	40.110:155920 — 7:1508103 203:033495 — — 1.177:0302001 818:6052010 12.708:4112000 4:3702301	70.722:0574357 79.552:1322703 31.517:432311 25.701:817310 1.360:7702000 5.331:0724105 630:0774571 75.089:5004102 11.330:7713302 10.810:0392503 3.823:2132300	Ministério do Justiça » das Relações Exteriores » da Marinha » Guerra » Viagem e Outras Públicas » Agricultura, Indústria e Commercio » Renda Despesa a classificar	11:2112305 2.574:1722114 953:9114180 69:7914185 19.953:820761 90:2924332 60.439:2311109 — 81.033:4134189	45.120:5532015 1.003:0722369 33.010:1572157 67.483:1914779 195.225:5114323 9.911:6674399 133.017:0922114 5:8192317 459.933:1332303
Recella não escripturada no Thesouro, constante de demonstrações e telegrammas	61.101:2002333 781:7532720	330.070:1722732 0.095:2314123	Despesa não escripturada no Thesouro, constante de demonstrações e telegrammas	49:0222300 81.133:3352339	6.257:1102331 459.090:2494131
Depósitos (Saldo)	01.272:0332213 12.070:0002774 73.012:0512217	339.174:7002210 11.035:032309 353.260:3022510	Operações de credito: Remissão de letras do Thesouro Diferença de tipo das apolices dadas em pagamento e um substituição por letras Conversão de especie	5.471:0502010 — 0.523:303227	37.211:3002000 0.856:0032000 —
Operações de credito: Remissão de papel moeda » letras do Thesouro » apolices » fillos do "Funding" Conversão de especie	111.283:0502127 65.612:812453 33.472:4142563 —	503.873:4394113 216.233:2072513 12.313:1092301	Saldo de 1916	815.101:0342320 815.101:0342320	510.181:1574131 274.930:4792792 815.101:0342320
Saldo de 1915	170.876:7742350	815.101:0342320	Saldo de 1916	179.876:7742350	815.101:0342320

RECEITA E DESPESA DO EXERCÍCIO DE 1917

RECEITA	OURO	PAPEL	DESPESA	OURO	PAPEL			
Direitos de Importação Coanumo Circulação Sobre a renda " loterias Outras rendas Patrimoniaes Industriales Extraordinarias A applicação especial A classificar	47.018:572405 2:5824778 07:0514280 — — 904:1014108 1.880:4514281 10.848:8706976 871:0614215	44.986:6034783 82.514:580280 81.831:524271 81.553:011833 1.853:70480,0 4.87:7874286 744:438429 69.331:0514766 15.340:338281 8.450:7708112 17.093:0744101	Receita não escripturada no Thesouro, con- stante de demonstrações e telegrammas Operações de credito : Emissão de papel-moeda " Letras do Thesouro " Apolices " Titulos do "Funding" Conversão de especie Saldo de 1916	01.187:6374336 5.017:823486 66.245:4634382 5.451:148433 28.380:062739 — 09.028:0744104 83.745:1738318 183.673:7474518	307.764:760432 60.735:1794778 358.489:0394110 267.003:0009000 63.835:0009000 31.159:0108938 720.503:8108368 874.030:4794792 025.489:8004160	Ministerio da Justica " das Relações Exteriores " da Marinha " Guerra " Yicco e Obras Publicas " Agricultura, Industria e Com- " mercio " Fazenda Despesa a classificar Despesa não escripturada no Thesouro, con- stante de demonstrações e telegrammas Depósitos — (" Deficit ") Operações de credito : Resgate de letras do Thesouro Diferença de tipo das apolices dadas em pagamento e em substituição por letras Resgate de moedas subsidiarias Conversão de especie Saldo de 1917	5:8934918 1.181:5394448 409:282414 88:028480 18.776:080601 87:4308332 35.401:3504113 189:8004003 51.003:0524611 48.817:104088 99.250:5194493 10.101:8104266 109.351:0534959 11.856:1534783 — 13.283:1294792 133.896:6174534 48.777:1294778 183.673:7474518	47.909:8246954 4.043:618716 30.820:803577 35.810:8748778 189.823:7184157 10.633:3718027 130.763:6034189 17.483:1114230 402.453:6634148 117.646:5194102 520.100:1842850 4.380:0806957 524.480:8704917 10.403:6004000 5.853:8734000 6:0004000 510.693:1434917 451.756:1644213 995.489:8004160

THESSOURO NACIONAL
THESSOURARIA GERAL
BALANÇO DE RECEITA E DESPESA DE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 1917

TÍTULOS DE RECEITA		TÍTULOS DE DESPESA	
OUTRO	PAPÉL	OUTRO	PAPÉL
Receitas da União:			
Renda ordinária	1.333:500\$000	Ministerio da Justiça	13.631:757\$132
Renda Extraordinária	301\$191	Ministerio do Exterior	7:000\$000
Renda com Applicação Especial	451:401\$912	Ministerio da Agricultura	531:954\$225
Renda Especializada	10.075:214\$980	Ministerio da Viação	15.251:122\$511
Renda a Classificacões		Ministerio da Fazenda	30.410:153\$276
		Despesa a Classificar	24.000:012\$159
Depositos:	4.310:403\$950		89.000:025\$113
De Diversas Origens	15.803:103\$751	Depositos:	
Caixa Economica da Capital	0.000:000\$000	De diversas origens	4.313:707\$032
Deposito Especial	183:800\$000	Monte de Socorro da Capital	18.728:146\$738
		Caixa Economica da Capital	9:911\$159
			1.800:000\$000
Operações de credito:	267.000:000\$000	Operações de credito:	14.536:187\$397
Emissões de papel-moeda		Resgate de Letras do Thesouro	10.010:431\$783
Emissões de Apolices:		Conversão de Espécie:	0.634:000\$000
Liquidação de Compromissos, Resgate de Letras	41.700:600\$000	Importancia-papel convertida em ouro	57.373:935\$786
Letras das do Banco	12.289:000\$000	Importancia-ouro convertida em papel	101.015:383\$396
Sentenças Judiciaes	531:000\$000		
Para Indemnizações	1.257:000\$000	Exercicio de 1916:	
		Suprimentos feitos	40.205:714\$317
		Resgate de moeda subalterna	0:000\$000
Emissão de Letras do Thesouro:	5.151:148\$133	Prémios de Apolices	5.510:469\$000
Conversão de Espécie:		Bancos e Correspondentes:	100.602:137\$203
Produto da conversão de papel	49.780:506\$306	Banco do Brasil	355.235:132\$157
Produto da conversão de ouro	126.087:039\$184	Diversas Contas	83.434:017\$232
Exercicio de 1916:		Movimento de Fundos:	
Suprimentos recebidos	11.513:302\$186	Remessas feitas	69.821:730\$157
Bancos e Correspondentes:		Saldo para 1918	239.072:113\$077
Banco do Brasil	100.175:901\$075		5.035:025\$032
Diversas Contas	61.439:873\$105		235.057:202\$050
Movimento de Fundos:			
Remessas recebidas	235.057:202\$050		902.965:237\$027

São os seguintes os algarismos do nosso commercio exterior, no ultimo quinquennio :

ANNOS	1.000 TONELADAS		CONTOS DE RÉIS		EQUIVALENTE EM £ 1,000	
	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação
1913	1.382	5.873	981.767	1.007.495	65,451	67,166
1914	1.310	3.478	755.747	561.853	46,803	35,473
1915	1.808	2.799	1.042.298	582.996	53,951	30,088
1916	1.869	2.641	1.136.888	810.759	56,462	40,369
1917	1.960	1.986	1.136.455	837.738	59,875	44,510

Em moeda-papel a nossa exportação do anno passado foi igual á de 1916, porém, nos algarismos de 1917 ainda não estão incluídos os valores das mercadorias do Rio Grande do Sul, exportadas por algumas das localidades da fronteira. A inclusão desses algarismos elevará de cerca de 30.000:000\$ o total de 1917.

Em moeda-ouro, devido á melhoria do cambio, apresenta a exportação um accrescimento de £ 3.413.000 sobre a do anno de 1916.

O maior augmento verifica-se no volume da exportação, que vem crescendo de anno para anno, em proporção bem maior que a dos valores em papel.

A baixa nos preços dos principaes productos, o café e a borracha, assim como a sua menor quantidade exportada, justificam essa falta de proporcionalidade entre o augmento do volume exportado e o valor das mercadorias em moeda-papel. No valor em ouro a menor proporção é devida á differença de cambio nos ultimos cinco annos.

A média por unidade das mercadorias exportadas de 1914 a 1917 é menor que a de 1913. Entre a desse anno e a do anno passado ha uma differença para menos em 1917 de 18 % em papel e de 56 % em ouro.

Além das menores cotações de borracha e do café, contribuiu tambem para o menor valor por unidade o desenvolvimento da exportação do manganez, cujo preço, ainda hoje, é relativamente baixo em confronto aos dos demais productos que exportamos.

A depreciação da nossa moeda explica a alta percentagem da differença do valor ouro nos dous annos extremos.

O augmento do numero de mercadorias e o desenvolvimento que tiveram aquellas que, antes da guerra, eram exportadas em pequenas quantidades, impediram, em parte, que soffressemos o peso das consequencias que as condições anormaes dos mercados de café e borracha trouxeram á nossa economia.

No quadro que se segue encontra-se discriminada a exportação no ultimo quinquennio pelas quatro categorias seguintes: Mercadorias que não se exportavam antes da guerra, mercadorias de pequena exportação antes de 1914, exportação de manganez e das mercadorias que, em época normal, representavam 99,11 % da nossa exportação.

ANNOS	MERCADORIAS NOVAS		MERCADORIAS DE PEQUENA EXPORTAÇÃO ANTES DA GUERRA		MANGANEZ		OUTRAS MERCADORIAS	
	Toneladas	Contos de réis	Toneladas	Contos de réis	Toneladas	Contos de réis	Toneladas	Contos de réis
1913.	—	—	61	6.017	122	2.721	1.197	973.029
1914.	—	30	60	10.640	181	4.630	1.066	740.397
1915.	11	6.416	139	18.426	229	10.530	1.429	1.006.926
1916.	41	30.228	124	43.163	503	29.504	1.198	1.028.993
1917.	106	71.935	342	176.866	532	57.234	930	830.370

As mercadorias novas contribuíram com 71.935:000\$ para a exportação de 1917. Entre 1913 e 1917 a diferença para mais no ultimo anno foi, quanto ás mercadorias que pouco se exportavam, de 281.000 toneladas e de 170.849:000\$; de manganez exportámos mais em 1917, em comparação a 1913, 410.000 toneladas e mais 54.563:000\$000. As outras mercadorias que formam o vulto da nossa exportação soffreram no mesmo periodo o decrescimo em quantidade de 219.000 toneladas e no valor de 142.659:000\$000.

A importação desde 1914 vem crescendo gradativamente em valor, ao passo que o seu volume diminue em proporção quasi igual ao augmento do valor.

Importação

O volume da nossa importação total de mercadorias, em 1917, é inferior ao do carvão de pedra importado em 1913, que foi de 2.518.561 toneladas, enquanto que a importação geral de mercadorias foi, em 1917, de 1.986.000 toneladas.

O custo nos paizes de procedencia de cada tonelada importada, em 1913, foi de 143\$ e, em 1917, de 316\$, o que representa um augmento de 121 %; o augmento do frete é de 279 %, pois, em 1913, cada tonelada pagava em média, de frete, 28\$ e passou a pagar, em 1917, 106\$000.

A falta de uma estatistica da nossa produção e do nosso commercio interno impede-nos de precisar com exactidão o desenvolvimento, aliás bem sensível, das nossas industrias nestes ultimos quatro annos. E' serviço que dentro de algum tempo estará instituido.

Com esses elementos poderíamos destacar a parte que representa a nossa menor capacidade de compra no movimento regres-

sivo do volume da nossa importação, assim como o determinam as dificuldades de importar devido aos entraves á exportação impostos pelos países productores e principalmente o que conseguimos produzir em substituição ás mercadorias que, antes da guerra, compravamos no exterior.

A menor quantidade de mercadorias importadas, embora com valores mais elevados, justifica a menor renda das nossas Alfandegas.

O movimento marítimo tem a sua traducção no quadro seguinte:

COMMERCO EXTERIOR DO BRASIL

MEZES	IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS														
	TONELADAS METRICAS					CONTOS DE REIS					EQUIVALENTE EM \$ 1,000				
	1913	1914	1915	1916	(*) 1917	1913	1914	1915	1916	(*) 1917	1913	1914	1915	1916	(*) 1917
Janeiro	450.854	410.413	174.034	182.483	143.866	93.546	71.700	29.478	48.067	59.723	6.238	4.751	1.685	2.337	2.059
Fevereiro	447.504	369.411	157.877	231.316	181.279	80.303	57.658	34.307	58.769	60.410	5.354	3.944	1.812	2.808	2.909
Março	515.793	375.299	214.953	202.739	173.874	92.308	55.988	46.414	56.101	68.483	6.187	3.732	2.493	2.717	3.340
1º trimestre	1.414.156	1.155.123	546.864	616.478	503.492	266.668	185.355	110.289	163.837	188.622	17,777	12,357	5,990	7,862	9,277
Abril	521.344	301.367	244.673	231.177	159.439	87.745	53.905	50.049	58.707	67.686	5.850	3.997	2,616	2,821	3,387
Mai	531.634	335.785	288.818	219.374	123.257	83.093	58.300	54.180	77.483	51.937	5,540	3,887	2,751	3,254	2,850
Junho	652.476	342.586	244.094	263.133	221.853	87.034	51.095	50.128	70.170	75.558	5,805	3,406	2,565	3,583	4,265
2º trimestre	1.705.454	979.738	777.575	718.584	502.579	257.920	168.300	154.357	206.360	195.153	17,495	11,220	7,932	10,238	10,482
1º semestre	3.119.610	2.134.861	1.324.439	1.335.062	1.006.071	524.582	353.655	264.646	370.197	383.805	34,972	23,577	13,922	18,100	19,759
Julho	521.865	314.463	255.913	196.470	161.184	91.677	48.295	51.283	70.008	61.451	6,112	3,220	2,718	3,614	3,389
Agosto	494.069	270.104	280.324	195.538	129.135	79.634	41.373	51.334	67.546	67.627	5,309	2,308	2,610	3,505	3,611
Setembro	423.283	238.126	259.359	206.457	119.171	80.465	32.916	53.501	60.939	37.029	5,364	1,634	2,672	3,110	4,618
3º trimestre	1.444.197	822.693	775.636	593.465	508.540	251.776	122.534	158.118	198.491	216.107	16,785	7,159	8,000	10,229	11,648
9 mezes	4.563.207	2.957.559	2.100.085	1.933.527	1.514.611	776.353	476.239	420.764	568.683	599.912	51,757	30,729	21,922	23,329	31,407
Outubro	427.043	175.283	309.710	228.966	154.875	78.590	28.322	60.473	69.197	67.287	5,237	1,472	3,059	3,487	3,633
Novembro	452.745	151.838	194.363	251.308	149.354	77.163	28.413	45.492	77.917	72.407	5,115	1,483	2,301	3,862	3,122
Dezembro	423.445	190.572	834.525	217.029	166.804	75.409	30.879	58.287	94.927	98.132	5,027	1,792	2,806	4,091	5,558
4º trimestre	1.309.233	520.692	694.103	707.373	471.533	231.137	85.614	162.232	242.071	237.826	15,409	4,741	5,166	12,010	13,103
2º semestre	2.753.430	1.343.390	1.474.729	1.305.338	980.073	482.913	203.198	318.350	440.562	453.933	32,194	11,893	16,166	22,269	24,751
12 mezes	5.873.040	3.478.251	2.799.163	2.640.900	1.986.144	1.007.495	561.853	582.993	810.759	837.738	67,466	35,473	30,088	40,369	44,510
Janeiro a dezembro	5.873.040	3.478.251	2.799.163	2.640.900	1.986.144	1.007.495	561.853	582.993	810.759	837.738	67,466	35,473	30,088	40,369	44,510
EXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS															
Janeiro	124.222	142.241	128.362	112.976	129.091	117.430	91.714	84.010	82.090	84.593	7.229	6.114	4.802	3.918	4.191
Fevereiro	93.899	125.509	114.264	118.890	180.052	83.422	77.326	76.720	80.403	131.899	5.561	5.155	4.011	3.843	6.474
Março	85.556	109.722	154.039	149.032	105.274	63.039	69.110	100.161	105.475	101.700	4.403	4,907	5,330	5,103	4,972
1º trimestre	303.747	377.479	396.715	380.928	474.417	266.891	238.150	260.891	267.968	317.939	17,793	15,776	14,223	12,369	15,637
Abril	76.205	104.031	143.771	174.831	183.951	52.726	61.886	84.056	89.403	107.838	3,515	4,426	4,394	4,295	5,366
Mai	65.583	93.179	134.331	152.272	162.522	49.137	56.619	60.120	98.379	97.189	3,276	3,775	3,053	4,534	5,334
Junho	75.999	100.432	112.246	137.954	138.517	45.031	56.231	47.640	59.119	74.947	3,002	3,749	2,433	3,023	4,531
2º trimestre	217.789	302.662	390.343	465.057	481.900	146.894	174.736	191.816	246.903	280.024	9,793	11,650	9,835	12,191	14,931
1º semestre	521.536	680.141	787.563	845.935	959.407	413.785	412.886	452.707	514.874	598.013	27,589	27,526	24,103	25,050	30,563
Julho	86.062	94.995	119.838	167.424	177.805	52.229	48.999	60.069	80.597	77.609	3.482	3,286	6,201	4,161	4,280
Agosto	126.836	46.547	151.711	145.037	152.229	78.531	24.728	81.211	86.265	94.313	5,239	1,380	3,193	6,011	5,073
Setembro	142.343	120.202	152.730	159.930	172.930	92.703	50.628	84.529	93.290	88.412	6,130	2,499	4,321	4,476	4,691
3º trimestre	355.241	281.744	424.329	472.391	502.974	223.513	124.355	225.809	280.152	280.339	14,901	7,145	11,533	13,393	14,019
9 mezes	876.777	941.885	1.211.892	1.318.376	1.482.391	637.298	537.241	678.516	775.026	858.352	42,437	34,671	35,641	33,459	44,617
Outubro	165.648	116.199	223.972	161.604	173.687	127.971	67.499	122.628	109.139	94.753	8,531	3,506	6,201	5,102	5,102
Novembro	163.254	125.616	191.937	195.903	153.030	107.372	68.437	111.758	121.323	92.169	7,153	3,328	5,653	6,011	4,932
Dezembro	171.410	126.625	180.185	193.444	166.066	109.126	82.580	129.396	131.395	91.178	7,275	4,790	6,453	6,493	5,164
4º trimestre	505.312	368.440	596.094	550.951	497.783	344.469	218.506	363.782	361.962	273.103	22,964	12,132	13,310	13,003	15,253
2º semestre	860.553	630.154	1.020.423	1.023.342	1.000.757	567.982	312.851	589.591	622.014	533.412	37,865	19,277	29,343	31,402	29,307
12 mezes	1.382.089	1.310.325	1.807.936	1.869.327	1.960.164	981.767	755.747	1.042.298	1.136.888	1.136.455	65,451	46,803	53,951	56,462	59,375
Janeiro a dezembro	1.382.089	1.310.325	1.807.936	1.869.327	1.960.164	981.767	755.747	1.042.298	1.136.888	1.136.455	65,451	46,803	53,951	56,462	59,375
DIFERENÇA PARA MAIS + OU MENOS (-) NA EXPORTAÇÃO SOBRE A IMPORTAÇÃO															
Janeiro a dezembro	- 4.490.951	- 2.167.928	- 991.182	- 771.573	- 25.930	- 25.728	+ 193.894	+ 459.302	+ 326.129	+ 293.717	- 1,715	+ 11,330	+ 23,863	+ 16,093	+ 15,365
ESPECIES METALLICAS E NOTAS DE BANCO ESTRANGEIRAS															
Janeiro a dezembro	—	—	—	—	—	13.727	12.781	879	75	160	1.243	851 1/2	45 1/4	3 3/4	8 1/4
Importação	—	—	—	—	—	90.911	126.462	97.935	3.224	701	6,031	3,257	5,149	159	36
Exportação	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

COMERCIO EXTERIOR DO BRASIL
EXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS
Mez de janeiro a dezembro de 1913 e 1917

PARA MAIS OU MENOS EM 1916,
COMPARADA COM 1913

ARTIGOS	UNIDADE	VALOR POSTO A BORDO (F. O. B)												QUANTIDADE	COTOS DE BERL, PAPEL		DIFERENÇA PARA MAIS OU MENOS EM 1916, COMPARADA COM 1913		
		COTOS DE BERL, PAPEL													EQUIVALENTE EM \$ 1.000	COTOS DE BERL, PAPEL		E 1.000	
		1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924						1925
Classe I - Animais e seus produtos																			
1. Car. congelada.	Tonelada.	41.385	31.415	45.992	33.051	63.452	39.161	30.510	6.192	28.103	60.293	2.511	1.925	310	1.414	3.481	32.791	32.010	1.151
2. Corcos	"	8.554	2.437	4.733	53.503	2.817	12.512	8.159	69.082	87.755	60.729	834	511	757	4.533	3.202	21.008	27.028	236
3. Pelles	"	21	132	2.235	3.840	7.132	22	132	14.702	14.633	21.304	1	8	109	826	1.002	2.983	3.118	138
4. Divercos	"	15.433	15.770	22.233	11.786	22.774	7.431	6.477	9.319	13.573	23.382	493	401	503	671	1.588	10.383	45.298	897
Total da classe I	Tonelada.	60.479	53.833	83.321	109.915	123.777	53.132	45.271	101.027	153.705	114.575	3.575	2.815	5.173	7.638	9.234	48.362	20.870	1.616
Classe II - Mineraes e seus produtos																			
5. Manganes	Tonelada.	129.330	131.630	293.671	503.180	532.835	2.731	4.630	10.530	23.504	57.284	181	275	535	1.473	3.031	29.723	27.730	1.533
6. Ouro nativo	Kilo	3.393	4.051	4.535	4.378	4.332	5.512	7.212	9.533	9.152	8.331	337	439	494	474	473	9	608	1
Divercos	Tonelada.	8.103	3.851	11.371	8.430	3.335	2.337	1.230	2.777	4.014	0.213	138	79	143	199	333	4.374	2.205	134
Total da classe II	Tonelada.	130.819	137.435	303.033	511.591	533.445	10.532	13.172	22.370	43.030	72.437	706	706	1.173	2.151	3.337	24.351	39.377	1.716
Classe III - Vegetaes e seus produtos																			
7. Algodis	Tonelada.	37.424	31.431	5.238	1.071	5.911	31.615	28.917	5.427	2.420	15.031	2.308	1.334	287	129	733	4.370	12.691	673
8. Arroz	"	51	4	13	1.315	42.310	24	6.771	8	515	22.925	65	373	739	28	1.282	41.275	22.390	1.234
9. Batatas	"	5.371	31.373	59.173	51.418	131.509	971	11.481	1	25.927	68.772	70	70	739	33	3.635	77.071	42.305	2.319
10. Bataes	"	33	33	3	32	3.877	133.611	113.593	133.781	132.231	113.081	11.375	7.033	7.010	7.495	7.479	2.435	8.250	33
11. Br. rana	"	33.232	33.531	35.145	31.435	33.910	55.622	31.312	51.131	51.371	46.051	1.534	1.931	2.331	2.510	2.533	11.902	2.237	35
12. Cacis	"	21.729	41.737	41.933	43.032	10.605	611.611	419.512	621.412	7.377	410.210	413	27.010	32.131	29.214	23.032	2.434	145.931	47
13. Cais (?)	L.007 etc. Tonelada.	11.233	11.270	17.011	4.137	5.317	6.312	5.312	9.533	5.132	5.132	47	33	43	314	411	433	445	47
14. C. de crachah	"	4.873	5.031	5.317	4.137	13.432	733	331	87	1.332	5.132	47	33	43	314	411	433	445	47
15. F. de manio	"	8.373	5.031	5.317	4.137	13.432	733	331	87	1.332	5.132	47	33	43	314	411	433	445	47
16. Fajis	"	6	304	304	41.817	93.425	2	10.927	7.413	10.117	6.432	331	615	345	502	302	47.611	26.739	1.051
17. F. de m	"	33.331	53.107	41.511	15.319	31.452	3.733	2.110	7.413	2.615	6.432	251	413	193	413	302	15.727	4.017	822
18. F. de m	"	51.314	32.177	14.511	15.319	31.452	3.733	2.110	7.413	2.615	6.432	251	413	193	413	302	15.727	4.017	822
19. F. de m	"	21.714	27.033	27.434	21.613	31.452	3.733	2.110	7.413	2.615	6.432	251	413	193	413	302	15.727	4.017	822
20. Herva-nita	"	65.314	73.737	71.532	59.672	59.672	31.573	27.311	2.335	6.311	4.653	135	92	122	315	210	19.114	6.340	295
21. Mateis	"	20.310	14.033	14.033	85.719	43.513	2.011	1.431	4.311	7.517	15.333	519	415	232	40	210	19.114	3.451	170
22. Mito	"	61.673	50.312	30.413	13.672	31.331	7.915	6.513	4.317	7.517	15.333	519	415	232	40	210	19.114	3.451	170
Divercos	"	61.673	50.312	30.413	13.672	31.331	7.915	6.513	4.317	7.517	15.333	519	415	232	40	210	19.114	3.451	170
Total da classe III	Tonelada.	1.131.201	1.038.937	1.441.113	1.247.815	1.231.912	913.045	617.311	916.101	910.127	831.413	61.370	43.162	47.605	46.673	46.734	47.124	50.630	81
Total dos 23 arts.	"	1.233.313	1.331.312	1.710.331	1.832.412	1.932.415	913.411	711.437	1.031.655	1.111.791	1.035.472	61.278	45.908	53.033	55.216	57.113	73.013	23.315	1.302
Total das divercos	Tonelada.	83.271	70.933	67.115	39.325	57.731	17.605	11.210	17.613	23.011	50.376	1.173	895	806	1.246	2.737	17.324	25.332	1.514
Total Geral da exportao	"	1.332.033	1.310.325	1.877.933	1.879.327	1.990.145	931.767	725.747	1.042.233	1.133.803	1.133.455	65.451	46.303	53.951	56.492	59.875	90.327	43	3.413

Resumo do movimento marítimo no Brasil 1913, 1914, 1915, 1916 e 1917

	ENTRADAS						SAÍDAS					
	NÚMERO						TONELAGEM					
	1913	1914	1915	1916	1917		1913	1914	1915	1916	1917	
Nacionais	20.905	17.883	13.504	18.472	18.559	10.345.983	8.282.319	9.000.513	8.622.774	8.959.259		
Estrangeiros	6.877	5.210	4.095	3.657	2.757	18.826.391	14.917.739	10.494.258	8.605.085	5.531.561		
Total	27.782	23.073	22.599	21.829	21.716	29.170.259	23.846.058	19.494.771	17.227.860	14.490.820		
Sendo { a vapor	21.457	17.903	17.643	16.624	16.773	28.563.923	23.400.449	19.078.892	16.894.296	14.112.241		
{ a vela	6.325	5.170	4.956	5.205	4.943	606.336	385.609	415.879	333.564	378.579		
SAÍDAS												
	NÚMERO						TONELAGEM					
	1913	1914	1915	1916	1917		1913	1914	1915	1916	1917	
Nacionais	20.970	17.871	13.482	13.250	13.072	10.345.624	8.533.300	8.972.143	8.635.101	9.006.675		
Estrangeiros	6.985	5.225	4.078	3.659	2.741	13.853.573	14.625.625	10.499.652	8.601.833	5.490.376		
Total	27.955	23.096	22.594	21.309	21.713	29.201.302	23.804.425	19.471.800	17.236.932	14.497.551		
Sendo { a vapor	21.530	17.897	17.593	16.624	16.773	28.526.131	23.320.356	19.073.107	16.827.401	14.136.115		
{ a vela	6.315	5.199	4.903	5.245	4.935	608.171	414.639	398.693	399.532	361.436		

Cambio

Seguem-se as médias cambias nos annos de 1914, 1915, 1916, 1917 e 1º trimestre de 1918:

	d.
Em 1914.	11 ²¹ / ₆₄
Em 1915.	12 ⁹ / ₁₆
Em 1916.	12 ¹ / ₁₆
Em 1917.	12 ⁵³ / ₆₄
1º trimestre de 1918.	13 ²³ / ₆₄

Banco do Brasil

Esta importante instituição tem continuado a ser encarregada de todas as operações de credito do Governo, quer para o seu serviço no exterior, quer no interior da Republica. Para o primeiro concorreu com a remessa, á Delegacia Fiscal em Londres e aos Agentes Financeiros do Brasil, na mesma praça, de cambias no valor de £ 6.028.856-19-5 no anno de 1917 e £ 953.751-0-0 no primeiro trimestre deste anno, o que elevou o total remetido a £ 6.982.607-19-5. E para o segundo, sendo o intermediario, tanto para o supprimento de numerario ás Delegacias Fiscaes nos Estados, como para o recolhimento dos saldos de que as mesmas dispunham e que foram por esta fórma postos á disposição do The-souro Nacional nesta Capital. Elevou-se á respeitavel somma de 88.732:212\$1111 o valor das quantias provenientes dessas operações, sendo 43.440:212\$1111 por supprimentos e 43.292:000\$, para serem recolhidos.

E' este um dos mais importantes serviços que ao Governo prestam as Agencias do Banco, cujo numero tem augmentado, de- vendo proseguir-se na criação de novas. Estão funcnionando 25 Agencias e já autorizadas e prestes a installar-se mais 15.

Outro serviço de valor a que estão dando grande incremento as Agencias do Banco é o da transferencia de fundos por conta de terceiros por meio de cheques, cuja importancia, no anno de 1917, foi de 57.370:734\$992, tendendo, com o augmento do numero das Agencias, a elevar-se sensivelmente, tornando-se, por esse modo, estes titulos, pela sua natureza e a somma que representarão, um notável auxiliar do meio circulante nacional.

E' já importante tambem o auxilio prestado pelas Agencias aos productores dos Estados, auxilio que, embora indirecto, visto que é baseado sobre o desconto dos saques dos exportadores esta- duaes, é bastante effcaz, por ser levado "in loco", isto é, sem de- pender de intermediarios, que encarecem e tornam onerosas as transacções desta ordem. Montaram a 90.460:400\$745 os des- contos feitos pelas Agencias do Banco nas condições acima, no anno de 1917.

Continúa a ser feita pelo Banco, com toda a regularidade, a emissão de certificados-ouro para pagamento de direitos adua- neiros, tendo-se elevado a do anno de 1917 a £ 6.676.170-0-0, e papel 128.100:306\$697. O respectivo resgate, que tem sido feito mensalmente, attingiu no referido anno a £ 6.980.722-0-0

ou, papel, 136.127:65c\$288, existindo ainda em circulação certificados no valor de £ 955.754-0-0 e papel 17.603:926\$059.

Quer o serviço dos juros do empréstimo de obtido pelo Banco de 50.000:000\$, nos termos do decreto n. 2.986, de 28 de agosto de 1915, quer o que se refere ao que lhe foi concedido pelo decreto n. 3.316, de 16 de agosto de 1917, foi feito com a maxima regularidade, sendo que do 2º empréstimo o Banco só se utilizou de 40.000:000\$000.

Os quadros seguintes indicam o movimento do Lloyd Brasileiro.

Lloyd

Resultado financeiro dos diversos serviços a cargo do Lloyd Brasileiro em 1917

EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS	CUSTEIO	RECEITA	EXCESSO DE CUSTEIO	SALDO DE RECEITA
Vapores do Lloyd	37.513:745\$174	43.746:573\$263	11.227:828\$094
Vapores da Companhia Commercio e Navegação	6.980:573\$429	4.324:663\$215	2.655:915\$214	
Vapores da companhia Nacional de Navegação Costeira (regimen do "Contrôle"),	3.763:030\$990	3.879:932\$433	116:051\$443 (1)
Vapores da Companhia Nacional de Navegação Costeira (requisitados)	3.223:107\$793 (2)	2.539:915\$735	683:232\$003	
Vapores ex-allemaes	7.807:637\$321	14.059:234\$610	6.251:596\$789
Serviços diversos	20.173:661\$392	20.436:043\$166	232:383\$774
Totaes	79.466:904\$599	93.935:567\$477	3.339:197\$222	17.857:860\$100
Saldo	14.518:662\$378	14.518:662\$378	
	93.935:567\$477	93.935:567\$477	17.857:860\$100	17.857:860\$100

Exploração dos diversos serviços. 10.273:743\$735
Subvenção (não recebida) 4.239:914\$143

14.513:662\$378

(1) Do saldo total verificado foi deduzida a quantia de 657:624\$342, correspondente a 85 % do mesmo saldo, creditada à Companhia Nacional de Navegação Costeira.

(2) No custeio foi incluída a importancia de 1.402:231\$274, reclamada pela Companhia Nacional de Navegação Costeira, pelo aproveitamento de seus navios requisitados, importancia levada provisoriamente a credito do « Efeitos a liquidar » até liquidação definitiva do assumpto.

RESULTADOS FINAES EM 1916 E 1917

	1916	1917
Receita	55.617:343\$396	93.935:567\$477
Custeio	39.250:177\$914	79.466:904\$599
Saldo	16.367:165\$932	14.513:662\$378
Exploração dos diversos serviços a cargo do Lloyd	11.836:919\$777	10.273:743\$735
Subvenção	4.480:246\$205	4.239:914\$143
	16.367:165\$932	14.513:662\$378

RENOVAÇÃO DO MATERIAL E ENSINO PROFISSIONAL

DESPESAS

Renovação do material:		
Reconstrucções	3.986:855\$774	
Reparações	3.815:886\$540	7.702:742\$314
Ensino Profissional:		
Escolas	1.133:763\$563	
Reserva Naval	70:422\$222	1.209:185\$785
Total		8.911:923\$099
Menos:		
Subvenção (n. 37 do art. 83 da lei 3.232, de 5 de janeiro de 1917 (ainda a receber)		4.239:914\$143
Excesso de despesa sobre a subvenção		4.672:013\$956

EMBARCAÇÕES

O Lloyd adquiriu diversas embarcações no valor de....
1.152:432\$090.

VAPORES EX-ALLEMÃES

Com o concerto, rancho e aparelhamento dos navios ex-allemais, antes de serem entregues ao trafego, o Lloyd gastou 7.504:962\$293.

NOTA — Nesta quantia não está incluída qualquer percentagem, commissão ou juros a favor do Lloyd, pelo adiantamento da mesma.

TRANSPORTES POR CONTA DA UNIÃO E DOS ESTADOS

Importancia total dos transportes	1.201:529\$330
» recebida	60:703\$500
Saldo a receber	1.140:821\$330

NOTA — Estes transportes foram calculados com abatimento de 50% e 30% “sobre as tarifas de 1909” (Decreto 7.772, de 30 de dezembro de 1909).

Senhores Membros do Congresso Nacional:

Não terminarei esta Mensagem sem assignalar o concurso intelligente e efficaz dos meus illustres auxiliares, que collaboraram dedicadamente no desempenho da ardua missão deste quadriennio, merecendo por isso justos louvores e meus sinceros agradecimentos.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1918.

Wenceslau Braz P. Gomes,

PRESIDENTE DA REPUBLICA.